



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**MOVIMENTO AMBIENTALISTA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
DE CASO SOBRE O MOVIMENTO “CELULOSE NÃO” NO MUNICÍPIO DE
RIO GRANDE NO FINAL DOS ANOS 1980**

Gabriel Ferreira da Silva

**Rio Grande
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**MOVIMENTO AMBIENTALISTA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
DE CASO SOBRE O MOVIMENTO “CELULOSE NÃO” NO MUNICÍPIO DE
RIO GRANDE NO FINAL DOS ANOS 1980**

Gabriel Ferreira da Silva

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre
junto ao Programa de Pós-Graduação
em Educação Ambiental da
Universidade Federal do Rio Grande

Linha de pesquisa: Fundamentos da
Educação Ambiental

Orientação: Dr. **José Vicente de
Freitas**

**Rio Grande
2020**

Ficha Catalográfica

S586m Silva, Gabriel Ferreira da.

Movimento ambientalista e Educação Ambiental: um estudo de caso sobre o movimento “Celulose Não” no município de Rio Grande no final dos anos 1980 / Gabriel Ferreira da Silva. – 2020.

127 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2020.

Orientador: Dr. José Vicente de Freitas.

1. Educação Ambiental 2. História Ambiental 3. Movimento Ambientalista 4. Celulose I. Freitas, José Vicente de II. Título.

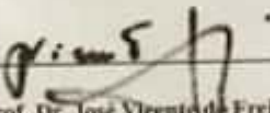
CDU

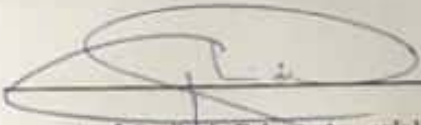
Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Gabriel Ferreira da Silva

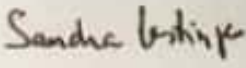
**MOVIMENTO AMBIENTALISTA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
DE CASO SOBRE O MOVIMENTO "CELULOSE NÃO" NO MUNICÍPIO DE
RIO GRANDE NO FINAL DOS ANOS 1980**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Comissão de avaliação formada pelos examinadores:


Prof. Dr. José Vicente de Freitas
Orientador - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)


Prof. Dr. Paulo Roberto Armanini Tagliani
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)


Prof. Dra. Dione Iara Silveira Kitzmann
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)


Prof. Dra. Sandra Regina Lestinge
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

A atual pesquisa apresenta um estudo de caso histórico referente ao movimento ambientalista denominado de “Celulose Não” ocorrido na cidade de Rio Grande - RS, no final dos anos 1980. Este fenômeno de insurgência foi responsável por impedir que uma fábrica de celulose fosse instalada no município, mesmo com todas as condições econômicas favoráveis à implementação do empreendimento. Tendo em vista esta aparente contradição, buscou-se compreender quais foram os elementos determinantes para que os ativistas do “Celulose Não” obtivessem sucesso em barrar a instauração da fábrica. Partindo da hipótese de pesquisa de que o sucesso do movimento residiu nas ações de educação ambiental promovidas pelo grupo, a pesquisa possui como objetivo principal entender quais os fundamentos e estratégias que fundamentaram as ações deste grupo. Para isso, foi necessário interrogar quem eram as diferentes organizações e sujeitos que estavam envolvidos neste conflito. Utilizou-se de uma extensa gama de fontes primárias para realizar esta pesquisa: periódicos jornalísticos; entrevistas com membros dos grupos pró e contra a instalação do complexo; documentos oficiais, como relatórios de impacto ambientais; e pareceres acadêmicos. Vistos os objetivos e o largo *corpus* de investigação, foi necessário um aprofundamento teórico dos conceitos da Ecologia Política, propostos pelo educador ambiental Enrique Leff e das perspectivas teórico-metodológicas desenvolvidas pelo antropólogo Paul Little, principal expoente da etnografia dos conflitos ambientais, que estrutura esta pesquisa. A dissertação identifica que elementos do contexto histórico e geográfico foram fundamentais para o sucesso do movimento. Não obstante, o fator primordial para o êxito do “Celulose Não” consistiu na perícia dos ativistas na construção de estratégias de ação a partir das questões determinadas pela história e pelo lugar. Finalmente, a pesquisa apresenta sete estratégias e ações de resistência contra empreendimentos extrativistas e estabelece que a ocupação de espaços de poder e de diálogo são fundamentais para o campo da educação ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental; História ambiental; Movimento ambientalista; Celulose

ABSTRACT

The current research presents an ethno-historical case study referring to the environmental movement called “Celulose Não” that occurred in the city of Rio Grande - RS, in the late 1980s. This insurgency phenomenon was responsible for preventing a cellulose factory from being installed in the municipality, even with all the economic conditions favorable to the implementation of the enterprise. In view of this apparent contradiction, we sought to understand what were the determining factors for the “Celulose Não” activists to succeed in blocking the establishment of the factory. Starting from the research hypothesis that the success of the movement resided in the environmental education actions promoted by the group, the research has as main objective to understand what are the foundations and strategies that founded the actions of this group. For that, it was necessary to ask who were the different organizations and subjects that were involved in this conflict. A wide range of primary sources was used to carry out this research: journalistic journals; interviews with members of groups for and against the installation of the complex; official documents, such as environmental impact reports; and academic advice. In view of the objectives and the large research corpus, it was necessary to go deeper into the concepts of Political Ecology, proposed by environmental educator Enrique Leff and the theoretical and methodological perspectives developed by anthropologist Paul Little, the main exponent of the ethnography of environmental conflicts, which structures this search. The dissertation identifies which elements of the historical and geographical context were fundamental to the movement's success. Nevertheless, the main factor for the success of “Celulose Não” was the expertise of the activists in the construction of action strategies based on issues determined by history and place. Finally, the research presents seven strategies and actions of resistance against extractive enterprises and establishes that the occupation of spaces of power and dialogue are fundamental for the field of environmental education.

Keywords: Environmental education; Environmental history; Environmental movement; Celulose

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Visão de satélite da do estuário da Laguna dos Patos

Imagem 2: Notícia sobre o Chernobyl

Imagem 3: Notícia sobre a inflação no Brasil

Imagem 4: Notícia sobre o vírus da AIDS

Imagem 5: Notícia sobre o césio no Brasil

Imagem 6: Notícia sobre a seca no Rio Grande do Sul

Imagem 7: Notícia sobre o desemprego e seca

Imagem 8: Adesivo do movimento Fora a Celulose 1989

Imagem 9: Adesivo 2 do movimento Fora Celulose, 1989

Imagem 10: Adesivo do CEA

Imagem 11: Primeiras reportagens do CEA no Jornal Agora

Imagem 12: Relatório sobre o Turismo. Autor: Renato Carvalho

Imagem 13: Carimbo APROFURG e Grêmio do CTI

Imagem 14: Relatório socioeconômico

Imagem 15: Relatório socioeconômico

Imagem 16: Palestras dos ativistas

Imagem 17: Mobilização na Z1

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Centro de Estudos Ambientais- **CEA**

Universidade Federal do rio Grande- **FURG**

Universidade Federal de Pelotas- **UFPEL**

Núcleo Estudos e Monitoramento Ambiental - **NEMA**

Associação dos Professores da Furg- **AproFurg**

Colégio Técnico Industrial - **CTI**

Instituto de Oceanologia- **IO**

Centro de Industrias de Rio Grande- **CIRG**

Câmara do Comercio de Rio Grande- **CCR**

Câmara dos Dirigentes lojistas- **CDL**

Partido dos Trabalhadores - **PT**

Partido Comunista do Brasil -**PCB**

Fundo Monetário Internacional- **FMI**

Partido Movimento Democrático Brasileiro- **PMDB**

Partido Democrático trabalhista - **PDT**

Biblioteca Digital Brasileira De Teses e Dissertações - **IBDBT**

União Protetora da Natureza - **UPN**

Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural - **AGAPAN**

Rede Brasil Sul de Televisão- **RBS TV**

Fundação Getúlio Vargas – **FGV**

Organização dos Países Exportadores de Petróleo- **OPEP**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DE UMA PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	24
3. NOS ANOS 1980 O MUNDO ESTAVA MUDANDO!	40
3.1 O cenário mundial.....	40
3.2 O cenário latino-americano.....	44
3.3 E o que está acontecendo no Brasil?.....	46
3.4 A conjuntura em terras gaúchas	53
4. OS GRUPOS	57
4.1 O “Fora Celulose”.....	57
4.1.1 Centro de estudos Ambientais (CEA).	60
4.1.2 Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA.....	65
4.1.3 Universidade Federal do Rio Grande - FURG	71
4.1.4 Aprofurg.....	75
4.1.5 Departamento de Oceanografia.....	78
4.2 Os “Celulose Sim”	80
4.2.1 Centro de Indústrias de Rio Grande – CIRG.....	81
4.2.2 Câmara do Comércio de Rio Grande	83
4.2.3 Câmara dos Dirigentes Lojistas	84
5. O CONFLITO	86
5.2 Conflito de ideias	86
5.2.1 O Discurso da Complacência	86
5.2.2 O Discurso da Resistência.....	92
5.3 O A atuação nas ruas	102
5.3.1 A rede de contatos	102
5.3.2 Uma batalha estética e semiótica	105
5.3.3 Universidade e sociedade: Um caminho de ensino pesquisa e extensão	106
5.3.4 O elemento do lugar.	111
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	115
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121

1. INTRODUÇÃO

Início esta dissertação pedindo licença acadêmica para escrever as primeiras páginas do texto em primeira pessoa do singular. Recorro a essa postura subjetiva, pois pretendo introduzir esta pesquisa a partir da trajetória que me levou, tanto a transformar o movimento “Celulose Não” em meu tema de trabalho, quanto a realizar esta investigação sob os domínios teóricos e metodológicos da Educação Ambiental. Acredito que este movimento reflexivo possui uma dupla potencialidade: por um lado auxilia na desmistificação da falácia de que existe uma ciência neutra¹ e, de outro lado, melhora a compreensão do leitor acerca das minhas posturas ideológicas como autor.

Ressalto isso, pois muitas vezes durante a leitura de artigos, livros e outros trabalhos acadêmicos ficamos com dúvidas ou mesmo não compreendendo os interditos e as reflexões mais abstratas dos autores. Acredito que isto aconteça, muitas vezes, pois os leitores não possuem uma dimensão clara das posturas políticas e mesmo noção da formação e trajetória de quem escreve determinado trabalho. Desta forma, espero que este exercício ajude os leitores desta dissertação a compreenderem minhas reflexões mais profundas e meus interditos durante o texto.

Esta atividade não é nova para mim, desde a graduação, durante a escrita do meu trabalho de conclusão de curso, meu orientador me desafiou a trabalhar desta forma e sigo colocando em prática desde então. Não pretendo fazer aqui a mesma reflexão profunda sobre como cheguei até o “Celulose Não” que fiz durante a monografia, pois acredito que esta atividade já deu os frutos devidos. Desta maneira, interessados nesta história podem ler minha monografia, tanto para compreender um pouco melhor de quem aqui fala, tanto para obter uma perspectiva um pouco mais introdutória sobre o “Fora Celulose”.

Nesta abertura focarei em como o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) entrou na minha vida e como esta jornada na pós-graduação me auxiliou a refinar e a aprofundar minhas questões de pesquisa a respeito de tal tema. Entretanto, mesmo não tendo a pretensão de me aprofundar sobre como cheguei à pesquisa do “Fora Celulose”, acho necessária

¹ Entende-se que a ciência pode ser neutra no tocante as análises laboratoriais e metodológicas. Entretanto, o financiamento das pesquisas ou mesmo os conceitos e objetos/ sujeitos escolhidos são sempre uma escolha do pesquisador ou das agências de financiamento, ou seja, possui uma motivação política por trás. As análises desta pesquisa foram feitas de forma “neutra”, mas o objeto de pesquisa e as questões da investigação foram construídos com o intuito de auxiliar na os movimentos ambientalistas e pesquisadores a resistir contra grandes empreendimentos. Não há neutralidade alguma nisso.

uma breve descrição sobre como minha vida cruzou com esta temática.

Logo, remeto ao ano de 2011 quando precisava decidir sobre qual faculdade cursaria após verificar minha nota no ENEM. As opções selecionadas eram Biologia Bacharelado ou História Bacharelado. Acabei optando pela segunda, mas esta decisão acabou por me gerar dúvidas por boa parte do curso. Tal inquietação só foi atenuada quando quase na metade da graduação houve um momento divisor de águas, no qual os acadêmicos deveriam escolher uma ênfase para seguir, História Ambiental ou História e Patrimônio.

Aquela foi uma ocasião única e marcante em que pude aliar a paixão pela História ao debate sobre as temáticas ambientais. Sob a orientação inicial do professor Daniel Prado, fui introduzido aos debates, métodos e perspectivas de tal área da Historiografia e pude aos poucos ir me apropriando das discussões propostas. Eu já sabia naquela época que era daquele tipo de debate e pesquisa que eu realmente gostava e estava empolgado com meu curso novamente.

Os anos no movimento estudantil, do qual fiz parte no Centro Acadêmico de História Angelina Gonçalves (CAHIS) e no Diretório Central dos Estudantes (DCE) causaram um atraso-cronológico na minha formação acadêmica. Apesar de ter aprendido importantes lições nestes espaços, demorei dois anos a mais para chegar aos passos finais do curso. Em um primeiro momento isso pode parecer algo negativo. Contudo, se não fossem esses dois anos “perdidos”, eu não teria conhecido meu atual orientador e, consecutivamente, não teria tomado ciência da importância do “Celulose Não”.

Durante o final de 2015 eu buscava um professor para me auxiliar na orientação da monografia e, por acaso, ainda precisava realizar uma disciplina, na qual o professor José Vicente era o titular. Em poucas semanas, além de ter conquistado um orientador, também desenvolvi uma relação de amizade com o meu mentor. Durante uma conversa sobre as atividades do estágio de pesquisa, que realizei na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, onde tive meu primeiro contato com o movimento anti-celulose ocorrido nos anos 1980, relatei meu interesse sobre o assunto. Quase que imediatamente o Vicente me incentivou a investigar este tema. Assim, o “Celulose Não” entrou em minha vida.

O José Vicente além de ser professor do curso de História, também é docente do PPGEA. Desta maneira, eu já estava quase que, naturalmente, inclinado a prestar a seleção para programa, em virtude da minha ligação com ele, bem como à temática da minha pesquisa, que ia ao encontro das linhas de pesquisa da Educação Ambiental na FURG. Contudo, minha relação com este Programa de Pós-Graduação tem um início anterior ao José, com outras duas pessoas importantes para minha formação, a Tamíres Lopes e a Alana Pedruzzi.

Ambas eram discentes do programa e, apesar dos encontros de corredor, fui conhecê-

las melhor após a Alana ser minha professora de Sociologia da Educação. Os debates em sala de aula logo se estenderam a conversas na sala do professor Luis Minasi, local onde ambas passavam a tarde escrevendo e estudando. Em pouco tempo, passei a devorar as sugestões de leitura e os livros emprestados por ambas e me vi incentivado a ingressar no mestrado assim que concluísse a graduação.

Assim, durante o ano de 2017, meu último ano de curso, fui aprovado no processo seletivo do PPGÉ, graças aos encorajamentos e sugestões de leitura dessas pessoas citadas até aqui. Tinha como projeto para essa nova etapa uma investigação mais aprofundada sobre o “Celulose Não”. Eu já sabia como a história havia ocorrido, quem eram os principais atores e seus argumentos. Desta maneira, para propor algo cabível à Educação Ambiental, resolvi justamente investigar as ações de Educação Ambiental e as táticas de resistência apropriadas por este movimento. Tudo isso para a melhor compreensão dos elementos e dos fatores decisivos para o sucesso deste movimento.

Por óbvio, a temática de investigação não estava madura naquela época, motivo pelo qual foi necessário pouco mais de um ano de discussões, debates, encontros e eventos para que eu pudesse chegar ao que é entregue aqui hoje. Neste percurso, duas disciplinas foram fundamentais para que isso fosse possível. A primeira delas foi a doutrina sobre pertencimento da professora Cláudia Cousin. Lá, pude entender melhor sobre a formação de um lugar e como um espaço geográfico é muito mais do que apenas um amontoado de objetos e formações atômicas.

A segunda matéria decisiva para o aperfeiçoamento desta dissertação foi a de territorialização, com o professor antropólogo Gianpaolo Adomilli. Durante o referido semestre, passei a ter contato com autores que ainda não tinha tido a oportunidade de ler, tais como Lévi-Strauss e Anthony Giddens.

Entretanto, o primordial deste momento foi o encontro da principal perspectiva teórica e metodológica que acabaria por usar na minha pesquisa. Foi através de um artigo sugerido na bibliografia da mencionada disciplina que acabei por descobrir como conduziria a minha investigação daquele momento em diante.

Para além das atividades do programa e dos exercícios formais de orientação, recursos metodológicos informais se fizeram tão importantes para mim quanto os processos citados em primeiro plano. Refiro-me mais especificamente aos debates e discussões com dois colegas de grupo de pesquisa, a Rachel Hidalgo e o Felipe Nóbrega, e com minha namorada Beatriz Lourenço. Com a Rachel aprendi a ser mais sucinto, direto e amplo nas minhas escritas. Com o Felipe compreendi muito sobre a História como disciplina e sobre como ser um excelente professor. Com a Beatriz treinei minha escrita e corrigi muitos vícios de linguagem.

Não tenho muito mais a dizer sobre a minha jornada até aqui. Acredito que apesar do percurso acadêmico descrito aqui, desde pequeno sempre fui um defensor do meio ambiente e a História Ambiental e Educação Ambiental me proporcionaram estudar e pesquisar algo que me faz pessoalmente realizado e que, simultaneamente, vislumbro ser um estudo útil do ponto de vista coletivo. Investigar o “Celulose Não”, para mim, é poder voltar ao passado e entender como pessoas comprometidas com o bem-estar do planeta foram bem-sucedidas em fazer a coisa certa (do ponto de vista socioambiental) mesmo com todas as adversidades.

Desta forma o que entrego aqui é justamente o esse fruto do meu esforço de volta ao passado. Espero que esta atividade possa auxiliar aqueles que ainda têm esperança em um mundo melhor a compreender como é possível resistir e vencer as forças avassaladoras do capital, mesmo que o contexto pareça desfavorável. Saibam que não é impossível! As pessoas unidas em prol de ações política e ecologicamente corretas podem vencer e é essa a maior lição que o “Celulose Não” tem a contribuir para a Educação Ambiental e para todas as pessoas dispostas a mudar o mundo. Encerro o trecho subjetivo da minha trajetória e passo agora à proposição do meu trabalho na terceira pessoa do singular, conforme a norma culta da Língua Portuguesa.

A presente dissertação realiza um Estudo de Caso histórico a respeito do movimento “Fora Celulose”, ocorrido na cidade de Rio Grande no final dos anos 1980. Durante o ano de 1988 o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, anunciou que a cidade de Rio Grande seria contemplada com a instalação de um gigantesco complexo de produção de papel celulose. Em primeiro momento, as autoridades e empresários da região acreditaram que o projeto seria aprovado sem muitos problemas. Entretanto, em poucos dias, uma enorme movimentação contra a fábrica ocorreu no município, sendo efetiva em dissuadir os governantes a abandonarem o projeto. É justamente sobre os elementos que proporcionaram este sucesso que esta investigação se debruçou.

Não são raros os grupos e movimentos ambientalistas que foram eficazes em resistir de forma efetiva a grandes empreendimentos poluidores. Porém, o que torna o “Celulose Não” digno de um estudo de caso é justamente o contexto histórico em que está inserido. O final da década de 1980 é marcado pela redemocratização nacional e também pela edificação da Constituição Federal de 1988. Apesar disso, a principal marca deste período é a violenta crise socioeconômica que assolava o país, acontecimento este que motivou a alcunha de “década perdida” para o referido íterim.

Durante esta década perdida o Brasil enfrentava níveis de desemprego alarmantes, a

violência e a fome devastavam as grandes e pequenas cidades. Estas mazelas eram contabilizadas em estatísticas e anunciadas incessantemente pela televisão e os jornais da época, fato que causava medo e uma enorme sensação de incerteza sobre o futuro. É nesse contexto apavorante que o Governo do Estado anuncia a instalação da fábrica de celulose em Rio Grande, apresentada como a redenção econômica e social da metade sul do estado gaúcho.

A fábrica seria de um investimento extraordinário para época, cerca de 200 milhões de dólares. Atualmente este é um valor extremamente vultoso e dificilmente um projeto com essas cifras seria negado por qualquer cidade, para época, este era um valor quase inimaginável. Para além destes números, o município de Rio Grande sofria, assim como todo o país, com as consequências do desemprego e da violência desenfreada. Nenhum governante ou empresário local sequer poderia imaginar que em poucos dias aconteceria uma mobilização aos moldes da ocorrida, visto que, como se sabe, durante momentos de crise econômica, as questões ambientais tendem a ser renegadas em razão dos ganhos econômicos.

No entanto, apesar de aparentemente todos os elementos conspirarem a favor da instalação da fábrica, um grupo de ambientalistas e acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) iniciou uma campanha alertando a população a respeito das potencialidades negativas do investimento. Com o passar dos dias, o movimento foi tomando corpo e as discussões, debates e ações propostas passaram a ocorrer nos mais diversos ambientes de socialização da cidade, desde a igreja e associação de moradores de bairro, até a Câmara dos Vereadores e mesmo na praia do balneário Cassino.

Ao fim do primeiro mês de intenso debate, Rio Grande estava convencida de que não obstante os aparentes ganhos que uma fábrica de celulose poderia trazer para região, os riscos de sua instalação eram maiores que as possíveis benesses. Desta maneira, o Governo do Estado não teve outra escolha senão desistir do projeto. Não se sabe o que teria sido da cidade se a fábrica tivesse sido instalada, entretanto, tendo em vista todo esse contexto, pode-se afirmar que as ações do movimento foram mais importantes que a fábrica.

A partir desta breve descrição sobre o que foi o “Celulose Não” e tendo em vista o contexto em que estava inserido, é proposta a seguinte situação problema: **Partindo da proposição de que em contextos de crise socioeconômica, as questões ambientais tendem a ser deslocadas para um segundo plano, quais as motivações e circunstâncias que levaram o movimento “Celulose Não” a obter êxito no processo de resistência contra as pretensões do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em instalar, no município de Rio Grande, uma planta industrial de celulose?**

Para investigar este problema, parte-se da hipótese de pesquisa de que o sucesso do

movimento “Celulose Não” reside justamente nas ações de Educação Ambiental desenvolvidas e propagadas pelos ambientalistas e demais participantes. Cabe ressaltar, que não se trata aqui de um teste de hipótese aos moldes das ciências exatas, mas sim uma busca elucidativa partindo das ciências sociais, tendo como fio condutor a ideia de que o sucesso do movimento reside nas ações de Educação Ambiental.

Desta maneira, o objetivo principal desta pesquisa foi justamente o de se debruçar sobre as ações de Educação Ambiental promovidas pelo movimento. Buscou-se identificar o que seriam estas ações, como foram realizadas, quais grupos as realizaram, o conteúdo objetivo e subjetivo de tais ações, e, não menos importante, os métodos e os locais onde foram aplicadas. Estas ações de Educação Ambiental foram decisivas para que a fábrica não fosse instalada e desta maneira, parece claro que reside nestas atividades os elementos que possibilitam mudanças estruturais na sociedade e para além disso, potenciais contribuições para área da educação ambiental.

Para que este objetivo geral pudesse ser realizado foi necessário dissecar quais eram os grupos e atores sociais que estavam atrelados ao “Celulose Não” e como estes grupos e indivíduos se relacionavam entre si. Desta maneira, buscou-se identificar as visões de mundo e ideologias dos envolvidos, papéis desempenhados na história, assim como suas opiniões e perspectivas a respeito do que foi o “Celulose Não”. Este processo auxiliou a entender tanto o papel desempenhado por estas pessoas durante o evento e o “como” e o “porquê” as ações empregadas pelos ambientalistas foram efetivas.

Entretanto, estes objetivos só puderam ser realizados, pois inicialmente se traçou uma contextualização da época em que ocorreu o “Celulose Não”. Este objetivo tinha por finalidade compreender qual o nível de influência que o contexto e o lugar possuíram para o sucesso do movimento. Desta maneira, buscou-se realizar uma contextualização que não levasse em conta apenas aspectos históricos dos anos 1980, mas sim que englobasse também questões relacionadas ao meio físico e geográfico da região estudada.

Cabe ressaltar que se trata aqui de uma pesquisa de mais de cinco anos de investigação que já rendeu artigos, capítulos de livros e uma monografia. Muitos temas pertinentes para a compreensão de toda a dinâmica do “Celulose Não” foram tratados nestes trabalhos posteriores para que esta dissertação pudesse focar nos objetivos e problemas propostos. Desta maneira, deixa-se claro aqui que elementos referentes, principalmente, ao processo de fabricação e história da celulose no Brasil, assim como a história e a relação do Porto de Rio Grande - elementos importantes para a história- podem ser encontrados no trabalho de conclusão de curso de história do autor.

Uma pesquisa com tais pretensões necessitou de um *corpus* extenso e de fontes variadas. Foram resgatados documentos oficiais e artigos acadêmicos produzidos na época; coletadas informações de um período de quase dois anos em dois periódicos do estado; foram realizadas entrevistas com atores relevantes para a história em questão; foram analisados materiais gráfico e artísticos produzidos pelos ambientalistas; e por fim, mas não menos importante, realizou-se visitas aos locais onde a fábrica seria instalada e outros locais possivelmente atingidos pela poluição da empresa.

A primeira gama de fontes resgatadas foram as dos periódicos *Jornal Agora* e *Jornal Zero Hora*. Ambas foram encontradas na cidade de Rio Grande, estando a primeira no arquivo da sede da empresa e a segunda nos acervos da biblioteca riograndense. Optou-se por realizar o registro, através de fotografia, da capa de todos os exemplares de 1988 e 1989. Desta maneira, a sessão referente às fontes jornalísticas do arquivo do autor possui os periódicos que datam de 02/01/1988 até 31/12/1989.

Apesar de as discussões referentes ao “Celulose Não” só começarem a surgir na imprensa no final de 1988 e praticamente cessarem na metade do ano de 1989, parte-se do princípio que as fontes impressas podem possuir outros tipos de conteúdo relevantes para o fenômeno pesquisado em períodos anteriores e posteriores ao assunto que se estuda. Esta proposição se mostrou verdadeira, como pode ser visto no capítulo final da dissertação.

Estes jornais auxiliaram em diversas etapas da pesquisa. Foram fundamentais para entender a cronologia dos eventos em primeiro momento, posteriormente a identificar os atores a serem entrevistados, mapear as atividades de Educação Ambiental, também os discursos e ideologias dos grupos e indivíduos. Para além disso, os exemplares auxiliaram na construção do capítulo de contextualização, que como poderá ser visto posteriormente, foi mesclado com dados bibliográficos e fontes primárias para a edificação da temática proposta.

O resgate destas fontes demandou tempo de trabalho e o auxílio de alguns pesquisadores do grupo de pesquisa Ribombo. Ressalta-se que não se tratou de uma atividade complicada e difícil, mas meramente maçante. Apesar disso, trabalhar com imprensa, em especial, com periódicos é uma tarefa complexa e requer um aprofundamento conceitual cuidadoso.

Para buscar os subsídios conceituais necessários com a finalidade de lidar da melhor forma possível com estes jornais, utilizou-se de uma bibliografia especializada no assunto, em especial de autores clássicos como Zickerman (1985) e Moraes (1999) e outros autores contemporâneos, mas da escola de investigação em imprensa, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Esta instituição é reconhecida nacional e

internacionalmente por ser um dos mais antigos nichos de investigação da história da imprensa no Brasil, sendo os pesquisadores citados antigos professores desta universidade.

Sendo assim, o primeiro aspecto a se levar em conta na operação com jornais é justamente o que se refere aos campos políticos, ideológicos e econômicos que envolvem os periódicos. Estes acabam por determinar as formas de comportamento, opiniões e mesmo a devida importância para determinados temas que os redatores abordarão. Como propõe Zicman (1985):

(...)a imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados (ZICMAN 1985, p. 90).

Alguns jornais possuem função puramente ideológica, como, por exemplo, os produzidos por partidos políticos ou sindicatos, outros, por sua vez, têm como função primordial a reprodução econômica, de caráter mais empresarial-capitalista, como exemplo de jornais de grande circulação. Identificar estas características se torna importante, pois elas auxiliam o pesquisador, tanto a criar nexos explicativos para os problemas edificados na pesquisa, quanto a entender determinadas posturas realizadas pelos editores dos jornais. Desta maneira:

Como metodologia de análise da fonte propomos como um primeiro ponto referencial, que se analise a materialidade do periódico e os seus suportes. Nesse sentido para historicizar a fonte propõe-se que se leve em conta as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo do que foi escolhido e porquê. Assim como as funções sociais desse impresso (VIEIRA, 2013, p.7).

Estas informações a respeito das perspectivas ideológicas e econômicas dos jornais, assim como a forma como são produzidos, linguagem, material de impressão, número de tiragem e preço, nos levam a entender quem são os leitores destes periódicos e também a compreender as intenções e o grau de importância dado a cada temática para as diferentes classes sociais que compõem o tecido social.

A partir desta perspectiva de análise, devemos estar atentos a quantidade que vezes que determinado assunto é encontrado nos documentos, a posição de destaque ou não que alguma matéria possui nas páginas do jornal, o tamanho dos títulos e centralidade destes, a quantidade de vezes que um tema aparece na capa do jornal, dentre outros aspectos que levam o pesquisador a entender as pretensões dos editores a respeito de determinado assunto.

(...)pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar

publicidade a alguma coisa e ter sido publicado implica atentar para o local em que se deu a publicação, o que confere determinado significado a notícia, assim como as hierarquias que as atravessam. É preciso atentar também para o destaque conferido ao acontecimento (VIEIRA, 2013, p.8).

Deve-se atentar também para as pressões externas que atuam sobre os jornais, como por exemplo do estado e seus governantes, dos leitores e principalmente dos anunciantes. Identificar estes elementos e como eles atuam sobre o periódico é um aspecto importante para a investigação, pois acaba por revelar em muitos momentos os “como” e “porquês” de determinadas posturas e ações dos colunistas e proprietários dos periódicos.

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar —e cativar— o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico) (LAPUENTE, 2016, p.18).

Desta maneira, buscou-se levantar informações relevantes destes periódicos antes de iniciar o processo de análise de conteúdo aplicado aos documentos. Este processo se mostrou interessante ao longo da pesquisa, pois foi possível, se não entender, pelo menos vislumbrar alguns posicionamentos dos redatores e para qual público era dirigido e que mensagem gostariam de passar aos leitores.

Sendo assim, buscando elucidar aos leitores um pouco a respeito destes jornais, constata-se que o *Jornal Agora*, desde sua fundação em 20/09/1975, tendia a dar visibilidade às mais variadas opiniões, inclinando-se à linha política de centro progressista. Contudo, não se pode afirmar, em hipótese alguma, se tratar de um jornal de esquerda. Sendo impresso diariamente, o *Jornal Agora* possuía uma tiragem voltada ao público rio-grandino e tinha como foco principal debater os problemas e acontecimentos da cidade, sempre abrindo o seu quadro de opinião dos leitores às mais diversas críticas. Voltado à classe média do município, o *Agora* possuía um preço acessível e podia ser encontrado em diversas bancas do município até seu encerramento no dia 10/03/2020 (Nº 12.581).

O jornal *Zero Hora* possui sua sede na cidade de Porto Alegre, surge em 1964 e está ativo até o tempo atual. Em seus primeiros anos o jornal buscou atuar em áreas pouco exploradas pelos concorrentes, fato que propiciou o periódico a se expandir para o interior do estado. O ZH é parte do grupo RBS, e assim como o jornal *O Globo*, também é chefiado por

uma família, uma das mais ricas do Rio Grande do Sul, os Sirotsky. Ainda segundo o CPDOC-FGV², no final dos anos 1980, o jornal contava com 30 mil assinantes e uma triagem média de 130 mil exemplares. O ZH possui um espectro político considerado de centro liberal e é considerado um jornal de grande circulação.

Após o fim deste levantamento conceitual sobre a pesquisa com a imprensa e dos aspectos técnicos e ideológicos dos jornais, é que de fato se inicia a seleção, tratamento e análise das fontes a serem utilizadas. Para isso, foi aplicado um processo de análise conteúdo³. Esta escolha se dá, pois em primeiro lugar, os autores citados anteriormente incentivam o uso de tal recurso nestas etapas da pesquisa, em segundo, pois tal procedimento também pode ser empregado nas demais fontes que compõem o *corpus* da investigação.

Cabe ressaltar, que se trata aqui de uma pesquisa qualitativa que teve seu início através de uma busca exploratória. Desta maneira, muitos dos processos descritos aqui foram realizados e posteriormente refeitos mediante o levantamento de novas fontes e dados que foram surgindo durante a investigação. Sendo assim, o leitor deve estar ciente de que o processo de análise de conteúdo foi realizado durante o levantamento das fontes jornalísticas e refeito após a realização das entrevistas e novamente mediante a obtenção dos artigos acadêmicos, os documentos oficiais, os panfletos e adesivos.

O referido processo se deu desta maneira, pois não se sabia da existência dos demais documentos e dos atores da pesquisa no início da investigação, conforme foram surgindo os novos elementos, o processo foi se refazendo. Logo, ressalta-se que os processos de análise de conteúdo foram aplicados a todos os documentos em diversos momentos. Todavia, a fim de tornar sucinta a explicação do processo, é descrita aqui apenas a etapa final do processo de análise de conteúdo, mas explanados separadamente, em ordem de análise inicial.

Em seguida, partindo para explicação da aplicação do método em si, a primeira etapa consiste em uma preparação dos documentos, na forma como indica Moraes:

Identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas. Para isto recomenda-se uma leitura de todos os materiais e tomar uma primeira decisão sobre quais deles efetivamente estão de acordo com os objetivos da pesquisa. Os documentos assim incluídos na amostra devem ser representativos e

² Trata-se da “Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973. Tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

³ Fala-se em processo de análise de conteúdo e não apenas análise de conteúdo, pois de fato não se aplicou o método como todo. Este foi usado apenas para organizar e classificar as fontes. Não foi utilizado para edificar a escrita do trabalho. Desta forma esta pesquisa não pode ser considerada uma investigação realizada aos moldes da análise de conteúdo como um todo.

pertinentes aos objetivos da análise. Devem também cobrir o campo a ser investigado de modo abrangente. (MORAES, 1999, p. 05)

Uma vez que todos os documentos coletados tratavam do “Celulose Não”, com exceção dos exemplares resgatados, esta primeira etapa acabou por focar mais nos periódicos, pois, como explicado anteriormente, foram resgatados exatos dois anos de jornal em que boa parte do tempo o assunto não era abordado. Assim sendo, nesta primeira etapa foram selecionados apenas os exemplares que tratavam de aspectos relevantes ao fenômeno, tendo em vista, que após a leitura dos demais documentos, notou-se que outras matérias que não estavam relacionadas diretamente ao “Celulose Não” também constavam como dados relevantes, como por exemplo, sobre a seca que ocorria do Rio Grande do Sul no ano de 1988 e sobre a greve dos docentes a FURG. Tudo isso será melhor abordado no decorrer da dissertação.

Seguindo com esta primeira etapa, foi necessário reduzir os exemplares a matérias e notícias contidas nos periódicos, pois os jornais na íntegra não serviam aos propósitos da pesquisa. Tal restrição acabou por evidenciar um total de 204 reportagens sobre o “Celulose Não” e os demais assuntos relevantes. Uma vez que ainda se tratava de um número alto de documentos e que continham muitas informações repetidas, optou-se por aplicar o processo de amostragem por saturação para selecionar as informações e dados mais relevantes.

A amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual que pode ser empregada em investigações qualitativas. É usada para estabelecer o tamanho final de uma amostra, interrompendo a captação de novos dados. Nessa técnica, o número de participantes é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes, quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição não sendo considerado produtivo persistir na coleta de dados. (HOFFMANN E FARIAS, 2018, p.41)

Assim, a primeira etapa se deteve em selecionar recortes que tratavam diretamente do assunto ou com relação direta ou indireta aos trâmites pesquisados. Subdividindo-se, assim, em documentos (A), os quais tratavam diretamente do assunto; e documentos (B), os quais não possuíam notícias especificamente sobre a fábrica, porém, se associavam, de modo geral, ao contexto da época, e assuntos que influenciaram no fenômeno estudado.

Antes de seguir com a explanação de como se deu o processo de análise de conteúdo, faz-se necessária a descrição das demais fontes que compõem o *corpus* da pesquisa, pois a segunda etapa do procedimento teve uma inserção mais profunda nos demais documentos. Ademais, é necessário que o leitor retome os objetivos da pesquisa, pois a próxima fonte,

diferentemente das outras, não foi propriamente resgatada, mas sim produzida, e sua edificação foi pautada para a resolução do problema e objetivos da pesquisa.

O segundo acervo de fontes utilizados traduz-se numa sequência de cinco entrevistas, com pessoas diretamente envolvidas na resistência contra a instalação da fábrica de celulose. Salienta-se que os entrevistados não foram escolhidos aleatoriamente, mas conforme as bases metodológicas propostas por Maria Teresa Haguette em sua clássica obra *Metodologias Qualitativas na Sociologia* (1999), a partir da qual foram destacados nove nomes relevantes para descrever o desfecho desta resistência. No entanto, as entrevistas ocorreram somente com cinco desses personagens.

Antes de prosseguir, faz-se necessário explicitar o conceito de história oral^{4*} proposto pela autora:

Em termos gerais poder-se-ia dizer que tudo que é “ORAL”, gravado e preservado pode ser considerado história oral. Neste sentido, os discursos, as conversas telefônicas, as conferências ou qualquer outro tipo de comunicação humana que pode ser gravada, transcrita e preservada como fonte primária para o uso da comunidade científica estaria dentro do rótulo de história oral. (HAGUETTE, 1999, p. 92).

Diante da definição supracitada, entende-se que as entrevistas gravadas, como fonte de coleta de dados, são consideradas história oral. Entretanto, apesar da precisão explanada por Haguette (1999), a história oral em forma de entrevista se faz somente após o devido tratamento dessas gravações. É somente após o trabalho feito pelo historiador, baseado aqui no que propõe a autora, é que se pode dizer que, de fato, se possui um documento de história oral.

Com o intuito de preencher as lacunas deixadas pela fonte jornalística, recorreu-se inicialmente à captação das memórias do primeiro entrevistado, o geógrafo e professor universitário Marcelo Vinícius de La Rocha Domingues. Salienta-se que o contato com este foi realizado, inicialmente, por intermédio do orientador deste trabalho, pelo fato de manterem relações de longa data. A estratégia adotada está em consonância ao método empregado por Haguette (1999), segundo a qual o contato com os entrevistados deve ser realizado de maneira informal ou por conhecidos do entrevistado.

O planejamento e o escalonamento das entrevistas devem obedecer à ordem dos contatos preliminares estabelecidos pela instituição a qual o programa está afeto ou pessoalmente pelos Entrevistadores. Nossas experiências têm demonstrado que os contatos são mais valiosos que o contato formal através da instituição. O contato individual pode incluir não só relações de amizade existente entre o entrevistador ou alguns membros da família ou amigos do entrevistado, assim como aquela que é estabelecida por entrevistadores

4* Foram utilizados processos de história oral e não a metodologia por completo.

anteriores que fazem “a ponte” entre o novo entrevistado e o pesquisador. (HAGUETTE, 1999, p. 98).

Ainda em cumprimento às orientações da autora, o entrevistado em questão definiu o local e a hora da entrevista, sendo esta realizada em sua sala de permanência, no Instituto de Ciências Humanas e da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande.

O principal objetivo da entrevista consistia em responder ou pelo menos tornar mais clara a resolução dos problemas da pesquisa. Paralelamente, buscou-se resgatar a memória deste ator, além, é claro, de compreender as lacunas que não puderam ser desvendadas pela fonte jornalística. Sendo assim, optou-se por uma entrevista do tipo semiestruturada, que consiste em deixar o entrevistado falar livremente sobre suas memórias acerca do acontecimento, mas com devidas intervenções pontuais a fim de responder os questionamentos desejados.

Ao fim desta entrevista, a qual perdurou cerca de uma hora, deu-se início à parte mais técnica do processo de arquivamento de uma entrevista de história oral que compreende a transcrição da gravação. Este procedimento levou à escuta da gravação simultaneamente com o processo de se digitalização. Posteriormente, reescreveu-se a entrevista em norma culta padrão da língua portuguesa. Tal processo realizado criteriosamente, segundo o método proposto por Haguette (1999).

As demais entrevistas foram realizadas observaram os mesmos ritos metodológicos da primeira. Envolveu a coleta do depoimento de Luiz Rampazzo, presidente do Centro de Estudos Ambientais (CEA) à época; bem como um diálogo com o engenheiro sanitarista Diniz Maciel da Silva, técnico responsável, naquele contexto, por produzir o relatório de impacto ambiental apresentado pelo Governo do Estado; o quarto entrevistado foi o empresário rio-grandino Hermann Werner Hadrich, um dos principais entusiastas da fábrica na cidade; e, por fim, o professor Paulo Roberto Armanini Tagliani, que foi responsável na época por produzir parte dos relatórios a respeito da fábrica e um de seus alunos na época, o também oceanólogo Edison Barbieri.

Todas as entrevistas duraram entre 45 e 80 minutos. O lapso temporal se dá, pois, alguns entrevistados tendem a não lembrar tão bem dos eventos quanto outros. Entretanto as mesmas perguntas foram feitas, e, sempre que possível, na mesma ordem. Todos os atores envolvidos nesse procedimento doaram suas memórias de forma livre para fins acadêmicos. Além disso, Luiz Rampazo e Diniz Maciel Acabaram por doar outras fontes que compõem o *corpus* da pesquisa e que serão abordadas mais a frente.

Voltando ao procedimento metodológico em questão, Haguette (1999) propõe que as pessoas de idade mais avançada sejam entrevistadas em primeiro lugar, o que faria com que a

entrevista de Diniz fosse a primeira a ser realizada. Contudo, este somente retornou os contatos tardiamente, motivo pelo qual não foi possível seguir rigorosamente os ensinamentos da autora em questão. Por fim, ao comparar as três fontes, atestou-se as divergências ideológicas entre os atores, bem como visões diferenciadas sobre o episódio, inclusive com a constatação de informações conflitantes. Não obstante, Haguette entende as discrepâncias como triviais, conforme o excerto:

As afirmações de natureza subjetiva estão sempre imersas em reações que devem ser levadas em conta: o estado emocional do informante, as opiniões, suas atitudes, seus valores que devem ser confrontadas ou complementadas com comportamentos passados e expressões não verbais, igualmente. A constatação de afirmações conflitantes não deve levar o pesquisador a considerar o depoimento inválido, uma vez que estas mesmas contradições podem levar a importantes descobertas. As pessoas nem sempre exibem um comportamento racional em suas atividades diárias e por esta razão o pesquisador não pode exigir-lo do informante em uma situação de entrevista (HAGUETTE, 1995, p. 88).

Tais conflitos foram constatados principalmente entre as opiniões dos dois primeiros entrevistados, em relação às do terceiro. Esta incompatibilidade pode ser compreendida de forma simples, uma vez que os dois primeiros representavam, respectivamente, a academia e a sociedade civil, ao passo que o terceiro representava o Estado, sendo, naturalmente, observado o contraste de opiniões. Estes aspectos serão abordados de maneira mais apropriada no capítulo final da dissertação.

Seguindo com a explicitação das fontes da pesquisa, encontra-se junto ao *corpus*, uma série de documentos oficiais, ou seja, produzidos pelo estado ou agentes institucionais, sendo o principal deles o relatório denominado “Possíveis impactos da instalação de uma fábrica de celulose na cidade de Rio Grande”. Produzido por pesquisadores da FURG. Tal documento é constituído por quatorze pareceres de diversos autores das mais variadas áreas do campo científico, mas predominantemente do curso de oceanologia.

Sendo eles a seguir: 1) “Contaminação Aquática e recursos pesqueiros”, de autoria do Prof. Dr. Manuel Haimovici – do então Departamento de Oceanografia; 2) “Principais Aspectos na Pesca do Camarão Rosa *Penaeusn Paulensis* na Lagoa Dos Patos - Rio Grande - RS”, elaborado pelo Prof. Marchiori – Departamento de Oceanografia; 3) “Possíveis Consequências dos Efluentes de Fábrica de Celulose sobre o Fitoplâncton no Estuário da Lagoa dos Patos”, desenvolvido pela Profª Dra. Clarisse Odebrecht; 4) “Consequências Socioeconômicas para Rio Grande com a Instalação de uma Fábrica de Celulose”, de Marcelo Vinicius Domingues, Departamento de Geociências; 5) “Possíveis Efeitos Dos Contaminantes de uma Indústria de Papel sobre a Biologia dos Peixes do Estuário da Lagoa dos Patos”, produzido pelo professor

Jorge P. Castello - Departamento De Oceanografia; 6) “Celulose, aves e cações” de Carolus Vooren, do Departamento Oceanologia; 7) “Lagoa dos Patos: Hidrodinâmica”, de Osmar O. Moller Jr., do Lab. Oceanografia Física; 8) “Parecer Médico Provisório sobre a Instalação desta Indústria”, do Dr. Cezar Augusto Chiaffitelli, Diretor do Serviço de Oncologia e Radioterapia da A.C Santa Casa.; 9) “Repercussão dos Rejeitos de uma Indústria de Celulose sobre a vida Aquática”, de Maria da Graça Baumgarten, Sergio Pryzibiçski e Luiz Felipe Niercheski - Departamento de Química; 10) “Turismo”, de Renato V. Carvalho - do Nema; 11) “Repercussão dos Rejeitos de uma Indústria de Celulose sobre a Vida Aquática - Zooplanton”, do Oc. Ivo M. Gloeder – Departamento De Oceanografia; 12) “Consequências sob o Ponto de Vista Hidroquímico do Lançamento de Efluentes de uma Indústria de Celulose no Estuário da Lagoa dos Patos”, de Maria da Graça Baumgarten e Dr. Luiz Felipe Niencheski – Departamento de Química; 13) “Parecer Jurídico Sobre a Instalação de uma Fábrica de Celulose”, de Marco Antônio Araújo, bacharel em Direito - FURG; 14) ”Algumas considerações sobre as implicações ambientais envolvidas na implementação de uma indústria de celulose no estuário da lagoa dos patos”, de Paulo Roberto Tagliani e Edison Barbieri.

Junto a esses documentos, doados pelo entrevistado Rampazzo, encontrou-se um parecer preliminar do Departamento de Meio Ambiente (DMA), elaborado pelo engenheiro Diniz Maciel, da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, a respeito da viabilidade de instalação da fábrica e o “Sumário Executivo Fábrica de Papel Kraftlimer”- Secretaria de Coordenação e Planejamento. Entre os documentos doados, ainda consta um relatório da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas, endereçado ao secretário da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul; o “Parecer Referente a Viabilidade da Instalação de uma Fábrica de Celulose no Estado: Aspectos Ambientais”, assinado por Tarcísio Isaias, então chefe da Assessoria Técnica da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do Rio Grande do Sul; e, por fim, uma carta do prefeito da cidade de São José do Norte - RS, endereçada ao governador do estado.

Além de toda documentação, Rampazzo doou outros dois documentos, estes não oficiais, mas que talvez junto às entrevistas, sejam os mais importantes de todos, pela relação direta destes com os objetivos da pesquisa. O primeiro deles é um folheto denominado “Impactos negativos de uma fábrica de celulose”, produzido por ambientalistas e que continha informações sobre as consequências da instalação da fábrica de celulose na cidade. Por fim, e finalizando toda a gama de documentação que compõe o *corpus* da investigação, um adesivo utilizado pelo movimento.

Foi em posse de toda esta documentação que finalmente se deu a segunda etapa do processo de análise de conteúdo, que vinha sendo explicitado antes da descrição do restante da

documentação encontrada. Esta etapa compreende a unitarização das fontes, conforme o procedimento disposto por Moraes (1999):

Reler cuidadosamente os materiais com a finalidade de definir a unidade de análise. Também denominada “unidade de registro” ou “unidade de significado”, a unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação. Toda categorização ou classificação, necessita definir o elemento ou indivíduo unitário a ser classificado. Na análise de conteúdo denominamos este elemento de unidade de análise. A natureza das unidades de análise necessita ser definida pelo pesquisador. As unidades podem ser tanto as palavras, frases, temas ou mesmo os documentos em sua forma integral. Deste modo para a definição das unidades de análise constituintes de um conjunto de dados brutos pode-se manter os documentos ou mensagens em sua forma íntegra ou pode-se dividi-los em unidades menores. A decisão sobre o que será a unidade é dependente da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e do tipo de materiais a serem analisados. (MORAES, 1999, p. 05)

Tendo em vista o objetivo de “dissecar” o conflito socioambiental e o de compreender as ações socioambientais, a unitarização consistiu em agrupar os documentos de uma forma polarizada nesta etapa, separando-os em unidades A1 - que seriam contra a celulose; e unidades A2- que seriam favoráveis a celulose. À vista disso, para cada unidade de significado foram dispostos desde documentos inteiros ou mesmo charges e matérias completas, até breves trechos dos artigos e material artístico. Sabe-se que tal fragmentação documental acaba por excluir diversas outras informações, mas tal método é aceito neste processo metodológico, tendo em vista que se reescreve estas unidades contextualizadas em cartões, construídos na plataforma *Word*, para que as mesmas possam ser compreendidas fora de seu contexto. Logo, não se prejudica o trabalho em sua plenitude.

A terceira parte deste processo consiste na categorização. Tratando-se de uma investigação qualitativa, as categorizações podem ser construídas mediante o exame dos documentos. Como pode ser visto no próximo capítulo, a bibliografia que assenta teórica e metodologicamente esta pesquisa impõe ao pesquisador partir das categorias *a priori*. Estas devem estar em sintonia com o objetivo principal do trabalho e devem obedecer a alguns mecanismos básicos, conforme se lê:

A categorização é sem dúvida, uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo. Entretanto, seja com categorias definidas a priori, seja com uma categorização a partir dos dados, o estabelecimento de categorias necessita obedecer a um conjunto de critérios. As categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas. A classificação de qualquer elemento do conteúdo deve ser mutuamente exclusiva. Finalmente uma classificação deve ser consistente. Mesmo admitindo diferenças na aplicação e interpretação destes critérios, é importante discuti-los e compreendê-los. O eventual não atendimento a algum deles numa pesquisa deve ser justificado adequadamente. (MORAES, 1999, p. 07).

Apesar das imposições conceituais, parte-se do princípio que não cabem nas metodologias qualitativas os famosos “engessamentos” teóricos. Desta maneira, mesmo partindo de categorias *a priori*, buscou-se refinar estas categorias a partir dos dados emergidos durante a análise das fontes. Sendo assim, foram “criadas” quatro categorias, ambas aplicadas às unidades de análise anteriormente citadas. Sendo elas: 1) argumentação; 2) grupos, indivíduos e ideologias; 3) táticas e elementos de educação ambiental; e 4) contribuições para a construção de uma nova racionalidade.

A quarta parte do processo constitui-se na descrição. Este processo consiste em produzir um texto contextualizado para cada uma das categorias, levando em conta todos os seus elementos. O objetivo principal desta etapa é auxiliar o pesquisador a criar novos nexos explicativos para unir as fontes até então fragmentadas. Esta etapa deve ser escrita visando a resposta dos objetivos da pesquisa. Cabe ressaltar que, aqui, o pesquisador não pode ter medo de expor suas opiniões e suas intuições, é para isso que serve este processo.

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem qualitativa a descrição será geralmente de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. (MORAES, 1999, p. 09).

Toda esta operação tem como intuito auxiliar na última parte do processo de análise de conteúdo, que é a interpretação, tanto do material tratado, quanto das fontes em forma bruta. O texto criado a partir das categorias e contraposição aos documentos em forma bruta devem ser analisados a partir do referencial teórico proposto e interpretado e reinterpretado de maneira profunda e exaustiva. E foi exatamente isso o que se realizou durante esta etapa.

No movimento interpretativo podemos salientar duas vertentes. Uma delas relaciona-se a estudos com uma fundamentação teórica claramente explicitada *a priori*. Nesses estudos a interpretação é feita através de uma exploração dos significados expressos nas categorias da análise numa contrastação com esta fundamentação. Na outra vertente a teoria é construída com base nos dados e nas categorias da análise. A teoria emerge das informações e das categorias. Neste caso a própria construção da teoria é uma interpretação. Teorização, interpretação e compreensão constituem um movimento circular em que a cada retomada do ciclo se procura atingir maior profundidade na análise. (MORAES, 1999, p. 09).

É necessário ressaltar que, em um processo de análise de conteúdo na íntegra, os textos produzidos a partir das categorias fazem parte do corpo do trabalho apresentado. Entretanto, o objetivo deste procedimento aqui exposto foi o de auxiliar na construção de nexos explicativos e principalmente na organização e estruturação do trabalho. A pesquisa em si se trata de um

estudo de caso etno-histórico e trabalhar com o processo de análise de conteúdo de forma integral impediria o pretendido. Por isso, utiliza-se o termo processos de análise de conteúdo e não apenas análise de conteúdo *per si* aqui no corpo do trabalho.

Dito isso, segundo capítulo é dedicado à construção da lente teórica e metodológica que proporcionou a leitura feita sobre as fontes e os nexos explicativos. Para além disso, procurou-se demonstrar neste capítulo a forma com que os processos teóricos e metodológicos selecionados auxiliaram na construção da problemática da pesquisa, do objetivo, dos próprios capítulos e das ferramentas analíticas. Buscou-se também demonstrar que, apesar do uso de diversas perspectivas teóricas e metodológicas, todas elas possuíam uma “amarra” epistemológica coerente, não sendo opostas, mas complementares.

No terceiro capítulo é proposta a contextualização histórica da época em que ocorreu o “Celulose Não”, buscando elucidar o leitor a respeito dos principais aspectos ocorridos nos anos 1980, e como todo este contexto se relacionava como o meio físico e geográfico da cidade, em especial do estuário da Laguna dos Patos. A proposta principal deste capítulo foi, em primeiro lugar, dar um espectro do que era a cidade nos anos 1980, a fim de compreender melhor todo cenário. Em segundo lugar, foi a de entender até que ponto o contexto e o lugar exerceram influência sobre o fenômeno ocorrido.

O quarto capítulo é onde se inicia as análises do que foi o “Celulose Não”, mostrando quais eram os grupos e personagens envolvidos no caso. Aponta-se as diferentes histórias e ideologias das organizações e sujeitos participantes do movimento, assim como é elucidado as suas similaridades, peculiaridades e as inter-relações que as diferentes associações possuíam entre si.

No quinto capítulo é abordado o conflito mais propriamente dito, inicialmente apresentadas as diferentes argumentações utilizadas pelos lados opostos do fenômeno e como suas falas estavam estruturadas. Busca-se também apontar como a argumentação anti-celulose se sobrepôs aos argumentos que defendiam o empreendimento. A última parte do capítulo aponta como se deram as táticas e ações de educação ambiental nas ruas da cidade e como tais práticas eram estruturadas.

Por fim, o último capítulo procura realizar uma discussão dos resultados levantados e apresentados durante a pesquisa. Busca-se entender e organizar as principais estratégias e ações de Educação Ambiental do movimento, como também identificar as contribuições que estas atividades podem oferecer ao campo científico da Educação Ambiental e aos seus fundamentos teóricos e metodológicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DE UMA PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No presente capítulo, faz-se uma discussão a respeito dos conceitos teóricos e metodológicos que estruturaram esta dissertação. Diferentemente da descrição de como o processo de análise de conteúdo foi aplicado às fontes da pesquisa, aqui serão explicitadas as maneiras como a lente teórico-metodológica desta pesquisa foi construída. Além disso, abordar-se-á como tal discussão epistemológica foi fundamental para a criação do problema de pesquisa, dos objetivos da investigação e da edificação dos capítulos da dissertação. São debatidos também os principais autores e conceitos interpretativos utilizados na obra.

Uma vez que se trata de uma pesquisa em Educação Ambiental, parece necessária uma breve discussão sobre o que é a educação ambiental e quais são os autores que fundamentam a visão de educação ambiental desta dissertação. Sabe-se que este campo ainda é jovem academicamente e possui muitas disputas internas sobre a hegemonia de diversos conceitos. Para além disso, há uma diversidade de tendências no interior desta área do conhecimento que pautam diferentes *Approachs* no tocante a organização e aplicação de ações de EA.

Abordando mais especificamente as tendências do campo, existem duas que possuem um destaque especial para compreensão deste trabalho. A primeira delas é o que LAYRARGUES e LIMA (2014) convencionam chamar de conservacionista. Esta é a primeira ideia de educação ambiental a chegar ao Brasil e possui uma forte ligação com o contexto de degradação ambiental da época e com os movimentos ambientalistas dos anos 1980.

Em um momento inicial, concebia-se a Educação Ambiental como um saber e uma prática fundamentalmente *conservacionista*, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica. (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.27)

Tendo como base a ecologia, a vertente conservacionista buscava através de ações de conscientização individuais e hábitos comportamentais as medidas necessárias para promover ações de educação ambiental capazes de promover transformações. A ideia central nesta vertente era de que as causas dos impactos ambientais seriam causadas pelas ações dos seres humanos e seriam necessárias ações para mitigar ou interromper estes impactos. A reciclagem do lixo, zonas de conservação e preservação ambiental e criação de áreas verde são exemplos que podem ser caracterizados neste espectro.

Com o passar dos anos o campo foi tomando forma e ganhando complexidade, sendo necessário pensar novas maneiras de ser propor a educação ambiental, visto que, tanto o contexto, quanto o próprio entendimento sobre o que é natureza foram se alterando. Desta maneira, partindo de visões teóricas mais críticas, os pesquisadores da área apontaram que os impactos negativos aos ambientes naturais eram causados não pelos seres humanos, mas sim, por determinados modelos políticos e econômicos adotados por parte das sociedades humanas ao redor do globo. Nascia então a vertente que LAYRARGUES e LIMA (2014) denominam de Educação ambiental crítica.

Trazem uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza. Por essa perspectiva não era possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais; afinal, a crise ambiental não expressava problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. As causas constituintes destes problemas tinham origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes. (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.29)

Esta tendência se estrutura a partir de um olhar mais amplo sobre os problemas ambientais e advoga que as soluções para os impactos negativos ao meio ambiente não podem partir somente de ações individuais ou conservacionistas. Por esta perspectiva, a solução para a problemática ambiental gira em torno de uma transformação completa dos modelos políticos e econômicos, pois estes estão diretamente atrelados à forma como as sociedades e as nações lidam com o ambiente.

Não cabe aqui um juízo de valor sobre qual é a melhor ou pior vertente. Ambas são consequências de seus momentos históricos e possuem seu valor. Ademais, as percepções mais contemporâneas de EA afirmam que as ações de ambas as vertentes não são incompatíveis. O que se defende aqui é que as ações conservacionistas devem e podem ser um passo inicial para promoção da EA, entretanto não pode ter um fim em si mesma, é necessário expandir o debate para as discussões propostas pela EA crítica.

O autor desta dissertação possui sua visão de educação ambiental pautada nos que propõe Enrique Leff. Tal teórico possui uma visão mais complexa que EA que circula entre uma educação ambiental crítica e sistêmica. Quem aqui escreve acredita que as ações propostas pela vertente conservacionista são importantes, entretanto, é necessário pautar uma transformação dos modelos de produção para que possa haver uma mudança substancial.

Uma vez que esta pesquisa também se trata de um estudo de caso, o primeiro movimento em busca da estruturação da pesquisa decorreu dos referenciais de Robert Yin (2015) a respeito de como estruturar um caso. A escolha deste autor se deu pelo fato de ser provavelmente a maior referência internacional neste tipo de metodologia, e também por propor casos, tanto para área

da História, quanto para a Educação. Yin é formado em História, possui trabalhos no campo da Educação e trabalha na área das Ciências Humanas e da Administração na Universidade de Harvard.

Para Yin (2015), os casos devem preferencialmente possuir teorias ou preposições *a priori*. O autor ainda ressalta a necessidade de apresentar as questões e objetivos bem definidos antes de iniciar a pesquisa. Estas tarefas só podem ser realizadas mediante uma pesquisa bibliográfica profunda e bem estruturada, que aborde outras investigações similares a qual o pesquisador pretenda operar. Este tipo de abordagem oferece ao pesquisador uma maneira de evitar a edificação de busca pouco profunda como também facilita o encontro de bons referenciais teóricos, como de fato aconteceu.

Desta forma, optou-se inicialmente por realizar um levantamento bibliográfico abordando teses e dissertações que pesquisaram movimentos de resistência em conflitos socioambientais. Este levantamento culminou em um estudo exploratório denominado de Estado do Conhecimento, que visou abordar os principais referenciais teóricos e metodológicos com os quais as teses e dissertações produzidas no Brasil trabalhavam, assim como também se buscou investigar as situações problemas e objetivos destas pesquisas. Tal pesquisa foi realizada no banco da Biblioteca Digital Brasileira De Teses e Dissertações (IBDTD), utilizando no buscador geral os termos “resistência” e “ambientalismo”.

Por conseguinte, constatou-se que diferentes obras dos autores Henri Acselrad (2009), Enrique Leff (2007; 2009) e Paul Little (2006) se encontravam entre as mais citadas na estruturação teórica destes trabalhos que foram por fim apurados. A Teoria dos Conflitos e, principalmente, os pressupostos epistemológicos da Ecologia Humana, em especial a Ecologia Política, eram as bases de praticamente todos os trabalhos analisados e desta maneira, optou-se por selecionar a Ecologia Política como o principal guia da investigação.

Dentre estes autores, Paul Little, em especial, propõe a partir dos pressupostos da Ecologia Política, uma metodologia chamada de *etnografia de conflitos socioambientais*, que convida os pesquisadores a abordarem de forma etnográfica as disputas por uso dos recursos naturais e por território nos mais diversos ambientes, tanto nas matas da floresta Amazônica, quanto nos centros e periferias das cidades e regiões urbanas.

Uma vez que o movimento “Celulose Não” se trata de um conflito por uso do espaço e recursos, optou-se por buscar nesse processo metodológico as bases estruturais com as quais se operacionalizou esta pesquisa. Outro fator que influenciou esta escolha é a questão da afinidade ideológica entre quem aqui pesquisa e o referencial teórico e metodológico em questão. Por fim,

como mencionado na introdução do trabalho, os escritos de Little foram abordados da disciplina do professor Gianpaolo e desta maneira, as opções teórico-metodológicas se encaixaram.

Sendo assim, esta pesquisa se trata de um estudo de caso etnográfico de conflitos socioambientais baseados nos pressupostos teóricos da Ecologia Política. A união entre estes métodos e teoria acabaram por estruturar a problemática da pesquisa, os capítulos da dissertação e os objetivos da investigação, que serão apresentados ao longo do texto. Cabe ressaltar que houve por parte do pesquisador o cuidado epistemológico de averiguar a viabilidade da junção entre estes métodos e a teoria. Sendo assim, por parte da Antropologia, encontra-se facilmente diversas pesquisas etnográficas em forma de estudo de caso, inclusive manuais que propõem como estruturar casos etnográficos⁵.

Por parte do estudo de caso proposto por Yin, este afirma que “o estudo de caso é um método de pesquisa comum na psicologia, sociologia, ciência política, antropologia (...) educação” (2015, 38). Yin aponta que o estudo de caso também é mais apropriado para pesquisas que visem “entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem o caso e retenham uma perspectiva holística do mundo real.” (2015, 54).

Uma vez que a ecologia política e a etnografia dos conflitos ambientais trabalham dentro de um paradigma entendido como holístico ou, nas palavras de Little (2006), “dialogando com a complexidade”, entende-se aqui que não há qualquer inviabilidade epistemológica na união destes métodos com a teoria em questão. Inclusive, o próprio Little realiza estudos de caso, o que torna claro desta maneira a compatibilidade aqui exposta.

Esta pesquisa parte da proposição conceitual de que teoria, metodologia e discurso são partes de um mesmo “todo”, ou seja, de um mesmo processo dentro da pesquisa, que não pode ser separado. Desta forma, as explicações sobre as bases teóricas e processos metodológicos não serão estruturados da forma comumente encontrada em teses e dissertações, onde a sessão da teoria é inicialmente explicada e a metodológica *a posteriori*.

A partir deste ponto, serão explanadas como foram estruturados os pressupostos deste “todo” e como este “todo” auxiliou na construção da questão de pesquisa, objetivos, na busca das fontes e sujeitos da investigação. Sendo assim, o leitor perceberá a mudança de explicação entre métodos e teoria constantemente durante a evolução do texto. Deve-se entender esse processo por duas vias. A primeira como parte do exercício de compatibilidade epistemológica, e

⁵ Yin (2015, 38).

a segunda como um exercício de uma desconstrução da separação entre as etapas da pesquisa científica.

Buscando conceituar a Ecologia Política, Little (2006) afirma que se trata de um campo que emergiu nos últimos 20 anos e procura unir os pressupostos da Ecologia Humana conjuntamente com as inter-relações que os homens e mulheres mantêm com seus meios biofísicos. Para isso, a Ecologia Política se propõe analisar as condições estruturais de poder destas sociedades, unindo muitas vezes, conceitos da economia política para isso.

Esse campo é fruto de um diálogo intenso entre as disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, criando um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências naturais e sociais. (LITTLE, 2006, P.87)

Desta forma, a Ecologia Política é uma área do conhecimento que possui como uma das suas maiores potencialidades a capacidade de fazer o diálogo entre as Ciências Humanas e as Ciências Da Natureza. Pode-se afirmar, assim, que a Ecologia Política é um sítio⁶ que procura a quebra da dualidade entre *hard Science* e *soft Science*⁷. Busca-se aqui uma nova lógica paradigmática na realização das pesquisas acadêmicas.

Cabe ressaltar, como aponta Little (2006), que apesar de se tratar de um campo transdisciplinar, as diferenças entre as diversas disciplinas não são eliminadas, muito pelo contrário, tendem na maior parte do tempo a serem exaltadas. O processo aqui é de justamente mostrar que ambas podem e devem ser complementares uma a outra, sem que haja uma hierarquização dos saberes e principalmente uma incoerência entre eles.

Little (2006) afirma que a Ecologia Política tende a ser uma resposta do paradigma ecológico para compreender a grave crise socioambiental e todas as suas consequências no mundo em que vivemos, como, por exemplo, as mudanças climáticas e o esgotamento dos recursos naturais e a poluição dos mares e das cidades. Para além disso, o autor deixa claro que a Ecologia Política visa, acima de tudo, buscar respostas às consequências da globalização de mercado e os seus terríveis efeitos.

Neste sentido, a introdução das lógicas da economia política no interior do paradigma ecológico auxiliou a Ecologia Política a analisar de forma efetiva os padrões conflituosos entre distintos sistemas econômicos e culturais, assim como auxiliaram a compreender de forma mais

⁶ Segundo o dicionário, sítio pode ser entendido como o lugar, local ou área.

⁷ Os termos Hard Science E Soft Science correspondem a Ciências pesadas e Ciências leves. O Primeiro se refere mais precisamente as ciências de lógica cartesiana e normalmente são associadas as ciências da natureza. A segunda é associada as ciências de perspectiva mais sistêmica ou crítica e é mais associado as ciências humanas.

assertiva a estreita ligação entre as organizações político-econômicas com a globalização e a crise socioambiental.

Seguindo este raciocínio, a etnografia contribui no sentido de desvelar os modos de adaptação cultural que os diferentes grupos empregam nos territórios e as formas como utilizam os recursos naturais disponíveis:

Nesse quadro maior, a antropologia ajuda na análise dos modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. O foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que a análise dos chamados “conflitos socioambientais” se tornou um elemento central da ecologia política (LITTLE, 2006, p.88).

Um importante ponto para compreender como funciona a etnografia dos conflitos ambientais perpassa pela posição paradigmática de buscar o fim da dualidade natureza e cultura. Entende-se que este é um grande desafio e a academia ainda trabalha na melhor forma de solucionar este problema que há muitos anos pesquisadores das mais variadas áreas buscam resolver que, inobstante, não se mostra de fácil resolução.

Portanto, a Ecologia Política colabora no sentido de trazer as diferentes investigações dos diversos campos científicos. A união das análises dos campos das ciências humanas e naturais cria um “lugar” onde um dos pressupostos básicos para se operar pesquisa é: “postular que as causas de um fenômeno determinado podem proceder tanto do mundo social quanto do mundo natural” (BARNES; BLOOR, 1982, *apud*, LITTLE, 2006, p.89).

Isto impõe que os fenômenos necessariamente sejam investigados por diferentes perspectivas disciplinares e os pesquisadores precisam realizar o que Little chama de “Simetria epistemológica”. Resumidamente, consiste na análise e explicação dos fenômenos dentro de um universo disciplinar a partir das diversas matrizes científicas.

Para que este conceito de simetria possa ser operado de forma concreta, o pesquisador em Ecologia Política deve entender o meio natural através do conceito de “Agente Natural”. Assim como na História Ambiental, as pedras, os rios, os ventos, os animais, as dinâmicas dos oceanos, dentre outros elementos, não são apenas natureza, mas sim sujeitos de pesquisa, ou, no caso, “agentes naturais”. A conotação de agente ao invés de apenas natureza é um dos movimentos que buscam a quebra paradigmática entre natureza e cultura.

Na implementação analítica dessa simetria, os cientistas sociais vêm usando o conceito de “agente natural”, no qual as forças da natureza são consideradas como uma espécie de ator, no sentido de que “agem” sobre uma realidade determinada, mas que difere qualitativamente dos atores sociais, já que não

têm “vontade” nem “intencionalidade. (LITTLE, 2006, p.89)

Logo, tanto a Etnografia de Conflitos Socioambientais quanto a Ecologia Política necessitam operar um mapeamento das principais forças biofísicas, sociais e de infraestrutura do lugar a ser pesquisado.

Para tanto, o pesquisador em ecologia política deve mapear as principais forças biofísicas, tais como a conformação geológica de uma região, a evolução biológica da fauna e flora e os fluxos hídricos, junto com as principais atividades humanas, tais como os sistemas agrícolas, os efluentes industriais lançados ao ambiente e a infraestrutura de transporte e comunicação instalada na região. Além de estar atento aos dois lados dessa causalidade, o pesquisador também procura identificar as realidades socioambientais que surgem das interações entre os mundos biofísico e social que só uma abordagem ecológica é preparada para enxergar. (LITTLE, 2006, p.9)

Buscando apontar alguns dos princípios básicos para operar a investigação da forma como proposta aqui, Little (2006) indica inicialmente, que as pesquisas devem sempre ter como foco central relações naturais, sociais ou socioambientais, e não objetos substantivos. No caso desta investigação o foco reside nas relações socioambientais que os sujeitos e grupos envolvidos no fenômeno possuíam entre si e com o meio ambiente.

A partir deste momento, pode-se verificar como as premissas apontadas até aqui passam a estruturar o estudo de caso como propõe Yin (2015). Este autor assinala que logo após delimitar os processos teóricos e metodológicos que serão operados na pesquisa – processos que continuarão a ser explicados – o pesquisador deve definir, de forma clara e concisa, qual é o caso que pretende pesquisar. Buscando definir o que é um caso, Yin (2015) exemplifica que:

Qualquer estudo de caso deste programa deveria confrontar, portanto, essas condições na delimitação da unidade de análise. Dessa forma semelhante, você pode, primeiramente, identificar uma localidade específica como uma “cidade”, como seu caso. Contudo, suas questões de pesquisa e coleta de dados devem na verdade, ser limitadas ao turismo da cidade, às políticas municipais ou ao governo local. Essas escolhas são diferentes de definir a cidade geográfica ou a sua própria população como caso (YIN, 2015p.33)

Identifica-se a cidade de Rio Grande, mais especificamente a região estuarina da Laguna dos Patos, como o lugar deste caso. Entretanto, o caso em si, mais do que o movimento “Celulose Não”, é antes de tudo, as inter-relações dos grupos envolvidos neste conflito de resistência socioambiental que ocorreram em um período de aproximadamente dois anos, entre 1988 e 1990. Deve ficar claro que o caso não está relacionado propriamente dito ao tempo ou ao local geográfico mais sim as inter-relações neste local definido.

O segundo princípio apontado por Little (2006) é que as pesquisas em Ecologia Política devem trabalhar como buscas e análises contextuais, pois não farão sentido se não forem compreendidas dentro de determinados marcos históricos e ambientais. É incluso a este contexto que ocorrem as relações buscadas pelo pesquisador. Este fator está atrelado justamente a posição explicitada anteriormente de que as pesquisas em Ecologia Política devem levar em conta que, tanto o meio físico, quanto cultural pode ter influência sobre os fenômenos, a contextualização serve principalmente a isso.

Mais uma vez no esforço de aparelhamento epistemológico, assim como na busca de delimitar de forma mais cirúrgica o estudo de caso, Yin aponta que:

(...) o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno não puderem ser claramente evidentes. (YIN, 2015, p.1)

Buscando novamente o esforço de quebra paradigmática entre natureza e cultura, entende-se que não pode existir separação completa entre fenômeno e contexto, pois, compreende-se que devem ser construídos como um “todo” também. Entretanto, devem-se buscar algumas delimitações que deixem claro o que é o caso de pesquisa, e por isso, é preciso estabelecer uma certa delimitação de contexto, que não deve nunca ser compreendido como algo aquém do fenômeno.

O terceiro e último princípio apresentado aponta a necessidade do trabalho com metodologias processuais para a compreensão dos fenômenos. Essa ênfase no processual é aplicada no acompanhamento “dos fluxos (de energia; de pessoas; de sementes; de ideias; de pólen; etc.) e a identificação de sua dinâmica interna é uma parte essencial da pesquisa” (LITTLE, 2006, p.91).

Little (2006) aponta que os princípios da dialética, estocástica, da dinamicidade e da evolução auxiliam na realização do desvelamento dos processos requeridos. Buscando uma síntese, para que se possa compreender esses processos, o pesquisador deve rastrear os resultados entre os embates destes fluxos, perseguindo sempre como foram se estruturando de forma dinâmica e não determinista.

Pretendendo um aprofundamento mais estrutural sobre como a Etnografia dos Conflitos socioambientais funciona, e o que o pesquisador que pretende operar essa metodologia deve proceder, é necessário antes discorrer brevemente a respeito do que é um conflito socioambiental, assim como a forma a qual a etnografia possui ao operar sobre um conflito. Novamente, buscou-se nos autores as referências para elucidar o que se entende por conflito aqui.

Little (2006,p.91) afirma que “Conflitos socioambientais se referem a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico.” Pensando especificamente no caso do “Celulose Não”, o conflito estudado se deu sobre tudo no campo da política e do debate de ideias, pois, de fato, o movimento foi efetivo em resistir antes da instalação da fábrica.

Pode-se asseverar que, não obstante este conflito residisse no plano das ideias, ele também integrava o campo da gestão do lugar e dos recursos naturais da região. De forma mais clara, existiam grupos distintos que disputavam o lugar, com o intuito de manter seus modos de vida ou estratificar novas formas de reproduzir sociabilidades. Deste modo, o conflito emerge justamente nesse embate político e ideológico pelo lugar.

A Etnografia tradicional tende a focar em grupos, rituais e saberes específicos para operar seus processos. Por outro lado, a Etnografia dos Conflitos Ambientais possui seu foco específico no conflito e não em um grupo específico. Sendo assim, o pesquisador:

é obrigado a identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal. O mapeamento das interações políticas ajuda ao pesquisador a entender a dinâmica própria de cada conflito. Um conflito pode vacilar durante anos entre os estágios latente e manifesto: pode haver momentos do conflito ficar muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” de novo. [...] O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa. [...] também deve analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução. Dessa forma, a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico: tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido. (LITTLE, 2006, p.92)

Retornando a esmiuçar como se construiu a estrutura deste caso, Yin (2015) afirma que as pesquisas de estudo de caso possuem maior potencialidade quando se propõem a investigar o “como” e os “porquês” dos fenômenos. Como pode ser notado na introdução, esta proposta é justamente a maneira que se orienta a operação com fontes jornalísticas que propõem Moraes 1999 e Zickman (1985).

Tendo em vista a contextualização inicial desta investigação, a peculiaridade do fenômeno que é investigado e os pressupostos apresentados por Little (2006), a problemática central desta pesquisa, que guiará a investigação, é: **Partindo da proposição de que em contextos de crise socioeconômica, as questões ambientais tendem a ser deslocadas para um segundo plano, quais as motivações e circunstâncias que levaram o movimento “Fora Celulose” a**

obter êxito no processo de resistência contra as pretensões do Governo do Estado do Rio Grande do sul em instalar, no município de Rio Grande, uma planta industrial de celulose?

Desta maneira, o objetivo principal desta pesquisa foi justamente o de se debruçar sobre as ações de Educação Ambiental promovidas pelo movimento. Buscou-se identificar o que seriam estas ações, como foram realizadas, quais grupos as realizaram, o conteúdo objetivo e subjetivo de tais ações, e, não menos importante, os métodos e os locais onde foram aplicadas. Estas ações de Educação Ambiental foram decisivas para que a fábrica não fosse instalada e desta maneira, parece claro que reside nestas atividades os elementos que possibilitam mudanças estruturais na sociedade e para além disso, potenciais contribuições para área da educação ambiental.

Para que se possa desvelar esta dinâmica, é necessário como primeiro objetivo específico, contextualizar historicamente o movimento, identificando, naquela conjuntura, as nuances socioeconômicas, políticas-culturais e socioambientais envolvidas. Nota-se aqui a estreita relação entre este objetivo e os pressupostos apontados por Little (2006) para estruturar uma pesquisa em Ecologia Política.

Visando construir um nexos relacional entre tudo o que se pretende investigar, o segundo objetivo específico é mapear e caracterizar os diferentes grupos envolvidos no movimento, bem como compreender as bases argumentativas que constituíram suas matrizes narrativas. Busca-se aqui encontrar seus modos de operação, ideologias e visões de mundo, círculos de relacionamento, relações de poder, etc. Nota-se aqui, novamente, não só uma continuidade entre os objetivos, mas também a estreita relação com os pressupostos teóricos e metodológicos.

Antes de prosseguir com os objetivos finais, cabe antes discorrer sobre um dos principais preceitos do estudo de caso para Yin (2015). Segundo este autor todo estudo de caso deve buscar generalizações analíticas que possam ser aplicadas em outros trabalhos ou mesmo em outras situações concretas.

Perceba que o objetivo de uma generalização analítica ainda é generalizar para outras situações concretas e não apenas contribuir para construções teóricas abstratas. Além disso, perceba que as generalizações, princípios ou lições aprendidas de um estudo de caso podem potencialmente se aplicar a uma variedade de situações muito além de qualquer definição estrita da população hipotética de “casos semelhantes” representados pelo caso original. (YIN, 2015, p.44)

Esta citação talvez revele o objetivo mais importante deste trabalho, senão a justificativa mais profunda, tanto para relevância desta dissertação, quanto pelos motivos que fizeram este pesquisador adentrar neste programa de pesquisa objetivando operar a investigação pretendida, conforme se verá adiante.

Desde o início, o pesquisador considerou o “Celulose Não” um fenômeno especial, por ter sido um movimento efetivo em questão de resistência, quando todo o cenário regional e nacional parecia conspirar para que o complexo de celulose fosse instalado. Destaca-se também que o “Celulose Não” foi um dos únicos movimentos ambientalistas brasileiros ocorridos na época que se tornaram bem-sucedidos.

Desta forma, acredita-se que este movimento possua algum elemento ímpar que possa ser utilizado por outros grupos de resistência para vencer grandes empreendimentos extrativistas. O “Celulose Não” possui lições e princípios, ou seja, quase generalizações que o pesquisador acredita que possam ser utilizadas por outros grupos ambientalistas. Sabe-se que generalizações necessitam de uma base de dados extensa e que um único fenômeno não é capaz de realizar tal façanha. Porém, acredita-se que este estudo possa sim buscar conceitos capazes de auxiliar outros grupos ambientalistas.

Dito isso, a dissertação tem como uma espécie de objetivo simbólico propor, a partir da investigação do movimento, novos elementos que possam contribuir com as práticas dos movimentos ambientalistas em resistir a grandes empreendimentos com o propósito de edificar sociedades mais sustentáveis e autônomas. Cabe destacar que, quando este trabalho se referir a sustentabilidade ou termos a fins, está se baseando na visão proposta por Leff (2009) através de sua racionalidade ambiental, explicitada brevemente no excerto a seguir, mas que será abordada mais apropriada mente ao longo do trabalho.

[...] A racionalidade ambiental leva a repensar a produção a partir dos potenciais ecológicos e das significações da natureza. Esta leva a uma política do ser, da diversidade, da diferença que reformula o sentido do uso da natureza na produção e abre as perspectivas do desenvolvimento para a construção social de um futuro sustentável. (LEFF, 2009, p. 280).

Esta perspectiva de Leff (2009) entende que a maior parte dos conceitos de desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento verde, está atrelada à uma lógica de uma racionalidade desenvolvimentista, ou em suas palavras, a uma simples reprodução de uma economia extrativista. Por outro lado, sua proposta não nega a necessidade humana do uso de recursos, entretanto, deve levar em conta em primeiro lugar um uso compartilhado dos recursos e, principalmente, o respeito aos potenciais ecológicos dos sistemas naturais.

Voltando ao objetivo simbólico mencionado anteriormente, destaca-se a questão de “construção de sociedades sustentáveis e autônomas”, pois, parte-se da preposição baseada em Leff (2005) de que nosso corpo social, no caso as sociedades industrializadas modernas, possuem sua base estrutural pautada no que este autor denomina de “racionalidade econômica ou mecanicista”.

Segundo Leff (2005), a lógica da racionalidade mecanicista é uma das responsáveis pela crise socioambiental que vivenciamos, pois é a partir dela que os seres humanos passam a se relacionar de maneira hierarquizada com a natureza, iniciando assim o pensamento de que as técnicas científicas podem transformar os recursos naturais e, assim, o homem pode dominar a natureza. Esta racionalidade é uma das principais bases da Ciência moderna e da modernidade. É entendida por Leff (2005) e por autores como Capra (1998) como a grande responsável por separar a cultura da natureza.

Buscando uma síntese, esta separação criou sociedades e pessoas que compreendem o meio ambiente não como parte essencial para o seu pleno desenvolvimento, mas sim sob uma ótica antropocêntrica, como meros recursos naturais que podem ser dominados, domesticados e transformados mediante técnicas cada vez mais desenvolvidas pelo método científico, pautado neste tipo de racionalidade.

Com o intuito de transformar essa lógica paradigmática, de separação entre cultura e natureza, de hierarquização de espécies, pensamentos e modos de vida, Leff (2005) propõe a construção de uma nova racionalidade, uma racionalidade ambiental. Esta nova lógica estrutura-se no paradigma complexo e busca na Ecologia Política muitos dos seus referenciais, como pode ser comprovada pelos artigos escritos pelo autor sobre o tema em questão⁸.

Entretanto, Leff (2005) afirma que esta nova racionalidade ainda se encontra em construção, assim como a Ecologia Política. Para o autor, as bases para essa nova lógica ou modo de se posicionar frente ao mundo podem ser encontradas nos modos de operação dos movimentos de resistência ambiental.

A construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social que passa pelo confronto e concerto de interesses opostos, pela reorientação de tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais; pela criação de novas formas de organização produtiva, inovação de novos métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos. (LEFF, 2001, p. 112).

Neste momento, acredita-se necessário passar a discorrer a respeito da História Ambiental, tanto para compreender melhor a questão da racionalidade ambiental de Leff (2005), quanto para demonstrar como a Ecologia Política faz uso desta área da História para operar as pesquisas, assim como esta investigação vem se estruturando.

⁸ LEFF, 2001, p. 112

Uma vez que o “Celulose Não” foi um movimento ocorrido nos anos 1980, necessita-se organizar uma narrativa histórica à conjuntura para desvelar tudo o que foi proposto até o momento; e a História Ambiental é a lente indicada tanto por Little (2006) quanto por Leff, como se observa a seguir.

A história ambiental abre uma nova indagação sobre o tempo, sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se integram com os processos econômicos e tecnológicos que marcam o curso da história moderna. A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genérica de ambiente como o campo das relações sociedade-natureza abre a porta dos estudos de suas complexas interações. (LEFF, 2003, p.2)

Se a história ambiental é entendida como o devir espaço-temporal em que ocorrem transformações do meio pela ação do homem (pelas racionalidades econômico-culturais de apropriação da natureza), seu campo estará definido segundo a delimitação territorial, cultural e temporal de cada estudo. Nesta perspectiva, se estabeleceria o propósito de recuperar formas sustentáveis de manejo do meio para aplicá-las a estratégias atuais de exploração e manejo da natureza. (LEFF, 2005, p.15)

Pode-se notar como a História Ambiental defendida por Leff (2005) se mostra ideal para buscar essa nova forma de posicionar frente ao mundo, ou seja, uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental. Contudo, a História Ambiental não se resume nesta pesquisa somente em auxiliar a elaboração do conhecimento a ser generalizado e nem em apenas estruturar teoricamente um campo paradigmático em construção. Esta linha da historiografia moderna tem papel decisivo na construção e na operação de pesquisas em Ecologia Política.

Esta área da historiografia é a grande responsável por delimitar espacialmente e temporalmente onde será operada a pesquisa pretendida. A História Ambiental passa a colaborar juntamente com o estudo e caso proposto por Yin (2015) a delimitar a pesquisa e o caso. Entretanto, a principal funcionalidade da História Ambiental em pesquisas no campo da Ecologia Política é a de construção da paisagem do local de pesquisa. Como poderá ser visto nos próximos parágrafos, a questão da paisagem é fundamental quando se opera este tipo de investigação.

A partir deste momento, além de continuar a estruturação teórico-metodológica do trabalho será apresentado como a lente de análise aqui exposta auxiliou na construção dos capítulos que serão construídos para esta dissertação. Seguindo com as explanações a respeito da História Ambiental e da paisagem:

Os historiadores ambientais têm usado com sucesso delimitações regionais baseadas em biomas, como é o caso da Mata Atlântica no Brasil (Dean, 1995) ou da Pradaria Grande nos Estados Unidos e Canadá (Worster, 1979). Estudos sobre a Amazônia fazem delimitações biogeográficas utilizando bacias hidrográficas, que também mostram dinâmicas escalares fractais (Little, 2001).

Uma bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o *locus* para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental (LITTLE, 2006, p.96)

Como apontado acima por Little, as pesquisas em Ecologia Política tendem a fazer a sua delimitação geo-espacial a partir de regiões biogeográficas, como biomas ou bacias hidrográficas. Desta forma, buscando fazer esse recorte e finalizando a questão da delimitação do caso, o recorte feito aqui é sobre a região estuarina da Laguna dos Patos. Local no qual seria instalada a fábrica, bem como onde residiam os diversos atores e onde ocorreu o fenômeno em questão.

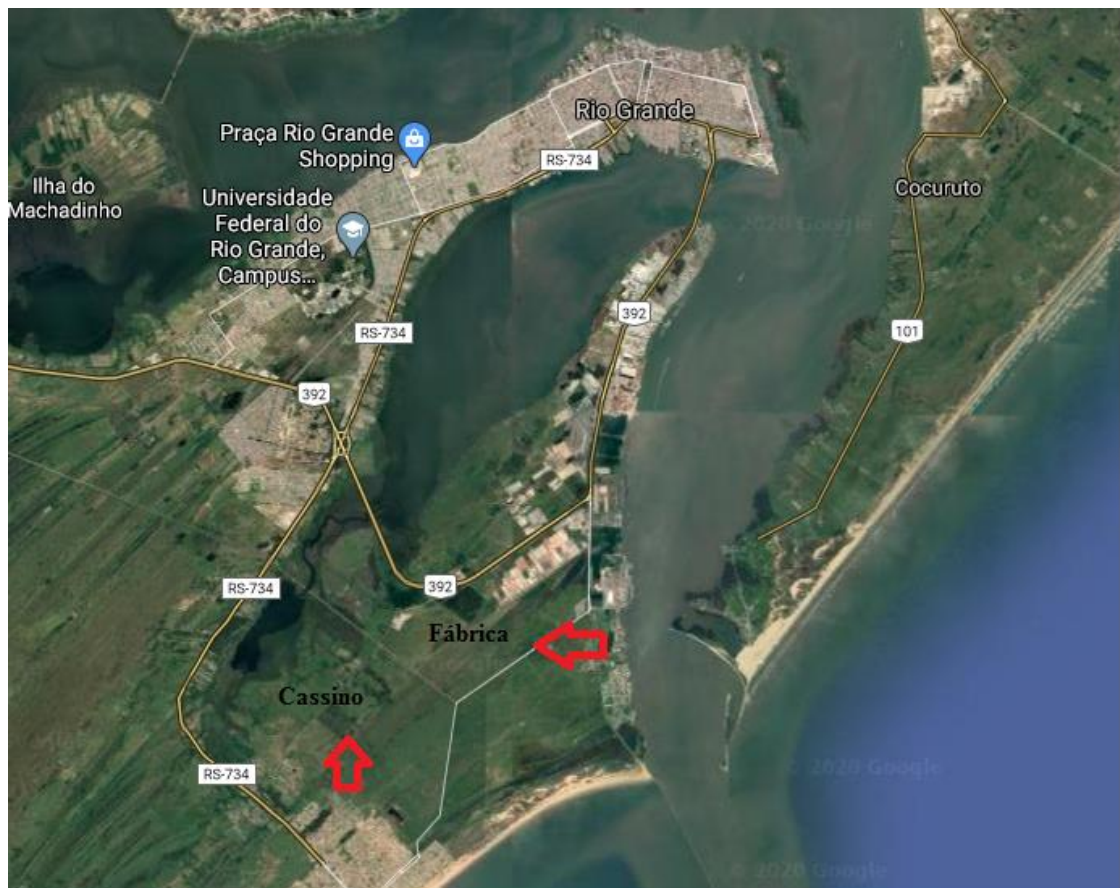


Figura 1: Imagem de satélite do estuário Laguna dos Patos
Fonte: Google

Uma vez que a Ecologia Política busca o fim da dualidade cultura natureza, ela precisa pensar em marcos temporais que unam as diferentes temporalidades pesquisadas. Os tempos geológicos, biológicos e humano precisam estar unidos em um mesmo marco. Little aponta o conceito de paisagem como o grande catalisador destas temporalidades e a História Ambiental

como uma das ferramentas disponíveis para esta tarefa.

Nesse processo, o conceito de paisagem é de muita utilidade, já que tem dimensões humanas e biofísicas e registra mudanças climáticas, vegetacionais, faunísticas ou oceânicas, mas que somente se tornam visíveis depois de um longo período de tempo. A combinação dialética dos processos sociais e naturais produz uma dinâmica histórica única que está sendo estudada sistematicamente pelo campo de pesquisa da ecologia histórica (Balée, 1998; Crumley, 1994, apud LITTLE, 2006, p.97).

É nessa construção da paisagem que o pesquisador deve apontar as diferentes transformações da região estudada através dos anos em suas diferentes matrizes, ou seja, as mudanças geológicas, biológicas e humanas. Por óbvio, é necessário um estudo profundo e com o auxílio de vários outros profissionais para realizar esta atividade de forma apropriada, senso assim, priorizou-se mais o contexto histórico do que os outros elementos.

Desta forma, no segundo capítulo desta dissertação é realizada uma contextualização histórica e de alguns aspectos do ambiente, tendo como início um cenário global, que vai se afunilando até chegar a Rio Grande e ao estuário da Laguna dos Patos. Como aponta LITTLE (2006), buscou-se mapear de maneira ampla os aspectos regionais e as relações entre estes, a história e elementos físicos.

Espera-se, com este capítulo, que os leitores possam compreender de forma clara os mais diversos pontos que compõem o tempo e a região que está se tratando nesta pesquisa, assim como se espera que esta reconstrução da paisagem possa auxiliar na edificação de explicações para as questões de pesquisa, uma vez que, como propõe a Ecologia Política, os agentes naturais muitas vezes podem ter relação direta com os acontecimentos e determinação dos fenômenos.

Como aponta Little, uma das primeiras tarefas na pesquisa em Ecologia Política é:

a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito, tarefa que se complica quando o número desses atores é alto. Além de incorporar os grupos sociais marginalizados, a etnografia multiator deve apresentar os atores sociais “fantasmagóricos” que não estão presentes fisicamente no sítio do conflito, mas que exercem uma influência nele à distância (GIDDENS, 1990, apud LITTLE, 2006, p.96)

Nessa contextualização serão explicitados elementos econômicos, políticos e ambientais, além de mostrar como havia um cenário de medo generalizado por causa de fatores naturais como doenças e mesmo a seca que assolava o Rio Grande do Sul. É realizado um resgate histórico do Movimento Ambientalista Gaúcho e de algumas discussões que pautavam os grupos ambientais.

Seguindo na “dissecação” da proposta metodológica da Ecologia Política, Little propõe que:

Outro elemento fundamental nesse tipo de etnografia é a identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, seguido por um levantamento das interações entre cada um dos atores sociais dentro da arena política. O etnógrafo deve identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas. Um passo seguinte consiste na análise dos atores sociais e na descrição das suas distintas cotas de poder. Em muitos casos, o exercício do poder não acontece em arenas formais, obrigando o pesquisador a descobrir os jogos ocultos de poder, seja nos arquivos oficiais do Estado, como ocorre nos casos de grilagem de terras, seja na escuridão da noite num acampamento rural, como em casos de assassinatos por jagunços. (LITTLE, 2006, p.93)

Esta citação abre as portas para os capítulos principais desta dissertação, onde foram esmiuçados os grupos envolvidos no conflito e a maneira como estas agremiações se enfrentaram. Identificou-se seus discursos e ideologias, suas formas de atuação política e militância. Apontou-se suas inter-relações, elementos de poder simbólico e as contribuições que o movimento acarretou para a Educação Ambiental.

Buscou-se neste capítulo, apontar como esta lente conceitual aqui edificada, está presente em todos os aspectos da pesquisa e do texto. Mesmo que pareça repetitivo por vezes, pareceu interessante elucidar como a bibliografia teórica auxiliou edificação desde os objetivos até os capítulos. Desta maneira, foi realizado um aprofundamento destas questões estruturais nesta sessão, para que o leitor possa ter um olhar mais complexo sobre todos estes pontos que estruturam o trabalho.

3. NOS ANOS 1980 O MUNDO ESTAVA MUDANDO!

3.1 O cenário mundial

Os anos 1980 são verdadeiramente um período de grandes mudanças e de transição ao redor do mundo. Ao realizar uma análise mais abstrata e de longa duração, pode-se notar que a configuração das estruturas sociais, possuem uma determinada simetria do pós-guerra até o final dos anos 1970 e outra completamente diferente já na metade dos anos 1990. Tal mudança ocorre em um espaço de tempo relativamente breve, em termos históricos, pouco mais de dez anos, e deve ser entendida como o resultado de complexas relações no tecido social.

Provavelmente quando se pensa em tais transformações é efetivamente o fim da União Soviética, marcado pela queda do muro de Berlim, o primeiro elemento que vem à mente de quem reflete sobre essas questões. Certamente, este é o aspecto mais marcante no campo político e econômico da década, não há dúvidas a respeito disso. Entretanto, abordar-se-á inicialmente outro tipo de mudança ocorrida no período, tão distinta quanto, e que reflete de certo modo, toda a transformação do campo social.

A primeira delas é no que tange aos aspectos culturais, e quando se fala aqui de cultura, não se trata de atividades altamente sofisticadas - em uma perspectiva quase aristocrática - que contribuem para uma ideia de alta e baixa cultura, com aponta Leite (2016). Prefere-se aqui usar uma abordagem mais realista, pautada por Leff (2009) quando discorre a respeito de uma cultura ecológica e como de fato ela se relaciona com o mundo.

A cultura ecológica deve ser concebida por num quadro mais amplo, no qual estes processos ideológicos transformam as relações de produção e as relações de poder entre Estado e a sociedade. Assim, a cultura ecológica abrange a construção de uma racionalidade ambiental mediante os seguintes processos (LEFF, 2009, p. 281).

O autor em questão, entende cultura como atividades de transformação ideológica, onde as práticas humanas servem, ademais, para transformações ou manutenções de *status quo* social. No caso da cultura ecológica de Leff (2009), serviria para construir as transformações necessárias para a edificação de uma racionalidade ambiental. Entretanto, o interessante da perspectiva do autor, para esse trabalho, é que sua concepção cultural ajuda a entender que as mudanças ocorridas nos anos 1980 não são meramente comportamentais, mas sim objetos de uma gigantesca disputa.

Pois bem, não há como abordar todas as transformações do campo cultural ocorridas na década em questão neste trabalho, não é também a pretensão deste. Aqui, busca-se debater a cultura em forma de arte, mais especificamente, na música. Assim como no campo político e

econômico, o mundo musical possuía certa simetria desde o pós-guerra até o fim dos anos 1980, pode-se dizer que foram os anos de ouro do Rock n' Roll. Entretanto, tudo muda quando a rebeldia e a contestação das guitarras elétricas perdem o pódio do topo das paradas para as batidas eletrônicas e anunciadoras de um novo mundo da música, o pop.

Pois bem, desde o sucesso estrondoso dos Beatles, nos anos 1960 o mundo vivenciava a hegemonia do rock como principal expressão musical no cenário mundial. Este estilo sonoro representava os anseios e a rebeldia da geração *boomer*⁹, sendo o grande responsável por edificar diversos movimentos de contracultura que tiveram seu ápice no final dos anos 60 e marcaram sobretudo, nos Estados Unidos, a luta dos jovens contra a guerra do Vietnã.

Contudo, a solidez do rock e tudo que este representava passa se esfacelar no início dos anos 1980, juntamente com a sociedade polarizada da época. As guitarras dão lugar a uma nova tendência musical, o pop, que retratava agora as aspirações prometidas pela nova sociedade de mercado que estava começando a se estruturar e davam sentido aos novos desejos desse momento histórico.

Em outras palavras, canções pop somente fazem sentido se observadas nos limites das circunstâncias históricas que a caracterizam. Por isso, o sentido e o valor da música constituem-se no encontro entre a canção e seu ouvinte, uma interação condicionada a aspectos históricos e circunstanciais específicos que demarcam o processo de produção, consumo e recepção deste produto (JANOTTI, 2003, p. 7).

É a partir de 1982 que Michael Jackson e Madona tomam os primeiros lugares das paradas de sucesso e fazem do pop o novo estilo musical do momento. Por óbvio, o rock n' roll seguiria ainda forte e representativo até metade dos anos 1990. Apesar disso, seria o pop e suas manifestações que ditariam os ritos comportamentais da época.

Michael Jackson e Madonna, e em menor grau Prince, despontaram como os verdadeiros ícones geracionais dos anos de 1980, influenciando estilos comportamentais e renovando os códigos da moralidade da época. Estes dois artistas tronaram-se como os primeiros mega astros multimídia da música, sendo assim considerados por conta de dois fatores principais. (SIMOES, 2010, p. 41)

O interessante destes elementos é que eles são significativos para que se entenda que, de fato, os anos 1980 foram uma década de rompimento e de reestruturação do mundo, onde novos cenários e possibilidades estavam surgindo. Outro aspecto relevante de se apontar é que, apesar da importância de todos os outros indicadores sociais, é a cultura, possivelmente, o mais

⁹ Os “baby Boomers” são as pessoas nascidas entre 1946 e 1964. Fazem parte da geração de pessoas que gozou de todo o desenvolvimento socioeconômico do pós-guerra.

significativo deles. As mudanças políticas e econômicas só são possíveis de serem estruturadas sem uma possibilidade ditatorial, se os aspectos culturais também forem rearranjados.

No campo das grandes disputas, os anos 1980 são marcados, sobretudo, por um grande rearranjo da ordem política e econômica global, em parte como reflexo direto da crise dos anos 1970; por outro, pelo fim da União Soviética. O mundo transformou-se de uma forma muito rápida e brusca; o que era tido como concreto no início da década de 70 diluía-se ao final dos anos 1980. Desta forma, a bipolaridade da Guerra Fria cede lugar a um mundo multipolar, no qual diversos novos atores mundiais tomam para si o protagonismo de seus destinos. A década em questão marca também a ascensão de novas preocupações de escala internacional, entre elas a questão dos direitos humanos e os problemas ecológicos, sintetizados no medo de um grande armagedon global.

Radiação: só Chernobil supera Goiânia

AGÊNCIA ESTADO
O diretor de Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Luis Arratia, considerou comum o acidente ocorrido em Goiânia como o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl. Sua presença atenuada em alta dose de radiação causou sérios danos e uma grande maioria foram transferidos para o Hospital Municipal Elias no Rio de Janeiro, em estado grave, apresentando sintomas de diarreia, náuseas, vômitos, perda de cabelo e anemia profunda. Para esse quadro ser invertido resta apenas o último estágio que é o colapso do sistema nervoso central. A situação desses pacientes é preocupante e nas próximas horas, deverão ser removidos outras cinco pessoas.
Segundo Fernando Bianchini, o acidente foi causado pela ruptura de uma espécie de radiação de base de Cório-137, usado pelo Instituto Goiânia de Controle de Câncer. Esse serviço estava desativado e o laboratório tinha por obrigação avisar a CENEA para a retirada do equipamento.
O Cório-137, que é um pó contencioso e perigoso de alta toxicidade para Goiânia, sua causa pode envolver suas peças e infraestrutura. Dois quadros de alta tensão, comumente usados em Goiânia e que são parte do equipamento foram encontrados. Todos os materiais estão sendo substituídos a fim de evitar a propagação do pó no ambiente de trabalho.

AGÊNCIA ESTADO
Estão trabalhando em Goiânia e no Rio de Janeiro os seguintes médicos especializados em Medicina Nuclear e atendimento de pacientes contaminados por radiação: José Nelson de Lima, Valério e Cleber Mello de Souza (Furam), Alexandre de Oliveira (Instituto), Carlos Eduardo Brandão (UENF) e Ângela Aguiar de Deus (Instituto).
Fernando Bianchini disse que a equipe de técnicos da CENEA, Furam e Nucleônica que se deslocou para Goiânia está recompondo toda a história para mapear as áreas contaminadas e avaliar o número de pessoas atingidas. O Hospital do Hospital de Goiânia está atendendo os casos graves.
Luis Arratia explicou que o Hospital Municipal Elias no Rio, especializado em Medicina Nuclear, possui 12 leitos separados por paredes de concreto e chumbo e doentes de contaminação interna de corpo inteiro, equipe médica e de enfermagem com roupas, acessórios e equipamentos de proteção especiais, além de recursos de radiação, equipamentos de descontaminação e identificação das alterações dos cromossomos dos pacientes.
Luis Arratia explicou que o Hospital Municipal Elias no Rio, especializado em Medicina Nuclear, possui 12 leitos separados por paredes de concreto e chumbo e doentes de contaminação interna de corpo inteiro, equipe médica e de enfermagem com roupas, acessórios e equipamentos de proteção especiais, além de recursos de radiação, equipamentos de descontaminação e identificação das alterações dos cromossomos dos pacientes.
Segundo Arratia, os demais 30 pacientes não apresentam sérias manifestações de alta dose, mas todos deverão vir ao Rio de Janeiro para análise do estado de saúde e receberem. Na opinião do diretor da CENEA, somente no México, em 1980, ocorreu um acidente parecido com este, com uma cápsula de Cobalto, mas sem a gravidade do verticido em Goiânia. Arratia explicou que o Cório-137 apresenta uma meia-vida de 35 anos, ou seja, o tempo que dura para perder sua atividade ou decair. Entretanto, na forma de pó ou de solução como se apresenta em Goiânia, sua meia-vida biológica, ou dentro do organismo humano, é de aproximadamente um dia, tempo de duração para ser expulso pelas fezes e urina. Essa radiação vai decair também em quantidade cada vez menor e por isso o contaminação foi substituído pelo Cobalto tanto no uso medicinal quanto no industrial.

AGÊNCIA ESTADO
As especialidades que participaram do II Congresso Nacional de Cardiologia, realizado em Brasília, chegaram a suas conclusões apenas de o Brasil ser tecnologicamente avançado na área, a mortalidade por doenças cardiovasculares continua progressiva devido à falta de ações preventivas e ao alto nível de incidência de doenças coronárias. Há uma falta de ações preventivas e ao alto nível de incidência de doenças coronárias. Há uma falta de ações preventivas e ao alto nível de incidência de doenças coronárias.

AGÊNCIA ESTADO
Até mesmo os médicos não têm o hábito de medir a pressão dos pacientes em qualquer oportunidade, mesmo quando são encaminhados para exames preventivos. Há uma falta de ações preventivas e ao alto nível de incidência de doenças coronárias.

AGÊNCIA ESTADO
O Congresso decidiu também lutar pela criação do Conselho Nacional de Cultura e do Adicional de Ensino, bem como a criação de um fundo de apoio ao ensino superior em áreas estratégicas. Há uma falta de ações preventivas e ao alto nível de incidência de doenças coronárias.

AGÊNCIA ESTADO
O Congresso decidiu também lutar pela criação do Conselho Nacional de Cultura e do Adicional de Ensino, bem como a criação de um fundo de apoio ao ensino superior em áreas estratégicas. Há uma falta de ações preventivas e ao alto nível de incidência de doenças coronárias.

AGÊNCIA ESTADO
Um plano de emergência foi aprovado no âmbito da Organização Mundial da Saúde, em uma reunião realizada em Genebra, em 1980, para lidar com possíveis acidentes nucleares em nível mundial.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
Um plano de emergência foi aprovado no âmbito da Organização Mundial da Saúde, em uma reunião realizada em Genebra, em 1980, para lidar com possíveis acidentes nucleares em nível mundial.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

AGÊNCIA ESTADO
O acidente em Goiânia foi considerado o pior da história nuclear, de acordo com Chernobyl, por seu diretor de Segurança Nuclear, Luis Arratia.

Imagem 2: Notícia sobre o Chernobyl
Fonte: O Estado de São Paulo, 2 de outubro de 1987

De todas as transformações ocorridas na década de 80 a mais impactante delas, sem dúvida, foi o desmantelamento do bloco soviético. Tal fato tem seu ápice com a queda do muro de Berlim, em 1989, marcando a abertura do mundo socialista na economia de mercado. Em breve análise, é possível dizer que um dos principais motivos que levaram ao fim do regime

comunista, baseado nos estudos de Lenina Pomeranz (2010), dá-se pelo fato de os países do leste europeu chegarem à conclusão de que a União Soviética não interferiria militarmente nos assuntos internos dos demais países socialistas. Tal fato favoreceu as diversas revoluções pacíficas que levaram ao fim do regime socialista, em especial na Alemanha, simbolizada na queda do muro. Entretanto, a principal análise se dá na percepção de que a URSS não possuía mais condições materiais de manter a corrida armamentista contra os EUA que fora acirrada durante o governo de Ronald Reagan, intensificando, de forma inusitada, na história norte-americana os investimentos no setor armamentista.

O Governo de Ronald Reagan merece destaque ao se tratar da nova ordem internacional, pois em conjunto com Margaret Thatcher, *premier* britânica, marcam a implementação das políticas neoliberais no mundo, pontuando assim o fim dos planos econômicos keynesianos e as políticas de Estado de Bem-Estar Social, principalmente na Europa, oriundas do fim da segunda guerra até meados da década de 1970. Cabe ressaltar que, apesar destes dois líderes serem amplamente conhecidos como os precursores do neoliberalismo, tal política econômica já havia sido implementada nos anos 1970, no Chile, pelo general Pinochet. Entretanto, por seu governo ter um caráter ditatorial, a propaganda liberal tende a não associar o programa de Pinochet às políticas neoliberais.

As políticas citadas anteriormente levaram o mundo, em especial a Europa, a severas medidas de austeridade, causando diversas efervescências sociais ao redor do globo. Entretanto, para que se possa entender o que levou os governos a adotarem tais medidas, faz-se necessária uma breve análise da crise do petróleo ainda nos anos 70. Tal balanço se justifica, pois, as consequências desta crise possuem efeitos diretos na situação político-social mundial e brasileira na década estudada.

Nos anos 1970 a demanda de petróleo dos países ocidentais, somadas a do Japão, era maior do que sua produção, desta forma estes países tornaram-se ultra dependentes dos países ocidentais:

Nessa época, a dependência dos países industrializados do ocidente mais o Japão, em relação ao petróleo como fonte de energia, era muito grande. O Japão tinha uma dependência de 90% e os países da Europa Ocidental entre 60% e 80%. Desta forma, o embargo chegou como um choque. (SOUZA, 2003, p. 28-29).

Ainda no sentido da grande dependência do petróleo como principal fonte energética mundial.

Em 1973 o petróleo havia se tornado essencial, para as economias industriais do mundo, e circulava com muita escassez. Desde o pós-guerra, nunca a

situação entre oferta e procura havia sido tão apertada. Tratava-se de uma situação, onde qualquer pressão poderia precipitar uma crise em proporções mundiais (SOUZA, 2003, p. 29).

No início da década de 1970 houve uma grande desvalorização do dólar, o que levou a uma depreciação do poder de venda do barril de petróleo, uma vez que o valor do mesmo era cotado internacionalmente na moeda citada. Visando não perderem os lucros, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aumentaram o valor do barril da fonte energética em questão, causando assim a duplicação do valor do mesmo já no ano de 1973.

Tal fator levou a uma forte crise global. Essas medidas atingiram diretamente o Brasil, uma vez que o país era um dos dependentes do petróleo internacional, fato que será analisado adiante. Foi esta crise causada pelo aumento do preço do petróleo a principal motivação das implementações das políticas neoliberais que, por consequência, geraram o fim da baixa taxa de juros para crédito nos países subdesenvolvidos.

Por fim, talvez a última grande mudança do paradigma internacional tenha sido da ascensão em escala econômica da Índia e dos quatro tigres asiáticos compostos por Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan. Estes enclaves geográficos e socioeconômicos serviram de principais vitrines para o novo modelo de mundo que estava sendo posto e servem ainda como pontos estratégicos para a manutenção deste sistema.

3.2 O cenário latino-americano

O cenário latino-americano não escapou das severas consequências oriundas da crise do petróleo vividas naquele momento, refletindo-se regionalmente em uma grave crise inflacionária. Entretanto, apesar de os anos 1980 serem considerados como a década perdida pela perspectiva econômica, no campo político e social, pode-se notar uma ampla retomada dos processos democráticos, sintetizados pelo fim das ditaduras militares em diversos países sul-americanos, como no caso brasileiro, tema ao qual voltaremos mais à frente.

Como anteriormente mencionado, a década em questão é marcada pela reconquista da democracia na América do Sul. Em pouco mais de dez anos diversos países derrubaram seus regimes ditatoriais, como aponta Villaça:

Entre 1979 e 1990, mais de uma dezena de países latino-americanos viveram a transição democrática: na América do Sul, por exemplo, o fim do regime militar ocorreu em 1982, na Bolívia; em 1983, na Argentina; em 1984, no Uruguai; em 1985, no Brasil, e em 1988, no Chile (VILLAÇA, 2010, p. 1).

É de conhecimento geral dos historiadores que cada país possui suas especificidades internas quando se trata da análise de um mesmo processo que alcançou diferentes nações. Isso se faz verdade, contudo não cabe neste trabalho a especificação destas questões. Entretanto, ao analisar as causas externas da retomada da democracia neste contexto, fica evidente que os governos militares estavam abalados devido às consequências da crise global, que se mostrava mais forte na América, pois o modelo de crescimento baseado no desenvolvimento por dívida e dependente do capital estrangeiro, já não mais funcionava. As especificidades do modelo econômico proposto pelos militares serão analisadas no decorrer deste texto.

Outro dado importante para a compreensão histórica das experiências de transição é a grave crise econômica que a maioria dos países da América Latina enfrentou nesse período, situação relacionada aos problemas derivados da situação de dependência externa, em geral intensificada durante o regime militar, e do processo inflacionário que assolou as economias latino-americanas a partir do fim dos anos setenta. Nesse sentido, segundo avaliações da CEPAL, a década de 80 pode ser considerada economicamente, para a América Latina, uma “década perdida”, pois houve crescimento negativo do PIB em muitas nações, hiperinflação, crescimento da dívida externa (em 1984, México, Argentina, Brasil e Colômbia eram os 4 maiores devedores dos EUA) e uma certa “desindustrialização” (o nível de industrialização do continente baixou de 25 para 23 entre 1980 e 1989) (VILLAÇA, 2010, p.1)

O fim dos projetos militares de desenvolvimento abria campo de disputa por novos modelos de sociedade na América do Sul. Presenciou-se a reorganização, tanto dos partidos e dos movimentos sociais, mas também das políticas neoliberais, pois eram estas as que estavam sendo implementadas nos diversos países em crise em todo o globo. Com a forte estagnação da economia em questão,

Essa crise, que começava a afetar seriamente os interesses dos Estados Unidos ao reduzir na América Latina a capacidade de importar e atender ao serviço da dívida externa, levou o *Institute for International Economics* a promover uma conferência, para a qual foram convidados economistas de oito países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para sua superação. Naquela oportunidade, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento, que continha dez propostas de reforma econômica, sobre as quais havia amplo consenso em Washington, tanto entre os membros do Congresso e da Administração quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do Governo norte-americano, Federal Reserve Board e think tanks. As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação

das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade. (BANDEIRA, 2002, p.1)

Pode-se notar, desta forma, que o rearranjo da ordem internacional também atingiu de forma contundente a América Latina. Em síntese, de governos ditatoriais presenciou-se a retomada da democracia e a forte implementação dos modelos neoliberais nestes países, acarretando com eles todas as consequências típicas deste tipo de política. E é neste contexto citado anteriormente que está inserido o Brasil, com suas especificidades que serão abordadas a seguir.

3.3 E o que está acontecendo no Brasil?

Prêmio Nobel foi preso em manifestação contra racismo na África do Sul
Bishop Tutu liderou a protesto no Cidade do Cabo. PÁGINA 17

Deputados gaúchos têm novo aumento de 20%
Agora cada deputado da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul terá como subsídio Cz\$ 484.931,34 por mês. Efeito em cascata aumenta também os vereadores. Mas sistema pode ser inconstitucional. PÁGS. 12/13

Prêmio Nobel foi preso em manifestação contra racismo na África do Sul
Desmond Tutu (ao centro) protesta contra o "apartheid"

ESTA A INFLAÇÃO DE FEVEREIRO: 17,96%

1 Caderneta de Poupança rende 18,549%
2 A OTN de março vai para Cz\$ 820,42
3 URP (março, abril e maio): 16,19%
4 Aluguel: 104,24% (semestral) e 351,75% (anual)

A inflação acumulada em 1988 é de 37,44%, e nos últimos 12 meses 381,12%. O maior aumento inflacionário foi em Belém, o menor em Porto Alegre, (14,08%). PÁG. 18

Brasil, agora, negocia com FMI
Pela primeira vez, depois de três anos, os economistas do Brasil e do Fundo Monetário Internacional (FMI) se reuniram em Washington para iniciar a retomada formal de negociações. PÁGINA 19

ZERO HORA
ANO XXIII - 3ª FEIRA, 01.03.88 - N° 8209
PORTO ALEGRE, Cz\$ 40,00

Collares interdita mais 19 escolas na cidade
PÁGINA 32

Estabelecido o novo piso salarial: Cz\$ 6.240,00
PÁGINA 18

Americanos suspendem retaliações econômicas ao Brasil
PÁGINA 20

PREÇOS DOS JORNAIS
Comunicamos que, a partir desta data, os preços dos jornais diários para venda avulsa serão os seguintes:

	Semanal	Dominical
DIÁRIO DO SUL	Cz\$ 40,00	Cz\$ 50,00
JORNAL DO COMÉRCIO	Cz\$ 40,00	—
JORNAL N°	Cz\$ 40,00	Cz\$ 40,00
JORNAL VALE DO SUDS	Cz\$ 40,00	Cz\$ 40,00
ZÉRO HORA	Cz\$ 40,00	Cz\$ 50,00

Porto Alegre, 1º de março de 1988.
A DIRETORIA

Imagem 3: Notícia sobre a inflação no Brasil

Fonte: Zero Hora, 02 de fevereiro de 1988

No Brasil o início dos anos 1980 marca o esgotamento do projeto desenvolvimentista imposto pelos governos militares, chamado de milagre econômico. O fim desta política só pode

ser compreendido a partir da leitura mais ampla de todo o cenário do mercado global (onde o Brasil se inseriu nas décadas passadas), em que até mesmo os países desenvolvidos vinham enfrentando desacelerações em suas economias, como tratado anteriormente e referendado pelo argumento de Marangoni.

Havia condicionantes internos e externos na interrupção daquele ciclo. A chegada dos anos 1980 assinalou o fim de um tempo para o capitalismo mundial e a inviabilização do projeto desenvolvimentista nos países da periferia. Nas economias avançadas, os anos de crescimento contínuos, verificados entre 1945 e 1975, entraram declínio. (MARANGONI, 2002, p. 1)

Este fato significava o fim do amplo crédito oferecido por órgãos internacionais, assim como os baixos juros que os mesmos costumavam disponibilizar.

As novas políticas agora impostas pelos organismos internacionais de investimentos causaram consequências extremamente negativas na vida dos brasileiros e dos latino-americanos em geral. Os ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que visavam à rolagem da dívida externa, promoveram a desestabilização econômica do Brasil, causando uma hiperinflação nunca antes vista na história do país.

Estes fatores econômicos se tornaram agravantes nas condições sociais brasileiras, cujas consequências foram a diminuição do salário dos trabalhadores, assim como no crescente número de desemprego. Salienta-se que tais fatos possuem ligação direta com o aumento da pobreza e desigualdade social, como observa-se no excerto seguinte:

A renda “per capita” brasileira manteve-se praticamente inalterada na década de 80, oscilando em torno de US\$ 2.200. Entretanto o salário mínimo real deteriorou-se, perdendo o seu valor de compra (tabela 2). A Conjuntura inflacionária muito contribuiu nessa direção; no ano passado os preços ao consumidor chegaram a 933,6%, e, já em 1989, o acumulado de janeiro a novembro era 1.114,5%. (SANTAGATA, 1993, p.124)

(...) já em 1970, um dos anos do milagre econômico, a pobreza no Brasil era bastante significativa: 46,7 milhões de pessoas, perfazendo 49% da população. Em 1980, o contingente cresceu, em números absolutos, para 52,6 milhões de pessoas, que representavam 43% do total da população. (SANTAGATA, 1993, p.127)

Como pode ser analisado, o Brasil, assim como a América Latina, enfrentava sérios problemas de ordem econômica nos anos de 1980, sendo esta conhecida como a “década perdida”. Entretanto, tal denominação - como já foi mencionado anteriormente - não pode ser considerada para todos os aspectos que envolviam o Brasil, apenas no campo econômico, já

que, como será visto, a crise econômica dos anos 1980 motivaria um dos maiores avanços no campo político e social da história do Brasil.

Gilberto Marangoni entende a crise econômica nos 1980 como o fato que provocou a ascensão das mobilizações populares visando o fim da ditadura brasileira. Aliás, sem sombra de dúvida, a falência do modelo econômico imposto pelos generais possui ligação direta com a insustentabilidade do regime militar. A década em questão, além da crise econômica, é marcada pela redemocratização do país, assim como pela reorganização dos movimentos populares. “Os movimentos pelo fim da ditadura levaram milhares de pessoas às ruas, em especial nas semanas que antecederam a votação da emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB) ” (MARANGONI, 2010, p.1), como também a reorganização do setor sindical que se refletiu no acontecimento de diversas greves e paralisações reprimidas nas décadas anteriores.

No regime autoritário, a média anual de greves entre 1973 e 1977 foi de apenas três. Mais recentemente, entre 1985 e 1988, elas alcançaram uma média anual de 2.031 ocorrências, o que vem demonstrar a disposição de lutar contra as perdas salariais impostas aos trabalhadores pelos vários planos econômicos (Cruzado, Bresser e recentemente o Plano Verão). (SANTAGATA, 1993, p.133).

Apesar de este contexto trágico ter sido favorável no que tange às transformações do campo político, criando um ambiente de empolgação democrática, o cenário geral era de desalento. Havia um ambiente de insegurança e medo principalmente em relação às questões econômicas. Contudo, as problemáticas ambientais faziam parte dos elementos que potencializavam estes sentimentos de pavor.

Ao realizar uma análise dos periódicos da década e assim como de reportagens televisivas, nota-se uma crescente “fabricação do medo” por parte da mídia sobre os aspectos ambientais, pode-se chamar aqui de um “terro ambiental”. Por exemplo, são alarmantes as notícias que abordam os casos de HIV durante os anos 1980, mesmo que na época a doença realmente fosse muito mais perigosa do que é atualmente, a forma como eram os novos casos, criava um clima de horror a respeito desta nova síndrome, que não tinha cura e levava à morte em poucos meses.



Imagem 4: Notícia sobre o vírus da AIDS

Fonte: Zero Hora, 03 de março de 1988

Para além dos problemas causados pelo vírus, o medo gerado pela possibilidade de uma guerra nuclear era potencializado agora pelos desastres ambientais causados pelo pelos humanos através do uso dos elementos radioativos. Chernobyl ainda reverberava como um trauma para o mundo e no Brasil, o caso do céσιο em Goiânia causava pânico e medo generalizado sobre a problemática em questão.

Em conjunto, reportagens e notícias sobre HVI e o acidente nuclear em Goiânia eram notadas praticamente todas as semanas nas mídias impressas, fator que colabora com esta ideia de que havia um ambiente alarmado pelas tragédias e questões ambientais. Pode-se traçar um paralelo com a cobertura da gripe H1N1 ou mesmo com o COVID em 2020. Não que o perigo não fosse eminente, era, mas é inegável a sensação de medo ao ler os jornais.



Imagem 5: Notícia sobre o césio no Brasil

Fonte: Zero Hora, 11 de março de 1988

Estes novos debates e tematizações ambientais podem tanto ser fruto do avanço dos movimentos ecológicos, como também podem estes últimos terem proporcionado o aumento de organizações ambientalistas. Independente disso, nota-se no país uma sensibilidade com a problemática ambiental que pode ser sintetizada na organização e ações dos movimentos ambientalistas de meados da década de 1970 ao fim dos anos 1980.

Os governos brasileiros se mostraram indiferentes aos problemas ambientais nas décadas de 1970 e 1980, e desde a Era Kubitschek se pregava um desenvolvimento econômico a qualquer custo, pouco ligando para as consequências negativas ao meio ambiente. Viola posiciona-se da seguinte maneira em relação à segurança no meio ambiente:

O sentido comum "desenvolvimentista estreito" ou "desenvolvimentismo predatório" é muito forte e difundido na sociedade brasileira e isto penetra também na intelectualidade crítica. O fato de o Brasil ser um país continental com vastas áreas populacionalmente vazias criou um "sentido de impunidade desenvolvimentista", de custos toleráveis altíssimos para o crescimento econômico. (VIOLA, 1987, p.10)

Apesar de os governos do país, grande parte da sociedade e até mesmo membros da intelectualidade brasileira como aponta Viola, estarem aquém das críticas ambientais, setores da sociedade civil e até mesmo indivíduos autônomos passaram a organizar-se para de alguma forma combater os constantes ataques à fauna e flora nacional.

Ao se tratar do início do movimento ambientalista brasileiro, inevitavelmente, trata-se do movimento ambientalista gaúcho, pois foi neste estado que se criou a primeira associação de proteção ao meio ambiente do Brasil.

Tendo como líder o Engenheiro Agrônomo José Lutzenberger, em 1971 é fundada em Porto Alegre a “Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural” (AGAPAN), como elucida (Viola 1987), que argumenta que tal associação seria também a primeira da América Latina. A entidade nascera em meio a ditadura militar e viu até meados de 1974 sua atuação engessada pelo clima de repressão ditatorial.

Sendo assim, Viola (1987) aponta o ano de 1974 como o marco do início do movimento ambiental organizado brasileiro, pois além de a AGAPAN poder realmente ser uma entidade ativa, a sociedade brasileira passa a presenciar a criação de outras associações de defesa ambiental no centro do país, em especial o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico na cidade de São Paulo”.

A AGAPAN tinha as seguintes pautas de lutas que seriam de alguma forma padronizada pelos outros movimentos ambientalistas.

(...) defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não-tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica. (VIOLA,1987, p.11)

Este início do movimento ecológico não mostrou muitos ganhos materiais no sentido de impedir os projetos desenvolvimentistas predatórios, ressalta-se que a falta de êxito não se deu por incompetência de seus membros, mas sim pela escassez de recursos provenientes das associações.

Outro fator determinante para que a fase inicial do movimento ecológico não fosse bem-sucedida diz respeito à conjuntura cultural nacional, construída sob uma ótica de desenvolvimento predatório, que teve início com o ciclo do pau-brasil e da cana-de-açúcar. Sendo assim, o principal ganho destas entidades se deu na questão da denúncia e da

conscientização da população sobre os problemas ecológicos, fato memorável para a sociedade da época.

Refletindo o trabalho de conscientização das massas, os membros destes grupos e as entidades, passam a publicar materiais de disseminação para o público em geral. Aponta-se como principais a revista "Pensamento Ecológico", do grupo Arte e Movimento Ecológico; "Fim do Futuro?", "Pensamento Ecológico Brasileiro" e "Pesadelo Atômico", de Lutzenberger. Ainda sobre as ações da AGAPAN, segundo Viola, o questionamento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha feita principalmente por esta entidade levou a assembleia legislativa gaúcha a proibir a construção de usinas nucleares no Estado.

O movimento ambiental brasileiro é marcado por duas fases distintas. A primeira é a fase ambientalista, citada anteriormente, e que é marcada, sobretudo pelo distanciamento da crítica política, pelo conservacionismo e pela denúncia ambiental, como aponta Viola. A segunda fase é marcada pelo ecologismo e tem seu início no ano de 1982, tendo como uma das bases a crítica ao próprio movimento ambientalista.

Até a data citada anteriormente os movimentos ambientalistas pouco ou quase nada se envolviam com a política eleitoral. Isso muda em 82 quando os processos de redemocratização permitem novamente eleições para os Estados - fato de extrema importância nos desdobramentos do movimento "Celulose Não" em Rio Grande - e se tem um setor minoritário do movimento ambiental que passa a apoiar candidatos que levantam a bandeira de defesa do meio ambiente. Viola aponta que já no início do processo de Diretas Já, em 1984, a grande maioria dos ecologistas passaram a apoiar as ações por eleições diretas.

Durante a campanha são reativadas discussões travadas em 1982 e um novo consenso vai construindo-se no movimento: a defesa do meio ambiente está diretamente vinculada aos problemas da organização do poder e da propriedade na sociedade global (VIOLA, 1987, p.14).

Foi entre o período de 82 e 85 que se chegou à conclusão de que era necessário pautar a defesa do meio ambiente na constituinte, sendo desta forma necessária apoiar candidatos alinhados na luta ecológica. Este fato se mostra importante nesta contextualização, pois uma das bandeiras de luta do então prefeito de Rio Grande nos processos do movimento "Celulose Não", era a luta em defesa da causa ambiental, fato que, esse como será visto mais adiante, foi de extrema importância para o sucesso do movimento. Na questão da constituinte, a prova do sucesso desta nova forma de ação do movimento ecológico se dá ao analisar a constituição brasileira que é tida como uma das mais completas na questão ambiental.

3.4 A conjuntura em terras gaúchas



Imagem 6: Notícia sobre a seca no Rio Grande do Sul

Fonte: Zero Hora, 20 de março de 1988

O clima de medo e insegurança que vivenciado no território nacional também ocorria do Rio Grande do Sul. Aliados a toda problemática ambiental relatada anteriormente, o estado sofria um uma seca avassaladora no ano de 1988, elemento que certamente fez com o ambiente estivesse mais propício para que os movimentos ambientalistas pautassem seus debates, em especial no tocante aos recursos hídricos.

A situação do Rio Grande do Sul mostrava-se semelhante ao do contexto político-econômico nacional, cheia de tensões e mudanças. No movimento ecológico também. A atuação da AGAPAN se fazia visível no Estado nos anos 1980 e as disputas por sua liderança refletiam a mudança de postura do movimento e marcaram tanto a histórias da associação como do estado inteiro.

O Sul preconizou o movimento ambiental no Brasil como analisado anteriormente, entretanto, antes de aprofundar a história do ambientalismo gaúcho nos anos 1970/1980, se faz oportuno mencionar a figura de Henrique Luís Roessler. O naturalista em questão fundou, em 1955, a União Protetora da Natureza (UPN), em São Leopoldo, que foi a primeira organização de defesa ao meio ambiente gaúcha. Roessler é sem dúvida um dos principais nomes da história do ambientalismo gaúcho e brasileiro.

Outro nome importante da história do movimento ambiental gaúcho que fez parte da mudança de postura do ecologismo brasileiro é o de Gert Schinke. Segundo GERHARDT (2001), tal ativista fez parte da diretoria da AGAPAN e militou pelo partido dos trabalhadores, este foi um dos responsáveis pela introdução da Associação na luta política e um dos possíveis responsáveis pela desfiliação de Lutzenberger da mesma, como sugere GERHARDT(2001). Desta forma a entidade em meio aos anos 1980 enfrentava uma polaridade encabeçada, de um lado, por Lutzenberger e, pelo outro, por Schinke (1986), que segundo Gerhardt:

No outro grupo da AGAPAN estavam jovens ligados ao movimento estudantil e aos partidos políticos de esquerda, orientados por ideias e propostas que envolviam a redemocratização do país, a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT em 1980, as lutas por justiça social, a denúncia do imperialismo dos EUA e a vontade de produzir mudanças profundas na sociedade capitalista, compreendida e explicada por meio do materialismo histórico. O grupo que se envolveu na Associação buscava combinar as dimensões ecológica, social e política (GERHARDT, 2001, p. 9).

Sintetizando o pensamento do próprio Schinke:

É necessário que se aprofunde a discussão sobre os problemas ecológicos para assim, do ponto de vista da classe trabalhadora, levantar as “bandeiras ecológicas” baseadas na atual conjuntura que vive o país. Não é preciso pensar muito para perceber a estreita relação que existe entre a condição de miséria e exploração a que é submetida a classe trabalhadora e as condições ambientais em que vive no dia-a-dia do local de trabalho e moradia (SCHINKE, 1986, p. 121).

Toda esta disputa ocorria em meio a uma grande crise política e econômica no Estado. O Rio Grande do Sul, assim como os demais Estados, enfrentavam sérios problemas em sua economia, que possuía ligação direta com a Nacional. Os Estados brasileiros eram ligados macroeconomicamente ao padrão de acumulação que é nacional, desta forma no momento em que o país entrou em crise, os Estados sentiram a mesma. Não se pode assim estabelecer causas a crise do Estado como um fator interno do mesmo, mas sim de todo o contexto mundial.

Os dados evidenciados na obra “Economia gaúcha dos anos 1980(1990)” elucidam a situação rio-grandense na década em questão. Os estudos apontam que a geração de empregos

não se mostrou satisfatória para a época, apenas a indústria de transformação apontou crescimento no quadro empregatício. Entende-se que a falta de empregos e o nível de desempregados eram grandes no Estado e, comprovando tal situação, os estudos mostram que apenas 22.000 empregos foram criados anualmente na década de 80 contra 79.000 na década de 70.

ECONOMIA
Prejuízos da seca somam Cz\$ 18 bilhões
 Levantamento da pior estiagem da história da soja foi feito na área de Ijuí e Santo Ângelo

Palmeira perde 50%
 Sem qualquer previsão de chuvas imediatas cresceu nas preocupações com os efeitos da estiagem no interior do Rio Grande do Sul. A maior preocupação está entre os agricultores, pois as perdas nas lavouras de soja e milho são expressivas em determinadas regiões. Em Palmeira das Missões, onde chuvas mais intensas se registraram no início de fevereiro, 50% das lavouras de soja estão perdidas, e também há perdas significativas no milho. Lá existe uma grande preocupação entre os agricultores com a perda da safra, pois a maioria depende da comercialização de sua colheita para pagar os empréstimos bancários de custeio, e eles temem não ter condições de saldar suas dívidas.

Chuva é insuficiente
 A chuva que caiu no tarde de terça-feira em Passo Fundo o vários municípios do Planalto setentrional foi insuficiente para acalmar os prejuízos que a estiagem está provocando no Rio Grande do Sul. Segundo informações do assistente técnico do Emater em Passo Fundo, Luiz Alexandre Jacobson, de acordo com o Assistente Técnico, a situação na área de atuação do escritório da Palmeira das Missões é muito problemática, onde a precipitação é muito baixa, com chuvas que não foram suficientes para aliviar a situação quando o normal, para a época, seria de 150 milímetros. No primeiro quinquena de março choveram 30 milímetros, mas, para o mês, o normal é 120 milímetros.

Fixada cota de consumo do trigo
 A cota de consumo do trigo para este ano, nos três Estados constituintes do País, está fixada em 6.526.000 toneladas. A medida foi tomada ontem, através da portaria, pelo superintendente substituído da Sumb, Márcio Cristiano Medeiros Frazão. A portaria fixa ainda as cotas que serão distribuídas, este ano, nos regimes consorciados. Para a citada região, que engloba Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi destinada uma cota obrigatória de 384.333 toneladas de trigo em grão, e uma adicional de 74.745, a serem distribuídas aos estabelecimentos moageiros.

Imagem 7: Notícia sobre desemprego e seca
Fonte: Zero Hora, 19 de março de 1988

O péssimo desempenho econômico gaúcho nos anos 1980 apontado por Conceição (1990) refletiu-se diretamente nas questões sociais. Um dos indicadores de degradação social são os índices de concentração de renda. Estes aspectos apontam para a dimensão da problemática no estado.

Essas tendências à concentração de renda são confirmadas pelo índice de Gini, que no Rio Grande do Sul evoluiu de 0,562 em 1980 para 0,590 em 1988, enquanto no Brasil passou de 0,587 para 0,621. Ao mesmo tempo, esses índices permitem confirmar o fato de, historicamente, o Estado apresentar uma distribuição de renda mais equitativa “vis-à-vis” à do país (CONCEIÇÃO, 1990, p.51).

Reforçando os dados sobre a péssima condição em que o Estado se encontrava:

O agravamento da questão social na década de 80 expressou-se também na evolução do índice de salário médio no Brasil e no Rio Grande do Sul. Com efeito, de 1980 a 1986, tanto para o país como para o Estado, tem-se uma queda do índice salarial do conjunto das atividades econômicas, registrando-se, no primeiro caso, uma perda em torno de 14 pontos percentuais e, no segundo, de aproximadamente 8%. (CONCEIÇÃO, 1990, p.51).

Após a análise de todos esses dados, chega-se à conclusão que nos anos 1980 o Estado do Rio Grande do Sul enfrentava sérios problemas de ordem econômica e social. É neste cenário de degradação regional, mundial, de efervescências sociais e de redemocratização do país que está inserida a cidade de Rio Grande, que seria o palco do fenômeno que aqui está sendo estudado. É neste ambiente de falta de empregos e crise social que a população rio-grandina diz não ao gigantesco complexo de celulose que era tido por muitos como a solução dos problemas da cidade. O que levou a comunidade a rejeitar esse projeto?

4. OS GRUPOS

A narrativa deste capítulo foi construída para se assemelhar à forma como a pesquisa foi realizada. Por óbvio, todas as indagações feitas durante os parágrafos a seguir já foram respondidas. Contudo, fizeram parte da pesquisa e se tornaram guias da investigação. Desta maneira, o leitor encontrará uma série de questionamentos durante a leitura, que serão respondidos aos poucos, conforme o desenvolvimento do texto.

Sendo assim, a primeira parte deste capítulo questionará a polarização que existia na cidade. Para isso, foi necessário descobrir quais eram os grupos que participavam do movimento “Celulose Não”, bem como quais eram as organizações apoiadoras da instalação da fábrica. Para tal, foi necessário discorrer sobre a história destes grupos, locais de atuação, seus objetivos, ideologias e abordando os principais atores pertencentes a essas organizações. Nesta etapa, inicia-se um processo de identificação conceitual sob qual aspecto estas organizações estão dentro do espectro das racionalidades apontadas por Leff (2009), se a Ambiental ou a Econômica.

4.1 O “Fora Celulose”

Havia uma polarização?



Imagem 8: Adesivo do movimento Fora Celulose, 1989

Fonte: Centro de Estudos Ambientais

De fato, nunca existiu um “grupo” concreto denominado “Celulose Não”. Ao consultar as fontes jornalísticas, não há qualquer evidência que indique a existência de tal agrupamento.

Não só os periódicos levam a tal conclusão, mas também todos os artigos e relatórios produzidos pelos atores contrários à fábrica. Até mesmo nas entrevistas com os sujeitos selecionados, parece claro que cada um deles se entendia como parte de um grande movimento e em momento algum citam qualquer menção ao “grupo Celulose Não”.

À vista das fontes encontradas e após exaustivas consultas a toda a documentação, pode-se afirmar que o “Celulose Não” não era um grupo, mas sim um movimento, e como poderá ser visto, este é composto por diversas coletividades e agentes, que, apesar de terem um discurso homogêneo, possuíam interesses e atividades completamente diferentes, estavam unidos apenas por uma bandeira, a de “Celulose Não”.

Para além de tudo isso, estas pessoas não se autodeclaravam pertencentes ao “Celulose Não”. Na realidade, como pode ser visto nos jornais, na maior parte do tempo, eram estes sujeitos vistos como “Ecologistas contra a fábrica de celulose” (JORNAL AGORA 22/03/89, p.6), ou como aqueles que eram “anti-progresso” (JORNAL AGORA 22/03/89,p.6). Nestes mesmos periódicos, não se encontra também a citação ou qualquer menção à expressão “movimento Celulose Não”. Existem diversas outras citações semelhantes, mas de fato não há nada que diga movimento “Celulose Não”.

Isso quer dizer que não houve um movimento denominado Celulose Não? Muito pelo contrário! O “Celulose Não” é considerado, academicamente falando, um movimento social orgânico, isto é, aquele que surge espontaneamente, ou que toma proporções inimagináveis, por aqueles que dão início a uma determinada causa. Estes movimentos não são cuidadosamente planejados, seja por sindicatos ou partidos, mas surgem de forma quase natural e de maneira muito rápida - como aponta o próprio Werner Hadritch (02/09/2019) - para defender uma bandeira que emerge de forma repentina.

O movimento “Celulose Não” foi uma bandeira, uma resposta imediata a um ataque dinâmico que acontecia naquele momento, que só pode ser explicado através de seu contexto. Para além desta breve abstração, trata-se aqui, antes de mais nada, de um slogan, um grito de guerra, uma vociferação do povo rio-grandino, que ansiava por ser escutado e naquele momento clamou: Celulose Não!

Sim, a alcunha deste movimento é de fato o slogan que os principais entusiastas anti-celulose criaram. O que leva a essa afirmação é, em especial, dois documentos, que serão mais bem trabalhados nos capítulos à frente, que apontam de forma explícita os dizeres em questão. O primeiro é um exemplar do *Jornal Agora* (20/03/89) que explicita diretamente a manchete “Celulose Não, fora daqui! ”. Entretanto, a principal delas, e um dos documentos mais impor-

tantes dessa investigação, é o adesivo criado pelos contrariantes da fábrica, que dizia explicitamente “Celulose Não”.



Imagem 9: Adesivo 2 do movimento Fora Celulose, 1989

Fonte: Centro de Estudos Ambientais

Pois bem, o “Celulose Não” foi um movimento, não há dúvida. Entretanto, se nas fontes não encontramos tal nomenclatura, “movimento Celulose Não”, e nem mesmo os entrevistados que participaram dos eventos proferem tal dizeres, de onde isto saiu? Logo, após muita reflexão e debate com outros colegas de pesquisa, chega-se, por fim, à conclusão de quem criou tal alcunha foi, de fato, o autor da atual pesquisa.

É interessante lembrar que se trata aqui de uma investigação, sobretudo, qualitativa e dentro desta tipologia metodológica, a opinião e a inter-relação do autor com a fonte e sujeitos são partes integrais da pesquisa. A conclusão que o autor e demais colegas do grupo de pesquisa Ribombo chegaram é que a nomenclatura “Celulose Não” foi criada por dois motivos. O primeiro e mais óbvio é para designar movimento contra a instalação da fábrica de celulose, não havendo nada de errado ou anticientífico em abordar o fenômeno desta forma. A segundo motivo, é pelo fato de que, quando se iniciou esta pesquisa, o autor participava do movimento estudantil da FURG e de outros movimentos sociais, além do claro, estudar movimentos ambientalistas.

Acredita-se, que de forma natural, associou-se, quase que de maneira inconsciente, a

denominação movimento ao “Celulose Não”. Uma vez que em nenhum momento isto foi questionado pelos sujeitos participantes, pareceu que o “Celulose Não” sempre foi encarado deste jeito, o que realmente pode ter sido, apesar de não possuir evidências conclusivas que apontem para isso, pelo menos até então.

Esclarecida esta primeira questão, restando nítida, desta maneira, a origem da expressão, cabe agora explorar quem foram as pessoas, grupos e/ou mesmo instituições que criaram este lema e deram origem ao movimento. Adianta-se que é um número extenso de atores a serem abordados. Assim, inicia-se por aqueles que, de fato, foram os primeiros a levantar a bandeira e que só saíram do campo de batalha quando o inimigo jazia derrotado.

4.1.1 Centro de estudos Ambientais (CEA).



Imagem 10: Adesivo do CEA
Fonte: Centro de Estudos Ambientais (CEA)

*Extinção é para sempre; simplesmente
Preserve- FB CEA – LEMA DO CEA*

Não há dúvidas em afirmar que o Centro de Estudos Ambientais (CEA) é o mais importante dos grupos que participaram do “Celulose Não”, no que tange à realização das ações do movimento, e com toda certeza é um dos elementos fundamentais para que se possa compreender todo este caso. Desde as primeiras notícias nos periódicos até o fim dos eventos, o CEA está presente de alguma forma. Na reportagem do dia 22 /02/89 encontrada no *Jornal Agora*, pode-se notar uma entrevista com um dos membros deste grupo. O Fato dos ecologistas do CEA serem um dos primeiros grupos a se manifestarem contrários ao empreendimento, fez com que as organizações favoráveis a indústria apontasse todos os contrariantes do complexo de celulose

como ecologistas ou ambientalistas.



Imagem 11: Primeiras reportagens do CEA no Jornal Agora

Fonte: Jornal Agora, Rio Grande. 22 de março de 1989

Acontece que não se pode afirmar que os apoiadores que “Celulose Não” eram ambientalistas, nem mesmo aqueles que militaram diretamente pelo movimento. Aqui reside um elemento interessante para se debruçar antes de prosseguir. Deve ser claro para quem lê que existiam pessoas que estavam diretamente envolvidas na campanha contra a celulose e pessoas que apenas apoiavam a causa, mas em nenhum momento fizeram algo para contribuir com o movimento as atividades do “Celulose Não”.

Apesar de todo apoiador do movimento estar incluso na alcunha de ambientalistas anti-desenvolvimento, não eram todas estas pessoas consideradas participantes da campanha contra a celulose. Este é um elemento interessante de se ter claro desde o início. Foram as ações e o poder de persuasão dos sujeitos anti-celulose que fizeram com que as pessoas “comuns” se tornassem apoiadoras do movimento, não significando que estas participassem do “Celulose Não”.

Para que fique mais claro o que se quer dizer aqui, fazendo uma referência às últimas eleições presidenciais, existem aqueles votaram em Haddad e outros em Bolsonaro, entretanto

isto não significa que estes eleitores sejam PTistas ou Bolsonaroistas. Por óbvio muitos são, mas a grande maioria foi apenas convencida pelas ideias ou entendeu que um dos dois lados seria melhor para sua vida e seus interesses. Com o movimento “Celulose Não” foi da mesma forma.

Estando evidentes estes elementos acima citados, volta-se novamente a discorrer sobre o CEA e o que é e faz este grupo. Pois bem, trata-se aqui de uma ONG fundada oficialmente em 18 de julho de 1983 - dados retirados do site da Organização¹⁰. Ainda segundo fontes da própria ONG, o CEA se estabelece como a primeira organização não-governamental ecológica do sul do Rio Grande do Sul, tendo atuação em especial nos municípios de Rio Grande e Pelotas.

Esta organização tem seu foco de atuação justamente sob os ecossistemas que rodeiam estas cidades. Focando principalmente nas zonas úmidas da região, que é uma das principais características do lugar, como a Laguna dos Patos e a estação ecológica do Taim, pode-se afirmar de maneira categórica, que o CEA é uma ONG voltada ao estudo e principalmente à proteção e manutenção dos ambientes costeiros da região.

Rio Grande e Pelotas são municípios localizados junto a Laguna dos Patos, cenário de encontro entre o pampa e a zona costeira, região de ecossistemas belos e de rica diversidade biológica. Dunas, marismas, campos, matas e banhados (Zonas Úmidas) conformam suas relações ecológicas, insuficientemente protegidas, como é o caso do Banhado do Taim, legalmente tutelado pela Estação Ecológica do Taim (ESCTAIM), ainda que de forma parcial (CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS, ACESSADO EM 08 DE JANEIRO DE 2020).

Um fator interessante a ser destacado é que esta organização possui uma ampla capacidade de refletir sobre o seu trabalho e sobre as relações complexas que envolvem, tanto a defesa dos ecossistemas que se propõe a proteger, quanto das questões legais - no sentido jurídico - que envolvem suas atividades. O fato de se tratar de uma ONG fundada no início dos anos 1980 já demonstra que se trata de instituição formada por sujeitos cientes dos trâmites legais e burocráticos que envolvem o trato com o Estado.

Entretanto, o destaque principal é sobre a compreensão que os indivíduos que fazem parte deste grupo possuem sobre a complexidade que é lidar com ecossistemas e como para além de uma atividade meramente ambiental, é sobre tudo um ato político. Parece redundante afirmar que uma ONG ambiental possui o entendimento sobre como realizar suas tarefas e sobre as complexas relações que envolvem seu trabalho. Entretanto, cabe ressaltar, que estamos falando de uma organização ambiental fundada do início dos anos 1980, ainda sob o regime militar, período no qual se sabe ter existido uma certa despolitização dos movimentos ecológicos.

¹⁰ <https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/about/>

Apesar disso, o CEA se mostrava, sim, politizado e entendia que a defesa do meio ambiente requeria cooperação com diversos outros setores sociais e do Estado, inclusive colaborações internacionais, como pode ser visto a seguir:

O CEA prioriza a cooperação com outras instituições, por considerar que os ecossistemas se espalham para além dos limites municipais e, no caso das Zonas Úmidas, para mais além, através das fronteiras políticas do Brasil e Uruguai, requerendo uma aliança entre diversos agentes para implantação de medidas de cuidado ecológico (CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS, ACES-SADO EM 08 DE JANEIRO DE 2020).

Buscando uma análise mais conceitual para abordar este aspecto aqui explanado, pode-se interpelar que talvez o CEA tenha nascido já carregando o gene daquilo que Leff (2009) chama de racionalidade ambiental. Afirma-se isso, pois o referido autor entende, inicialmente, que esta nova racionalidade é um elemento que não desassocia as questões políticas dos temas ambientais. Para, além disso, Leff (2006) aponta justamente que a lógica que dará o corpo para a racionalidade ambiental ser concretizada, virá justamente dos movimentos ambientais que compreendem estas relações complexas acima citadas.

também deve preparar novas mentalidades capazes de compreender as complexas inter-relações entre os processos objetivos e subjetivos que constituem seus mundos de vida, a fim de gerar habilidades inovadoras para a construção do inédito. Trata-se de uma educação que permite se preparar para a construção de uma nova racionalidade; não para uma cultura de desesperança e alienação, pelo contrário, para um processo de emancipação que permita novas formas de reapropriação do mundo e de convivência com os outros (LEFF, 2003, p. 59).

Ainda nesse sentido de abordar a percepção para além do ambiental que o CEA possui, fica claro ao dialogar com seus membros, ao ler suas produções e reflexões sobre si que a organização nasce com um intuito sobretudo político, e no caso dessa ONG, comprometida com a defesa dos valores democráticos. Este grupo é fruto de um país que teve suas liberdades políticas e individuais suprimidas por décadas, e surge em um momento em que o regime militar estava dando seus passos finais. Para além disso, pode-se afirmar que movimentos socioambientais como o CEA fazem parte deste processo de fim da ditadura.

Ainda sobre as origens deste grupo, ele surge justamente em um momento em que os movimentos classistas ao redor do mundo estavam perdendo força, o que deu a oportunidade de emergir diversos outros movimentos contestatórios e identitários como o feminista, LGBT, racial e é claro o ambiental. Entretanto, o que destaca o CEA destes novos movimentos sociais é que apesar de fazer parte desta nova linhagem de grupos contestatórios, eles não deixaram de

pautar questões políticas econômicas muito menos democráticas. O CEA não pode ser considerado um movimento de caráter individual, como se vê a seguir:

A exemplo da nova configuração dos movimentos sociais emergentes na década de 80, o CEA foi constituído inicialmente (e mantém esse perfil até hoje) por pessoas preocupadas, não só com as conseqüências sociais e ecológicas negativas resultantes do modelo de vida urbano/industrial hegemônico no planeta, mas também com a retomada da democracia e o exercício da cidadania, valores e práticas sufocadas até então, pois Rio Grande era considerada área de Segurança Nacional e, entre outras medidas ditatoriais e autoritárias do governo militar, o prefeito não era escolhido pelos eleitores (CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS, ACESSADO EM 08 DE JANEIRO DE 2020).

Outra característica interessante que se pode notar, é que este grupo não possui fins financeiros, muito menos remunera seus integrantes de qualquer forma. Todos os participantes da ONG fazem parte do grupo por livre e espontânea vontade. Para além disso, o CEA tende a manter sua autonomia, pois, entende que depende dessa independência para que possa realizar seus objetivos. Entretanto, os membros do grupo parecem entender que é necessário se aliar com o poder público e com outras entidades em momentos pontuais.

Na mesma direção, não é aceita contribuição financeira, de nenhuma natureza, de pessoas jurídicas, salvo eventuais ações de cooperação com o Poder Público. Assessorias técnicas ou prestação de serviços de cunho ambiental/ecológico não são objetos de prática pelo CEA. Nossas ações têm como fim a colaboração na construção de políticas públicas ecológicas (CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS, ACESSADO EM 08 DE JANEIRO DE 2020).

Parece claro, visto o que expõe o site do grupo e o restante de suas produções, que esta organização realmente não possui qualquer tipo de interesses monetários. A postura de seus membros nos jornais e mesmo na entrevista realizada deixa evidente que estes homens e mulheres se juntaram e se organizam com o intuito genuinamente verdadeiro de defender o meio ambiente e preservar o ecossistema da região sul.

Por fim, buscando entender os objetivos da organização ao consultar a documentação produzida pelos ativistas, relatos dos jornais e a entrevista feita com Rampazzo, compreende-se bastante sobre seus objetivos políticos e táticas de ação. Para além disso, fica nítido que os indivíduos que participam deste grupo, pautavam-se dentro de uma lógica, que Leff (2009) denomina de complexa ou simplesmente complexidade. Além do mais, o discurso presente em seu site institucional, apontado ser o mesmo desde sua fundação, induz a acreditar que o grupo entende que está lógica complexa e de diálogo com outros campos é fundamental para a construção de uma nova realidade ambiental.

o CEA objetiva compreender a complexidade das relações subjetivas sociais

e ambientais estabelecidas, proporcionando através de trabalhos institucionais de políticas públicas e/ou projetos, ativismos e ações a garantia de espaços que venham discutir, criar e sustentar uma nova realidade socioambiental, não antropocêntrica. O CEA também busca fomentar o processo de construção da autogestão das comunidades, organizando de forma sistemática alternativas ao modelo de degradação social e ambiental, notadamente através da educação e do direito ambiental (CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS, ACES-SADO EM 08 DE JANEIRO DE 2020).

Todas as questões levantadas até aqui, parecem indicar que existem elementos suficientes para indicar que o CEA está alinhado ou pelo menos corresponde de forma subjetiva às aspirações de Leff (2009) para construção de uma racionalidade ambiental. Por óbvio, existe a possibilidade dos participantes da organização conhecerem o autor e estarem alinhados com seu estilo de pensamento, entretanto, Leff (2007) aponta que a lógica em que pauta suas concepções conceituais para a construção de tal racionalidade emerge justamente de movimentos como o CEA.

Diante das dificuldades dos governos para incorporar e instrumentar os princípios promovidos pela perspectiva da sustentabilidade ambiental e desenvolvimento, a problemática ambiental promoveu emergência de novos movimentos sociais em respostas à destruição dos recursos naturais, à degradação dos serviços ambientais e ao déficit dos serviços públicos que incidem na degradação da qualidade de vida da população. ” (LEFF, 2007, p. 99).

Estando em posse de todos os elementos levantados até aqui, argumenta-se que o CEA é uma organização de cunho progressista, comprometida com as liberdades individuais e com a democracia. A ONG nasce justamente como fruto da luta por um país democrático e via neste modelo de organização política a única possibilidade de defender o ecossistema costeiro da região sul do Rio Grande do Sul. Características como não possuir fins lucrativos e não aceitar financiamento de pessoas jurídicas demonstram que a organização não se submete às objetividades e subjetividades da racionalidade econômica que pauta as sociedades industriais modernas.

Visto tudo isso, é seguro afirmar que se trata aqui de um grupo que entende que as problemáticas ambientais estão atreladas aos sistemas políticos econômicos hegemônicos e, por isso, se colocam contrários a estes modelos, pode-se dizer que são anticapitalistas. Outro fato que reforça estas afirmações é a extrema linearidade entre o que pensa e propõe o CEA e as concepções da racionalidade ambiental de Leff (2009).

4.1.2 Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA

Uma história de amor à natureza

Seguindo na mesma linha do CEA, o Nema se classifica como uma Organização Não Governamental, de caráter privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal. No próprio site institucional, este grupo afirma possuir a finalidade de harmonizar as relações entre sociedade e natureza, buscando preservar os ecossistemas e buscando valores e atitudes que contribuam para a criação da noção de que todas as formas de vida possuem importância simétrica no mundo.¹¹

O Nema nasce efetivamente no ano de 1985, por iniciativa de estudantes do curso de Oceanologia da FURG. A decisão de criar a organização é oriunda da preocupação em relação a situação ambiental do município de Rio Grande. Em pouco tempo, os integrantes já firmavam parcerias com setores municipais, em especial, com a autarquia do balneário Cassino, onde juntos discutiram quais seriam as bases de atuação do grupo e por fim, decidiram que a principal meta deste agrupamento seria a de levar o conhecimento científico à a comunidade, atitude pioneira na época.

Apesar de sua criação no meio da década de 1980, é somente em 1987 que o Nema se torna de fato uma ONG e passa gozar de todas as atribuições que tais organismos possuem frente à sociedade civil e ao Estado. Desta maneira, o grupo passa a pautar tarefas em cooperação com o meio institucional, mas sem perder a sua natureza autônoma, que como pode ser visto mais a frente, é uma das particularidades mais prezadas pelos seus indivíduos.

No ano seguinte, em parceria com a Autarquia do Balneário Cassino – ABC, desenvolveram-se as bases filosóficas do que hoje é o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA, em uma proposta pioneira de conexão entre o conhecimento científico e a vivência da comunidade[...]A partir de 1987, o NEMA assumiu personalidade jurídica como associação privada sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, permitindo aos profissionais envolvidos a autonomia administrativa necessária à agilização de instrumentos jurídicos de cooperação interinstitucional.(NEMA, ACESSADO EM 15 DE JANEIRO DE 2020)

É interessante notar, antes de prosseguir que, tanto o CEA, quanto o Nema, são fundados em um momento próximo à década de 1980. Para além disso, ambas organizações são moldadas em estruturas similares, em forma de ONGs e possuem, inicialmente, um discurso semelhante de defesa do meio ambiente e do ecossistema costeiro. É nítido que há uma inter-relação entre os grupos, o que indica, desta maneira, que os sujeitos que compõem estes quadros, podem

¹¹ <https://www.nema-rs.org.br/sobre>

fazer parte de instituições ou espaços de sociabilidade que os induziu ou incentivou na criação destes grupos.

O curso de oceanologia parece ser o elo entre as ONGs. No entanto, antes de abordar este outro grupo, que será melhor “dissecado” a frente, é interessante realizar uma volta ao contexto e ao momento histórico em que estes grupos são fundados. Como pode ser observado no capítulo anterior, os anos 1980 são uma década de transição, nos mais diversos sentidos. No Brasil, ainda se enfrentava a problemática da ditadura, apesar de esta ter tido seu fim justamente em 1985, ano de fundação do Nema.

Ambas as organizações apontam ter sido criadas por estarem preocupadas com a situação ambiental do município. Além disso, o CEA registra que Rio Grande, como se sabe, era uma área de segurança nacional, sendo desta maneira, um local onde o “peso das botas dos militares” recaía com mais força sobre a população e também sobre o meio ambiente. Sendo assim, deve-se levar também em conta este fato aqui mencionado para que se possam compreender as semelhanças entre as organizações.

Como já mencionado anteriormente, o fim do bloco soviético e o início dos anos 1980 propiciaram o surgimento de diversos movimentos, agremiações, coletivos e organizações de ação contestatória dos mais variados espectros. Acredita-se que o Nema também esteja incluso aqui. Ademais, no tocante à forma de organização, especula-se que esta tenha a ver diretamente como uma resposta ao modelo ditatorial. Como se sabe, as questões ambientais eram amplamente delegadas durante os anos de chumbo, sendo inviável desta maneira, indivíduos atuarem na defesa do meio ambiente através da institucionalidade do estado. Isso pode explicar o modelo político-organizacional adotado pelo Nema e CEA desta maneira.

Superadas as semelhanças na criação e acerca das posturas entre o CEA e o Nema, resta o questionamento sobre quais seriam suas particularidades ou mesmo diferenças cruciais. Para isso, faz-se necessário, primeiramente, abordar as funções e os objetivos que o Nema se propõe e em um segundo momento realizar uma análise comparativa entre ambos, notando assim as relações de apoio ou mesmo conflito entre estes grupos que participariam do mesmo movimento.

O primeiro ponto a ser destacado é o da compreensão sobre a atuação política e sobre a perspectiva de Educação Ambiental que o Nema possui. Como pode ser visto nos parágrafos acima, o CEA é uma organização que entende que a luta ambiental deve estar diretamente atrelada a atuação política, está alinhado às perspectivas de desenvolvimento sustentável pautadas na racionalidade ambiental de Leff (2009). Já o Nema, como aponta o próprio site, “a finalidade do NEMA é a harmonização da relação sociedade-natureza, a partir do reconhecimento, pelo ser humano, do seu ambiente e da construção de valores e atitudes voltadas para o respeito a

todas as formas de vida e a melhoria da qualidade desta” (NEMA, ACESSADO EM 12 DE JANEIRO DE 2020).

Os termos “harmonização” e principalmente as palavras “valores” e “atitudes”, demonstram que esta ONG está alinhada à uma linha de Educação Ambiental comportamental. Em outras palavras, essa corrente procura mudar a sociedade através de uma mudança no comportamento dos indivíduos em um primeiro momento, para, posteriormente, estes sujeitos transformarem as estruturas da sociedade. Dentro do campo da Educação Ambiental, esta tipologia conceitual é denominada de Educação Ambiental Conservadora ou Conservacionista¹² e, para Leff (2009), a visão desenvolvimento sustentável desta vertente não é capaz de construir a racionalidade ambiental a que se refere.

Nasceu assim, a necessidade de se criar uma cultura ecológica[...]nessa perspectiva, a cultura ecológica circunscreve-se ao campo das formações ideológicas e do comportamento das pessoas, sem tocar nas raízes da racionalidade produtiva e os estilos de desenvolvimento dos quais dependem os processos de degradação ambiental (LEFF,2009, p. 281)

Essa argumentação sob o caráter ontológico do Nema é reforçada quando se analisa de forma mais profunda os seus objetivos como grupo e as funções as quais se propõe frente à sociedade e ao Estado. Lembrando que estas reflexões estão pautadas no que expõe a própria ONG, não é uma mera interpretação do autor sob documentação ou mesmo opiniões alheias a respeito do trabalho prestado por eles.

Não restam dúvidas de que o Nema tem como por principal objetivo promover ações de Educação Ambiental, mais do que isso, busca meios de educar a população para a compreensão dos benefícios que conservar o meio ambiente podem trazer para toda a sociedade. A sustentabilidade e o uso sustentável dos recursos dos ambientes costeiros são onde reside o foco principal dos objetos de preocupação desta organização.

O NEMA tem por objetivos: Promover a educação, a conservação do meio ambiente, a cultura e a defesa do patrimônio histórico; desenvolver uma consciência conservacionista nas comunidades das zonas costeiras, através de programas de educação ambiental; planejar e executar trabalhos que visem o conhecimento e o uso sustentável dos ambientes costeiros e marinhos com a sua vocação (NEMA, ACESSADO EM 15 DE JANEIRO DE 2020)

Novamente, nota-se que a questão da consciência e a conservação estão presentes no

¹² Segundo Philippe Layrargues (2014) “[...]a opção conservadora, materializada pelas macrotendências conservacionista e pragmática, era limitada, por entender que o predomínio de práticas educativas que investiam em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo-os à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social.”

discurso deste grupamento. É interessante ressaltar que não é pretensão deste trabalho realizar um juízo de valor sob as filosofias e estratégias de atuação do Nema. O que cabe aqui é justamente dissecar através da lente analítica escolhida para esta dissertação o que há por trás dos discursos dos grupos que fizeram parte do movimento “Fora Celulose”. É justamente este um dos objetivos desta pesquisa.

Prosseguindo para as atuações desta organização frente à sociedade civil e ao Estado, é provavelmente aqui onde exista a maior discrepância entre ambas as ONGs. Como pôde ser observado anteriormente, o CEA não aceita recursos financeiros de pessoas jurídicas, e muito menos presta serviços para instituições do Estado. Já o Nema, tem como uma das suas principais linhas de atuação realizar atividades de Educação Ambiental e monitoramento costeiro tanto para entidades governamentais, quanto para a sociedade civil.

O Nema realiza e participa de projetos que visam realizar investigações costeiras, tanto para entidades públicas quanto privadas. Esse fato é interessante, pois, primeiramente, deixa clara a distinção com o CEA e, em segundo lugar, aponta que seus participantes são pessoas com expertise técnica avançada, uma vez que existe a Universidade Federal da cidade com competência para realizar as mesmas atividades.

A função do NEMA é prestar serviços para que ocorra a gestão ambiental, catalisando interesses de instituições governamentais e da sociedade. Neste sentido, o NEMA coloca-se como agente investigador de informações acerca do meio ambiente, através das atividades de pesquisa desenvolvidas nos projetos, disponibilizando essas informações para um pronto uso da comunidade em geral e administração pública. Desde então, vem executando projetos através de convênios com instituições públicas e privadas, de âmbito federal, estadual, municipal e internacional. (NEMA, ACESSADO EM 15 DE JANEIRO DE 2020)

Parece claro neste momento que ambas as ONGs possuem filosofias e ideais de mundo diferenciados, apesar de estarem lado a lado durante o “Fora Celulose”. Desta maneira, aponta-se que, a aparente polarização que as primeiras impressões sobre o movimento levam a crer, residia realmente apenas na questão da bandeira que os ativistas levantavam, pois, ao que tudo indica, os grupos que compunham o fenômeno não possuíam as mesmas ideologias e objetivos de atuação.

Apesar disso, para que se possa entender melhor o papel que o Nema desempenhou durante o “Fora Celulose”, faz-se necessário discorrer um pouco mais sobre seus aspectos técnicos e de organização interna. Findando, por ora, esta breve comparação entre ambos os grupos, cabe apenas apontar a impressão pessoal do autor, de que parece ser o Nema, uma organização muito mais estruturada e ativa do que o CEA, pelo menos no momento atual de escrita

desta dissertação de mestrado.

Pois bem, o Nema demonstra, além de tudo, ser um ambiente de formação de pessoal. O grupo, além de executar todas as atividades aqui relatadas, também busca realizar treinamentos com sujeitos de outras localidades, ou mesmo forma quadros dentro da própria ONG.

Num processo dinâmico de interação, valorização e qualificação da sua equipe, busca aprofundar o conhecimento e ampliar sua atuação para outras localidades. Hoje, muitos profissionais que exercem ações ligadas à conservação da zona costeira no Brasil e no exterior tiveram o NEMA como inspirador de suas atividades profissionais e como local de aprimoramento técnico. (NEMA, ACESSADO EM 15 DE JANEIRO DE 2020)

Para além desta notável façanha, o Nema também realiza pesquisas, como já abordado anteriormente, e participa e compõe concelhos de caráter ambiental desde o âmbito municipal até mesmo nacional, como por exemplo, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Comitê Gestor do Projeto Orla (COMGEPRO). Toda esta relação junto ao ambiente governamental e atuação nos espaços institucionais propiciou a esta ONG desenvolver diversos projetos de conservação e proteção ambiental e de áreas protegidas.

A partir da atuação de profissionais do NEMA foram criados e implantados o Refúgio da Vida Silvestre - REVIS do Molhe Leste em São José do Norte e a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde em Rio Grande. Esforços continuados para implementação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, do REVIS da Ilha dos Lobos e da Estação Ecológica do Taim. .”(NEMA, ACESSADO EM 15 DE JANEIRO DE 2020)

Por fim, o Nema parece ser grupo extremamente organizado, no que tange às estruturas políticas internas, parece haver uma sutil hierarquia entre os membros, mas posta de forma democrática, como aponta o próprio site da instituição. Este grupo, não obstante, não possui fins lucrativos, presta serviços remunerados e angariam fundos através de projetos de instituições pautadas em uma racionalidade econômica, não podendo ser classificado desta maneira como um grupo ambientalista meramente panfletário.

O NEMA é constituído de uma Assembleia Geral consultiva e deliberativa, composta por pessoas da comunidade e associados, que tem por função estabelecer a política de atuação da instituição. A implementação dessa política está a cargo de uma Diretoria composta por um diretor, um secretário, um tesoureiro e um conselho fiscal. Coordenadores, técnicos e estagiários de diferentes áreas do conhecimento são os executores dos projetos que colocam em prática as diretrizes filosóficas estabelecidas pela Assembleia Geral. (NEMA, ACESSADO EM 15 DE JANEIRO DE 2020)

Apesar de não realizar debates a respeito de liberdades democráticas como o CEA, sua estrutura política fala por si só e indica ao pesquisador e a qualquer estudioso de ciência política,

que se trata de uma organização comprometida com valores democráticos. Acima de tudo, o Nema demonstra coerência ao que se propõe ideologicamente, isto é, ocupar espaços institucionais e conservar o meio ambiente e o ecossistema costeiro da cidade de Rio Grande.

4.1.3 Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros

As duas ONGs anteriores possuem uma ligação extremamente próxima com esta autarquia que agora será analisada. Esta associação não ocorre de maneira institucional, apesar de o Nema possuir uma relação íntima com a universidade. A inter-relação aqui abordada, é feita através dos sujeitos que compõem estes grupos, pois, ao que tudo indica, a grande maioria dos agentes partícipes dos agrupamentos em questão foram alunos ou, até mesmo, são professores da FURG.

Entretanto, antes de abordarmos de forma mais detalhada essas relações, cabe discorrer sobre a universidade em si, e mais importante do que isso, analisar os institutos e subgrupos que pertencem à universidade, mas que tiveram papel crucial para o sucesso do “Celulose Não” e para a edificação as ações de educação ambiental do movimento.

A FURG é fundada em 20 de agosto de 1969 sob a alcunha de Fundação Universidade do Rio Grande. Apesar de atualmente gozar do status de autarquia e não mais fundação, restou preservada a antiga sigla por fins de conveniência, pois, de outra forma, seria confundida com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entretanto, o marco inicial que dá origem a esta instituição é a criação da Escola de Engenharia Industrial no ano de 1955. Anos mais tarde, a partir destes colegiados, FURG como conhecemos tomaria corpo.

A criação desta instituição foi um marco para a região. A cidade não possuía escolas de ensino superior até o meio da década de 1950 e a criação da universidade marcou um período histórico para o município. A metade sul do Rio Grande do Sul é, e continua sendo, historicamente um local atrasado em questões estruturais em relação ao norte do estado. Entretanto, naquele momento, a região sul agora possuía duas universidades públicas em uma distância de menos de 60 km. Um fato memorável.

“Nem tudo são flores”. A FURG é criada por desejo pessoal do general Golbery do Couto Silva e tinha como intuito inicial auxiliar no desenvolvimento da região em questão, local geograficamente estratégico para o Brasil e para a ditadura militar naquele momento, por ser uma cidade portuária. Desta forma, deve-se destacar que a universidade surge para garantir

os interesses militares da época, sejam eles econômicos ou políticos.

É nítido que uma instituição não pode ser refém de seus idealizadores para todo o sempre, inclusive em razão da liberdade de cátedra da qual gozam os professores. Contudo, alguns traços que seus criadores serão guardados para sempre. Aqui não se refere ao autoritarismo dos militares, pelo contrário, a FURG é conhecida por seu caráter democrático, estabelecendo uma ótima relação com sua comunidade, tanto acadêmica, quanto fora dos muros e barreiras físicas da academia.

O que se refere aqui é seu caráter pautado para o desenvolvimento, no caso econômico, da região. A universidade e seus cientistas sempre estiveram a serviço dos interesses desenvolvimentistas da região sul e de certa forma de todo o país. Uma vez que a cidade de Pelotas também possuía uma grande universidade, cada vez mais os olhares de interesse da FURG foram se voltando ao mar. Tanto é que no início dos anos 1970 é fundado o curso de Oceanologia, que desde aquela época já era a principal referência no campo científico brasileiro.

Desta maneira, já na metade dos anos 1980, a universidade adota sua perspectiva política científica, pautada no lema atual e que confere o Norte para a atuação que suas pesquisas e saberes devem se voltar: *“Uma universidade voltada para o ecossistema costeiro”*. E assim permanece até os dias atuais, a FURG é uma referência nacional no tocante às questões costeiras e, principalmente, no que tange ao ambiente estuarino que cerca as cidades de Rio Grande e Pelotas.

Essa motivação colaborativa seguiu inspirando a comunidade universitária a se engajar com o desenvolvimento regional e nacional, através da inserção nas demandas de seu entorno. Por isso, desde 1987, a FURG assume como vocação institucional os ecossistemas costeiros e oceânicos. Ou seja, nos comprometemos com a criação e a difusão de conhecimento dedicado a compreender a complexidade das manifestações naturais, sociais, culturais e históricas do ecossistema em que estamos inseridos. A FURG existe enquanto envolvida com sua comunidade e região. ” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, ACESSADO EM 20 DE JANEIRO DE 2020)

Estando ciente de todos estes fatos, a questão que fica é por qual motivo a universidade está presente aqui como um grupo e o principal: se ela por muitas vezes esteve voltada ao desenvolvimento econômico do município, por qual motivo estaria esta instituição presente entre as organizações que se opuseram à instalação da fábrica de celulose?

Pois bem, o primeiro elemento a ser destacado, para que se possa entender essa problemática, é que efetivamente a FURG não atuou em sua forma institucional durante o movimento “Celulose Não”. O que ocorreu, de fato, é que membros do seu corpo docente e discente participaram do movimento e utilizaram o poder simbólico do conhecimento que a universidade desfrutava, em especial naquela época, para falar à sociedade como se esta fosse a postura da

instituição *per se*. Além dos sujeitos, outro elemento que contribuiu com este fenômeno foi o fato de alguns grupos e institutos da universidade terem se declarado explicitamente anti-celulose.

A respeito do conceito de poder simbólico utilizado no parágrafo anterior, Vilarinho (2004) a partir de uma leitura do sociólogo Bourdieu, afirma que:

Nesse sentido, o simbólico é um tipo de poder que se faz reconhecer e obter o reconhecimento, se faz ignorar em sua verdade de poder e de violência arbitrária, e cuja eficácia não se exerce no plano da força física, mas, sim, no do sentido e do conhecimento. (2004, p.3)

O uso deste recurso não parece ser algo feito de forma maquiavélica ou mesmo maniqueísta. Em conversa com os acadêmicos participante do “Celulose Não”, em momento algum deram a entender que esta ação foi premeditada. O que as evidências sugerem é que, em primeiro lugar, muitos sujeitos ligados à universidade se voltaram contra a celulose de forma quase que espontânea. O segundo ponto importante para que isso ocorresse foi a ausência de manifestação a favor da fábrica de celulose pelos institutos ou mesmo pela própria universidade, na pessoa do reitor da época. Além da omissão vislumbrada, os quadros técnicos não foram coibidos de se se posicionarem contra.

Este é um fato interessante, pois, segundo Tagliani (2019), um dos entrevistados, até aquele momento a instituição sempre esteve ao encontro do desenvolvimento econômico e, por algum motivo, seu corpo acadêmico foi praticamente todo contra a instalação da fábrica. Em suas palavras: “[...] *foi inacreditável, porque a FURG sempre esteve a favor do desenvolvimento, e naquele momento, ninguém foi a favor, era todo mundo contra*”.

Estes elementos mostram que realmente algo incrível aconteceu durante o “Fora Celulose”. Talvez pela primeira vez a universidade estivesse se pautando de forma contrária à forma originária de atuação. Apesar desses elementos, provavelmente o principal fator levou à associação entre conhecimento dos ativistas acadêmicos e o poder simbólico da FURG, tenha sido dois importantes grupos emergidos de dentro da faculdade, que se posicionaram abertamente contra a instalação da fábrica. O primeiro deles foi o Departamento de oceanologia, atualmente Instituto de oceanologia (IO) e o segundo a Associação dos Professores da FURG (Aprofurg).

Antes de abordar estas duas últimas organizações que fizeram parte do “Celulose Não”, cabe destacar que a antiga Escola Técnica Industrial (CTI), também foi um dos grupos que fez parte do movimento. Entretanto, esta instituição sempre esteve ligada à FURG, sendo quase que reconhecida como parte dela. Porém, infelizmente não foi possível encontrar documentos melhor informassem como se deu a participação da escola.

O que realmente cabe salientar aqui, antes de prosseguir com os demais grupos, é sobre

a inter-relação que a universidade possuía com as ONGs citadas no início do capítulo. Parece claro que ambas as organizações serem voltadas à defesa do ecossistema costeiro não é mero acaso do destino. Para além dos lemas e dos olhares voltados ao mar, sabe-se que as Organizações Não Governamentais foram fundadas e geridas por estudantes, ex-estudantes e professores da universidade, em especial do curso de Oceanologia.

Por parte do Nema, pode parecer dispensável exaltar essa relação, já que o próprio histórico do grupo aponta que esta foi fundada por estudantes do curso de Oceanologia. Mas a título de didática, um dos atores responsáveis por criar parte das ações de educação ambiental utilizadas pelo “Fora Celulose” foi Renato Carvalho, na época técnico do Nema, oriundo da FURG e do curso de Oceanologia.

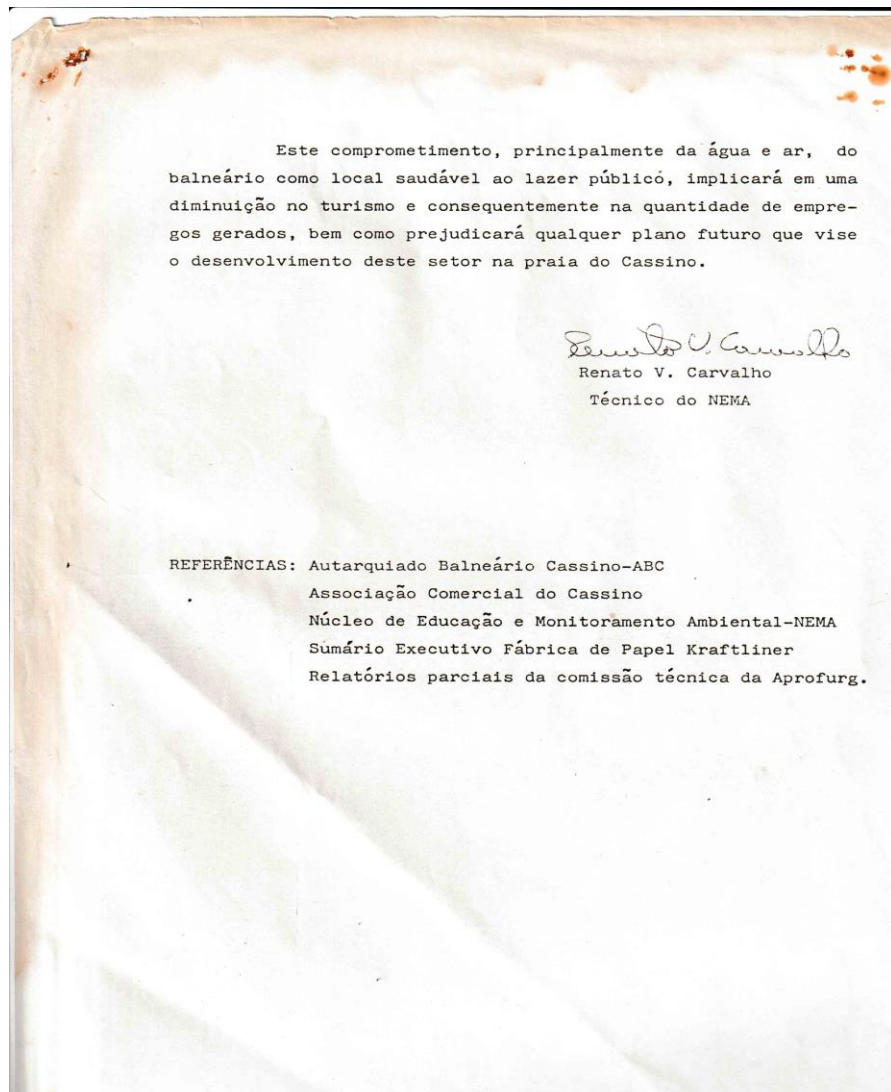


Imagem 12: Relatório sobre o Turismo. Autor: Renato Carvalho
Fonte: CEA, 1989

Por parte do CEA, não é muito diferente, existem diversos oceanólogos em seus quadros, assim como outros estudantes e professores da FURG. Entretanto, dá-se destaque aqui a Rampazzo, um dos principais ativistas do “Celulose Não” e que na época era um jovem estudante do curso de Medicina da universidade. Como se pode notar, ambos os grupos possuíam similaridades e diferenças, todavia, estavam ligados diretamente pela FURG. Estariam os grupos ainda não abordados também ligados às ONGs e aos atores que as compunham?

4.1.4 Aprofurg

Certamente a Aprofurg é o principal grupo responsável por fazer com que a FURG fosse compreendida como parte dos apoiadores da luta anti-celulose. Diferentemente da universidade, esta associação não só apoiou abertamente o movimento, como ajudou a financiar boa parte do material produzido pelo “Celulose Não”, além de ter cedido o espaço físico, onde ocorriam os encontros da agremiação, para que servisse de “quartel general” do movimento e de todos os apoiadores.

Não faltam evidências que comprovem este vínculo, desde as entrevistas com Marcelo Domingues e Luiz Rampazzo até as notícias nos periódicos *Agora* e *Zero Hora*. Ambas as fontes comprovam a conexão do sindicato com o movimento, e acima de tudo, a importância que este grupo possuiu. A título de comprovação, segue um breve trecho de uma das primeiras entrevistas a respeito do início da mobilização contra a celulose.

Uma reunião ontem à tarde; na sede da associação dos professores da Furg, marcou o início de uma grande mobilização contra a instalação da fábrica de celulose em Rio Grande. A reunião começou à 14h e teve a presença de da APROFURG, pessoal técnico administrativo da instituição, diretório central dos estudantes e várias entidades ecológicas. (AGORA, 23/03/89, p.3)

Além de ter sido o principal ponto de encontro dos ativistas, ao que tudo indica, o sindicato financiou uma das principais ações que o “Celulose Não” empregou para convencer a população rio-grandina. Trata-se aqui dos folhetos que advertiam sobre os males que a fábrica poderia causar. Estes *flyers* possuíam o carimbo da Aprofurg e do grêmio do CTI e segundo Rampazzo (17/07/2017), foram impressos pelo “pessoal que estava na FURG”. Acredita-se aqui, visto as logomarcas do documento, que o entrevistado se refere a associação.



Imagem 13:Carimbo APROFURG e Grêmio do CTI
Fonte: Arquivo CEA

Este documento acima referido é melhor analisado ao fim do capítulo, pois se trata de uma das fontes mais importantes para que se possa compreender este fenômeno aqui estudado. O importante agora é focar nos criadores deste de panfleto e o papel da Aprofurg neste ofício.

Bom, não foi possível descobrir, quem de fato idealizou este *flyer*, sabe-se que foram as pessoas mais diretamente ligadas ao movimento, e levando em conta as evidências, provavelmente tenham sido pessoas do próprio sindicato ou do CEA, pois existe um outro folheto idêntico, mas com o a marca d'água da referida ONG.

Entretanto, mais importante do que este documento, é justamente o conteúdo dele, e para além disso, quem foram os sujeitos que o criaram. Adianta-se aqui que todos os dados contidos no *flyer* foram colhidos da série de relatórios produzidos por cientistas da universidade, que visavam edificar um estudo conjunto sobre os impactos da fábrica de celulose.

A ideia de construir estes pareceres não surgiu do nada e como pode ser verificado no *Jornal Agora* de junho de 1989, a comissão interdisciplinar responsável por produzir os estudos, foi convocada a pedido da Aprofurg. Não resta dúvida sobre a importância que este sindicato possuiu para que o “Celulose Não” obtivesse sucesso.

A associação dos professores da Universidade do Rio Grande (APROFURG) reuniu 15 mestres e doutores da instituição e formou uma comissão interdisciplinar para estudar a instalação. Os especialistas pertencentes às áreas de zoologia, ciências naturais e Biologia, Oceanografia, Física e Química, geopolítica, Medicina, Direito e Economia emitiram um relatório que foi entregue ao prefeito. (JORNAL AGORA,11/06/89, p.3)

A importância deste relatório é fundamental para que se possa compreender os aspectos que tornaram este movimento digno de se tornar um caso de estudo. Esta produção acadêmica será abordada ao fim do capítulo. Importante agora é entender o que levou este sindicato a despender tanto empenho nesta tarefa, visto que se trata de um sindicato voltado para defender

o interesse dos professores de nível superior.

Para isso, é primordial conhecer um pouco da história desta organização e analisar o momento histórico que este grupo estava vivendo durante o ano em que o fenômeno aqui estudado ocorreu. Somente esta iniciativa é capaz de responder estes questionamentos e elucidar estas questões que por muito tempo estiveram obscuras durante a pesquisa de mestrado aqui apresentada.

Assim como os outros grupos aqui citados - exceto a FURG - a Aprofurg foi fundada no fim do período militar, mais especificamente do dia 15 de outubro de 1980, dia do professor. Trata-se de um sindicato representativo dos docentes do ensino superior, que historicamente pauta a luta democrática como uma das suas principais bandeiras de atuação frente à sociedade.

A questão do momento no qual este grupo foi fundado deve ser levada em conta, pois é a terceira organização que participa do movimento, criada no mesmo momento histórico. Todo historiador sabe que onde existem coincidências na história, há sempre por trás destas um emaranhado de teias invisíveis que no final desvelam fenômenos muito bem escondidos.

Pois bem, não se acredita em casualidades aqui. Sabe-se do momento histórico que o Brasil e a América Latina vivem e que organizações que buscavam liberdades individuais e democracia afluíam por todo território latino americano. Deduz-se assim, visto o momento de criação destes grupos e as motivações que os estimulavam, que a Aprofurg e as demais organizações, viam no “Celulose Não”, mais que a luta pela defesa do meio ambiente, uma batalha pela democracia e pelo poder de decisão popular.

Sabe-se que a ditadura militar acabou oficialmente no ano de 1985 e que o “Celulose Não” ocorreu entre os anos de 1988 e 1989. Contudo, o período onde transcorre o fenômeno é justamente o mesmo onde se debate e cria a atual Constituição Brasileira. O país vivia um frenesi de liberdade, e, provavelmente, o “Celulose Não” tenha sido uma das primeiras chances de intervenção política que a população da cidade de Rio Grande vislumbrou em muitos anos.

Este êxtase de liberdade é tão real que em 1989 diversas greves eclodiram ao redor do território nacional. Inclusive a própria universidade estava em greve, liderada por seu sindicato, a Aprofurg. Talvez este elemento da greve coordenada pela organização tenha sido um componente importante para que o movimento anti-celulose estivesse tão organizado.

A APROFURG - Seção Sindical foi criada no Dia do Professor, 15 de outubro de 1980. Um dos momentos fundamentais para a história da entidade foi o dia 20 de novembro de 1989, quando houve a transformação da APROFURG em Seção Sindical do ANDES Sindicato Nacional. Ainda em 89, uma greve com 66 dias conseguiu a reestruturação da carreira e o reenquadramento de todos os docentes dentro do Plano Único de Classificação e Redistribuição de Car-

gos e Emprego (PUCRCE). Os docentes passaram a ter um novo patamar salarial.(APROFURG, ACESSADO EM 24 DE JANEIRO DE 2020)

É consensual para historiadores que, no período brasileiro de redemocratização, havia uma empolgação coletiva frente aos movimentos reivindicativos e de tomada de decisões neste período. Pode-se começar a especular desde já que o sucesso do movimento residiu de alguma forma por estar inserido neste período político. Colaborando com esta perspectiva, o próprio Roberto Tagliani afirma isso em sua entrevista quando diz: “*Bem lembrado! A gente tava vivendo o momento de redemocratização e com certeza isso teve muita influência*”. (TAGLIANI, 2019).

Cabe ressaltar aqui que o entrevistado pode ter sido induzido pelo pesquisador a realizar esta afirmação. Não que Tagliani não acredite nisso, acontece que em momento algum da entrevista realizada ele mencionou algo sobre o assunto. Foi apenas quando o entrevistador perguntou se ele acreditava que o período de volta democrática poderia ter algo a ver com o sucesso do movimento que ele pareceu lembrar da importância desse fato para o “Celulose Não”. Mesmo afirmando que o momento histórico contribuiu certamente, acredita-se ser mais ético expor esta possível influência do pesquisador.

Pois bem, após este debate sobre as perspectivas ideológicas desta associação e como esta se inter-relacionava tanto com a FURG, quanto com os demais grupos, parece ser necessário focar no último “grupo” pertencente ao movimento, o Instituto de Oceanologia. Para isso, mudar-se-á um pouco o foco de abordagem, e ao invés de dar um foco maior a esta organização, serão destacados seus sujeitos, em especial Paulo Tagliani e Edison Barbieri.

4.1.5 Departamento de Oceanografia¹³

Primeiramente, inicia-se abordando um fato que deve estar claro aos leitores desta pesquisa. Apesar de se acreditar que o momento histórico citado anteriormente tenha sido importante para a Aprofurg se envolver de maneira tão profunda no movimento, crê-se que a influência do IO, assim como dos professores desse instituto que participavam do sindicato, tenha sido tão importante, senão o fator mais determinante.

Para além dessa especulação, o que se tem de concreto ao traçar as inter-relações entre os grupos envolvidos, é que o Departamento possui uma influência muito grande dentro da

¹³ O departamento tornou-se instituto com o passar dos anos. Desta maneira, por muitas vezes durante o texto, tal ambiente será referido por instituto de oceanografia (IO).

FURG como instituição. Não há erro em afirmar que é instituto mais poderoso e importante de toda a universidade.

Para além da FURG, vêm deste instituto, em específico do curso de Oceanologia, os estudantes que fundam o Nema e que posteriormente vieram a fazer parte do próprio instituto, como no caso do sujeito entrevistado, Paulo Roberto Tagliani. Visto estes elementos iniciais, perfil político institucional oficial da FURG, sintetizados na frase “Uma universidade voltada para o ecossistema costeiro” é obviamente influência deste instituto e, podemos assim dizer, influenciou ambas as Organizações Não Governamentais que foram abordadas.

Uma vez que é óbvia a relação entre a universidade e o IO, parece interessante se questionar o motivo deste instituto ter apoiado a resistência contra a celulose, uma vez que a FURG sempre esteve favorável ao desenvolvimento econômico e, por uma ótica racional, seus institutos também deveriam.

Bom, é importante ressaltar, antes de tudo, que, apesar de conceitualizar a FURG dentro dos conceitos de Racionalidade Desenvolvimentista de Leff (2009), de forma alguma a universidade age como uma ave de rapina sobre a sociedade e ao meio ambiente. A FURG sempre se demonstrou preocupada com os problemas sociais de seu entorno, estando a serviço do Estado e da sociedade, como todas as outras universidades públicas, que visam prestar serviços para o país. No caso brasileiro, para um Estado Democrático de Direito, sob as rédeas de um sistema global de mercado.

Essa relação se dá em um campo macropolítico e mesmo que a postura da instituição esteja dentro destes conceitos citados, o que realmente move um lugar ou organismos e instituições, são as pessoas que fazem parte dela, e reside aí a principal chave para que se possa compreender o porquê de tanto a FURG quanto o IO se colocarem contra a fábrica de celulose, a resposta está em seus sujeitos.

Assim como na universidade, provavelmente devia haver pessoas dentro do Departamento que eram favoráveis à instalação da fábrica. Desta maneira, devemos entender este instituto da mesma maneira como interpretamos a participação da FURG, não como um grupo, mas como um conjunto de sujeitos que representavam simbolicamente a instituição. Por isso a posição de focar nos sujeitos neste momento. Entretanto, parece interessante apontar que por se tratar de um departamento ligado as questões ambientais, é bem provável que este fator tenha um impacto determinante para a adesão.

Ao analisar a relação dos pareceres produzidos pelo corpo de pesquisadores da universidade, nota-se que a grande maioria é oriunda do Departamento de Oceanologia. Todos estes atores foram sem dúvidas fundamentais para o movimento. Entretanto, priorizou-se falar de

Tagliani e Barbieri, pois, estes foram os sujeitos responsáveis por mobilizar o instituto, que por sua vez mobilizou a Aprofurg.

Como aponta Tagliani (2019), ele teria sido convencido por Barbieri a tomar uma atitude a respeito da possível instalação da fábrica. Tal atitude consistiu, em primeiro lugar, em alertar e mobilizar o instituto, segundo ambos, convencer o Prof. Jorge Pablo Castello foi o primeiro passo para que o IO estivesse do lado anti-celulose. Cooptar este professor para o movimento era fundamental, pois, este era considerado o pesquisador mais influente de todo o departamento. Posteriormente, passaram a idealizar a produção dos pareceres.

É interessante notar que a produção destes relatórios foi realizada de forma muito rápida e organizada. Entretanto, este documento foi edificado tendo em vista dados técnicos de como seria a fábrica, e estes foram liberados somente algumas semanas após o anúncio oficial da instalação da fábrica. Estes elementos indicam que havia uma inter-relação entre os agentes do IO e os membros do CEA, pois, foi essa ONG que obteve os dados sobre a fábrica de forma antecipada.

Por fim, mesmo que estes grupos estivessem levantando a mesma bandeira no “Celulose Não”, aparentemente são todos ideologicamente diferentes ou mesmo não possuem uma ideologia política expressa. Denota-se assim, que a aparente polarização existente no fenômeno não era algo tão concreto como pareceu ser no início da pesquisa.

4.2 Os “Celulose Sim”

Após o desvelamento dos grupos contrários à instalação da fábrica, cumpre realizar uma análise daqueles que foram os entusiastas deste projeto, aqui denominados “Celulose Sim”. Frente a todas as fontes levantadas, fica claro que os indivíduos notórios que apoiavam o complexo industrial eram em sua maioria empresários de renome da região sul e alguns políticos que viam na fábrica uma espécie de salvação econômica do município, bem como a chance de manutenção no poder.

Entre esses políticos, o mais proeminente é Pedro Simon, então governador do Rio Grande do Sul, pelo PMDB. Simon foi o grande responsável por propagar o projeto para cidade de Rio Grande, e também foi ele a pessoa, que de forma contrariada, dá fim as pretensões dos empreendedores na cidade. Agentes do legislativo municipal também tiveram papel ativo na defesa do projeto, mas foi o líder do Movimento Democrático no Sul o mais importante ator do campo político partidário.

Apesar disso, o principal nome que trataremos aqui é o do famoso empresário rio-grandino Hermann Werner Hadrich. Este foi, sem dúvidas, o principal entusiasta das ideias pró-celulose em Rio Grande e também foi um dos sujeitos entrevistados para esta investigação. Apesar de existirem organizações diferentes que apoiaram a fábrica, estas eram certamente muito mais homogêneas do que as anti-celulose, e como poderá ser visto, todas estavam dentro do espectro da racionalidade econômica de Leff (2009).

Como pode ser notado nos próximos parágrafos, dedicou-se menos tempo para análise e pormenorização dos grupos do “Celulose Sim”. Isso ocorre, pois, visto os objetivos desta dissertação, é sobre as organizações anti-celulose que residem os fundamentos das ações e táticas, e não destas a serem observadas neste momento. Para cumprir o objetivo, basta que se entenda somente quem eram estes grupos favoráveis à fábrica e quais argumentos estes utilizavam para convencer a população.

Tendo em vista o alinhamento ideológico e a homogeneidade que estes grupos possuíam entre si, pareceu mais adequado abordá-los através da figura central que liderava estas organizações e agentes do fenômeno. Desta maneira, apesar de se apontar os três principais grupos envolvidos, toda a narrativa deste momento do subcapítulo terá uma centralidade na figura de Hadrich e na entrevista que o mesmo concedeu para esta pesquisa.

4.2.1 Centro de Indústrias de Rio Grande – CIRG

O Centro de indústrias de Rio Grande CIRG é uma entidade de classe que busca reunir e representar os interesses do setor industrial do município. Esta entidade é organizada aos moldes do centro de indústrias do estado do Rio Grande do Sul, e cumpre a função de ser como um braço desta vertente maior, apesar de possuir total autonomia política e administrativa.

Na época do fenômeno, Werner Hadrich era o diretor desta associação e buscava através da diretoria da entidade, trazer investimentos e negócios que em suas palavras “prestigiariam a cidade de Rio Grande” (HADRICH, 02/09/ 2019.) O objetivo principal desta entidade era paupar o desenvolvimento econômico do município, através do seu desenvolvimento industrial e das consequências positivas que a instalação de novos empreendimentos traria para o município.

Desta maneira, foi esta entidade uma das primeiras a estar em posse dos planos do Governo do Estado para instalação da fábrica na cidade. O prestígio dos diretores e membros desta organização era tão grande que caberia a eles a tarefa de idealizar a forma como o plano de instalação da empresa seria aplicado. Entretanto, como poderá ser visto, nem mesmo todo o poder destas pessoas foi capaz de lidar com a competência dos ativistas, como aponta Hadrich

(02/09/ 2019), “*eles foram muito competentes no trabalho deles*”.

Não foi possível levantar informações suficientes sobre esta entidade, desta maneira, uma vez que o sujeito em questão era o diretor da associação e se pressupõe que este represente os ideais da associação, buscou-se debater sobre os pressupostos ideológicos desta organização, a partir da visão de mundo do entrevistado. Por óbvio, o entendimento dele poderia ser diferente do que é atualmente, ou mesmo a CIRG ter adaptado suas prioridades com o passar dos anos. Desta maneira, o leitor deve entender que, apesar do exercício proposto, ainda se trata da visão de mundo do entrevistado.

Este sujeito não se entende como um empresário “tubarão”, mas sim como um homem de negócios, que busca acúmulo financeiro através do desenvolvimento econômico da cidade, priorizando os interesses do município. Por óbvio, o fato deste fazer parte do centro de indústrias de Rio Grande pressupõe que o sujeito realmente defenda os interesses financeiro dos seis associados cidadãos.

Um fator que parece colaborar com a afirmação do entrevistado é que nos anos 1980 a economia de mercado internacionalizado ainda estava engatinhando no Brasil, muitas indústrias de Rio Grande pertenciam a empresas nacionais e gaúchas e mesmo de empresários rio-grandinos. Entende-se isso como um reflexo do projeto de desenvolvimento dos militares ocorrido décadas antes.

Dentre os segmentos acima do padrão normal em 1980 encontravam-se aqueles que, historicamente, haviam sido mais diretamente beneficiados pela política econômica governamental no período de industrialização compreendido entre os anos 50 e a segunda metade dos anos 70 (BONELLI E GONÇALVES, 1999, p. 31)

Não se tratava de uma entidade internacional que planejava instalar uma indústria na cidade, era um projeto desenvolvido pelo governo do Estado e que teria sua logística planejada pelos industriários da Região. Por certo, estavam interessados em pautar também seus próprios interesses financeiros, mas não parece que, pelo menos naquele momento, estivessem visando um negócio puramente predatório, no sentido econômico é claro.

Apesar disso, ainda assim se tratava de uma entidade que estava baseada em uma lógica de desenvolvimento, onde as questões ambientais eram secundárias, e mesmo que houvesse certa preocupação com relação às questões relacionadas aos ambientes naturais, ainda assim, toda esta atenção é oriunda de uma preocupação em continuar produzindo.

Como o próprio Hadrich afirma, o estado inteiro tinha ciência da questão da poluição da Borregard em Porto Alegre - RS, e a cidade de Rio Grande estava traumatizada por causa dos dejetos oriundos das fábricas de fertilizantes do distrito industrial, mais conhecido como

“barra”. Desta maneira, era necessário que os empreendimentos no município tivessem algum tipo de preocupação ambiental, caso contrário não seriam bem aceitos.

Durante o subcapítulo anterior, abordou-se em diversos momentos as inter-relações entre os grupos e sujeitos representantes do “Celulose Não”. Entretanto, será que havia algum tipo de relação entre os grupos e sujeitos opostos?

Certamente sim, apesar de Hadrich (02/09/ 2019) ter afirmado que a “*FURG prestou um desserviço pra Rio Grande*” quando se referia ao fenômeno, o entrevistado também declara que ele esteve reunido com os cientistas da universidade quando objetivou melhorar as questões ambientais referente à fumaça das fábricas de fertilizante do distrito industrial. O que aponta que, apesar de a FURG estar naquele momento ao lado do “Celulose”, por muitas vezes prestou serviços para as empresas de Rio Grande também.

Parece não ser necessário abordar qualquer relação entre CIRG e as ONGs mencionadas anteriormente. Contudo, é interessante ressaltar que Hatrich assegurou manter uma boa relação, pelo menos, atualmente, com Marcelo Domingues e declarou que Rampazzo frequentava sua residência, pois era amigo de seus filhos. Estes elementos são interessantes, porque apontam para um conflito que apesar de intenso, não se mostrava um embate entre inimigos mortais, mas sim de pessoas com interesses diversos. Pode-se ver que a aparente polarização discutida no início do capítulo não era tão maniqueísta como parecia.

4.2.2 Câmara do Comércio de Rio Grande

Outro grupo que esteve ao lado do “Celulose Sim” foi a Câmara de Comércio de Rio Grande (CCR). Esta associação, assim como a anterior, visava prestigiar Rio Grande com investimentos que contribuíssem com o desenvolvimento do município. Entretanto, seu foco principal seria a prestação de serviços comerciais para as empresas responsáveis por construir a fábrica e principalmente para os funcionários que trabalhariam na produção de papel celulose.

A CCR afirma ser a entidade mais antiga do estado e esteve sempre atuando nas mais importantes decisões econômicas que cabiam ao município. O prédio desta associação é uma das construções mais imponentes e históricas do município, o que demonstra a importância simbólica deste grupo. Os membros desta associação possuem uma íntima relação com o poder público da cidade, o que é explícito no próprio site da CCR.

A Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande é a entidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul e a quarta do Brasil, fundada em 26 de setembro de 1844. Tem por objetivo lutar pelo desenvolvimento da cidade e região,

sendo protagonista na defesa de projetos e investimentos de interesse da comunidade, promovendo reuniões para estudo dos problemas e atuando como centro de convergência na busca de soluções. Acompanhamos e oferecemos suporte ao poder público cooperando para o desenvolvimento econômico, cultural, turístico e social do município, do estado e do país. Incentivamos o espírito de união e solidariedade entre nossos associados e com as demais entidades representativas das categorias econômicas. (Site Câmara de Comércio Rio Grande, acessado em 23 de janeiro de 2019)

Ainda que a CCR possuísse lideranças diferentes e interesses específicos, a associação estava alinhada com as pautas comuns ao movimento do “Celulose Sim” e tinham em Hadrich o principal porta voz dos seus interesses, no tocante a fábrica. Este ator demonstrou durante a entrevista ter uma relação íntima com os membros da Câmara do Comércio e não parece necessário abordar de forma profunda a inter-relação entre estes atores e organizações empresariais.

O que pode se notar é que ambas possuem uma mesma ideologia de desenvolvimento pensado para Rio Grande, onde as relações que seus membros possuem entre o privado e o público parece por vezes muito tênue. Este tipo de relação não é exclusiva do município como bem se sabe, mas é interessante notar que assim como o “Fora Celulose” ambas as entidades deixaram qualquer interesse conflitante de lado e se uniram em vista de um objetivo mais importante.

4.2.3 Câmara dos Dirigentes Lojistas

Por fim, o último dos principais grupos identificados, a Câmara dos Dirigentes Lojistas, a (CDL). Esta associação, alinhada as outras duas entidades, formavam a tríade que fundamentaria as estratégias basilares dos defensores da fábrica. Desde a década de 1960 representando os lojistas de Rio Grande, a CDL cumpre um importante papel no que tange à defesa dos interesses deste setor.

Mais uma vez, apesar de possuir lideranças próprias, no verão de 1989 esta associação estava alinhada com a liderança de Hadrich. O presidente na época, Nilton Dorini, pautava que a CDL deveria integrar e defender os interesses do comércio da cidade, sendo dessa forma, importante para seus interesses que a fábrica de celulose fosse instalada no município, assim que possível, visto que a cidade enfrentava uma terrível crise socioeconômica que afetava a população e os empresários.

Estes atores pró celulose, citados até o momento, fazem parte de famílias tradicionais da cidade e do Rio Grande do Sul. Este fato aponta para uma inter-relação de classe tradicional

entre os sujeitos. Estes fazem parte do escalão dos comerciantes, lojistas e industriários da região, não podendo ser confundidos com simples associados destas entidades. São os líderes de longa data e estão alinhados sob a égide de uma mesma racionalidade.

Sabe-se que diversas outras entidades e atores de todo o estado, principalmente de pessoas ligadas ao executivo estadual participaram ativamente deste fenômeno, como defensores da fábrica. Entretanto, não era objetivo do trabalho abordar especificamente este segmento e, por esse motivo, priorizou-se aqui olhar para os atores locais.

5. O CONFLITO

5.2 Conflito de ideias

Nesta sessão, serão expostas as argumentações levantadas pelos jornais, entrevistas e demais documentos de ambos os lados dos conflitos. O objetivo desta empreitada é demonstrar, em primeiro lugar, quais eram os recursos argumentativos que ambos os grupos possuíam para convencer a população rio-grandina dos benefícios ou malefícios da fábrica de celulose.

Aqui, pode-se acompanhar, tanto uma análise do porquê de as argumentações Anti-celulose possuírem uma melhor aceitação perante a sociedade, quanto uma breve introdução ao último capítulo, momento em que se aponta as ações, táticas, estratégicas de convencimento e da Educação Ambiental.

Apesar haver uma cisão na dissertação do conflito no campo das ideias e nas ruas, ambos fazem parte do mesmo todo, como aponta Leff (2009), ou mesmo Yin (2015), os casos e fenômenos não podem ser compreendidos de forma repartida. Este recurso realizado aqui, em virtude do caráter organizacional e o leitor não devem compreendê-los como antagônicos. Visto isso, boa parte das estratégias de Educação Ambiental, as quais são a cereja do bolo desta pesquisa, já podem ser notadas neste seguimento. Contudo, elas serão abordadas de fato no capítulo final.

5.2.1 O Discurso da Complacência

O presente subcapítulo visa discutir as principais argumentações favoráveis à instalação da indústria de celulose em Rio Grande. Para que tal tarefa pudesse ser realizada, fez-se necessário, primeiramente, um levantamento de todas as matérias jornalísticas provenientes do *Jornal Agora* e *Zero Hora*, para em um segundo momento, se concretizasse a proposta aqui pretendida. Além da utilização dos jornais em questão, lançou-se mão, como ferramenta para a identificação de tal argumentação, de uma série de cinco entrevistas realizadas para este trabalho, segundo a qual se pôde levantar questões não abordadas no jornal e que permitiram por sua vez tornar este capítulo mais abrangente.

Para melhor organização e compreensão dos leitores, a argumentação que aqui será apresentada e dividida em três quesitos básicos: O primeiro referente à questão ambiental; o segundo, diz respeito à questão político-econômica; o terceiro, atinente à desmoralização

ideológica utilizada pelos defensores do projeto. Novamente, todas estas argumentações foram subdivididas nestes critérios por mera questão organizacional do autor. Foram categorias criadas pelo pesquisador para que o trabalho pudesse ser melhor analisado.

5.2.1.1 Os argumentos de natureza ambiental

Em primeiro lugar, os defensores da instalação da fábrica em Rio Grande afirmavam que tal projeto não prejudicaria de forma alguma o meio ambiente e o ecossistema da cidade; diziam inclusive que este até beneficiaria a preservação da natureza. Segundo as palavras do então Secretário Estadual de Comércio e Indústria, Gilberto Mosmann:

(...) a fábrica desde o início do seu funcionamento deverá obedecer as normas do DMA e a legislação ambiental em vigor, o que impedirá problemas posteriores. Ressaltou ainda que além de prever harmonia entre a fábrica e o meio ambiente ainda terá a vantagem, pelas características do projeto de beneficiar a recuperação das dunas no litoral da região. (JORNAL AGORA, 26/03/1989, p. 3).

Pode-se assim deduzir que a harmonia com o meio ambiente e preservação do mesmo eram concepções utilizadas pelos defensores do projeto. No entanto, tal argumentação possuía uma base estrutural mais aprofundada, que será exposta nos próximos parágrafos.

A empresa RioCell é apontada como precursora da argumentação favorável à instalação da fábrica de celulose, pois conforme o parecer dos interessados no projeto, esta é um exemplo de como uma indústria de celulose pode ser benéfica para o município e, simultaneamente, conviver em equilíbrio com a natureza.

A fim de defender a importância desta fábrica, Aprigildo Rodrigues, na época presidente da União Rio-grandina de Moradores dos Bairros, encaminha ao *Jornal Agora*, um manifesto, publicado pelo periódico. No texto, embora se posicionasse contra a instalação da indústria de celulose, reconhecia que, seguindo os moldes da RioCell, não seria prejudicial à cidade, pelo contrário, aduz que a empresa seria bem-vinda ao município.

A argumentação que utilizava a empresa RioCell como referência modelar, ganhou ainda mais força após dois acontecimentos: o primeiro se deu após a visita de diversos interessados na implementação da fábrica às dependências daquela empresa. Foi o motivo que originou uma onda de informações, amplamente divulgadas, de que tal empreendimento possuía toda a tecnologia e equipamentos necessários para mitigar os impactos ambientais, assim como estava gerando mais de dois mil empregos, além de ser lembrada por possuir uma

comissão de meio ambiente, cujas atividades eram apreciadas pela população do município de Guaíba.

Sobre a RioCell, explicou que produz as linhas branqueadas e não branqueadas de papel e que embora tenha cerca de 600 funcionários na fábrica, apenas de empregados diretos, gera aproximadamente 2 mil. (...) quanto aos aspectos ambientais, Luiz Coimbra disse que a empresa investiu 37 milhões de dólares em resíduos. Neste programa incluiu-se a construção de torres de 120 e 150 metros de altura e o tratamento terciário de efluentes. As normas do Departamento de Meio Ambiente do Estado fizeram com que o cheiro característico da produção do papel fosse reduzido para 1% do que existia anteriormente e que hoje seja sentido apenas em condições especiais de clima. Ainda nas questões ambientais- assunto que predominou nas questões levantadas pelos visitantes – Luiz Coimbra disse que a Riocell está entre as melhores do mundo. (JORNAL AGORA, 21/04/89, p. 15).

Ainda durante esta vistoria, foram inspecionadas as áreas de tratamento dos efluentes, posteriormente classificadas como exemplares pelos defensores do projeto. Em seguida, estes últimos reiteraram que uma indústria nos moldes da RioCell traria progresso à Rio Grande.

Ainda no que se refere à questão da Riocell aliada ao discurso de harmonia com a natureza, é imprescindível mencionar onde este argumento se alicerça. Considera-se as opiniões no renomado ecologista José Lutzenberger (então próximo a se tornar Ministro do Meio Ambiente durante o governo Collor) como conivente ao estabelecimento das indústrias de celulose geridas aos moldes da Riocell. A fim de que se possa ter uma visão geral da importância desta figura e de seus posicionamentos, basta analisar as referências feitas a ele no *Jornal Agora* pelos defensores do projeto, os quais citavam o ecólogo em questão, chegando até a propor a vinda deste a um seminário que seria organizado pelos defensores do projeto, com o propósito de elucidar os benefícios desta tipologia industrial.

Para finalizar a questão ambiental, é utilizada a argumentação de que o projeto não seria aprovado até mesmo pelos seus defensores, caso este não estivesse em conformidade com a proteção da natureza. Antes de prosseguir, vale salientar que esta argumentação estabelece uma ligação direta entre a questão ambiental e a socioeconômica, não podendo ser compreendida isoladamente. Estas afirmações se justificam pelo fato de que os defensores sustentam que os supostos financiadores do projeto não liberariam as verbas para a construção da fábrica, caso o empreendimento não estivesse adequado aos critérios ambientais, conforme demonstra o excerto a seguir:

Queremos a indústria, desde que cumpra com todas exigências do DMA na defesa da população e do meio ambiente. Se o financiamento for do BIRD ou de outro organismo mundial, podemos ficar descansados pois a liberação dos

recursos só acontecerá se estiverem previstos gastos com o controle das fontes poluidoras. (JORNAL AGORA, 1/03/89, p. 2)

Além da questão apresentada acima, ainda havia a repercussão política negativa que um empreendimento poluidor poderia causar aos políticos ligados a esse investimento. Segundo Gilberto Mossmann:

(...) o Trabalho da Jakko Engenharia levou em consideração o aspecto ambiental e que mesmo assim trata-se de um pré-projeto e não do projeto definitivo. Depois dos problemas com a Borreghard nenhum governador gostaria de ver seu nome ligado a uma indústria poluidora. (AGORA, 26/3/89, p. 3).

Em síntese, compreende-se acerca deste subcapítulo que a argumentação ambiental dos defensores do projeto se baseia unicamente na questão de que a fábrica não poluiria o ecossistema local, tendo como suporte argumentativo o caso exemplar simbolizado pela fábrica Riocell, as opiniões de José Lutzenberger e as questões das restrições de impactos que os financiamentos exigiriam para a área ambiental, assim como a pretensão dos políticos em não terem seus nomes vinculados a empresas poluidoras.

5.2.1.2 A motivação sob o ponto de vista político-econômico

Indubitavelmente, a questão do progresso, do desenvolvimento econômico, é o argumento mais utilizado pelos defensores do empreendimento na cidade. Como se apurou na cobertura jornalística, praticamente todas as manchetes que se propunham a defender a instalação da fábrica, tocavam na questão do desenvolvimento econômico como fato a ser ponderado pela comunidade rio-grandina.

O argumento do progresso mostra-se tão veemente, visto que, por meio dele, defende-se a geração de empregos, assim como um grande aumento da circulação de capital no comércio da cidade, que eram motivações comumente apontadas nos textos publicados no Jornal, como pode ser verificado em uma matéria que circulou no dia 25/02/1989, pela qual se assevera que a fábrica de celulose geraria cerca de 2590 empregos diretos para o município.

Ainda sobre a motivação ligada à ideia de progresso e geração de empregos, verifica-se em uma carta assinada pelo prefeito de São José do Norte - cidade que também pleiteava a instalação da indústria - ao governador do Estado, que tal fábrica era tida como a redenção econômica para a cidade, sendo capaz de acabar com todos os problemas sociais que o município enfrentava, como se observa a seguir:

(...) Do ponto de vista econômico-social, é bom lembrar que municípios subdesenvolvidos ou com economias irremediavelmente comprometidas, precisam receber uma injeção de progresso para poder acompanhar o desenvolvimento do Estado. Para Rio Grande, por exemplo, a fábrica de celulose seria apenas mais uma grande indústria, entre as muitas que lá se acham instaladas, enquanto para São Jose do Norte será a redenção (...). (JORNAL AGORA, 13/04/89).

Este trecho da carta enviada ao então Governador Pedro Simon faz uma boa síntese de como a questão do progresso econômico que, supostamente, a indústria de celulose traria, era tratada pelos defensores do projeto, como elemento transformador da economia regional de uma forma redentora.

Outra argumentação também recorrentemente colocada na mesa pelos defensores do projeto consistia na arrecadação de impostos que a fábrica geraria anualmente, beneficiando assim o município. Os pró-celulose argumentavam que a indústria geraria a partir do terceiro ano de funcionamento um ICM de aproximadamente 4,55 milhões, tema este já abordado em outra seção deste trabalho.

Em síntese, pode-se sustentar que esta primeira gama de argumentos estava alicerçada, basicamente, no fato de que a instalação do empreendimento proporcionaria a circulação de um grande fluxo de capital no município de Rio Grande e na região, e também na ideia de que iria promover a geração de novos empregos e progresso econômico ao município, que sofria há décadas com a falta de investimentos de grande porte.

Para finalizar a questão político-econômica, era perceptível como os defensores do projeto se utilizavam da pretensão de outros municípios em acolher esta indústria para pressionar a população a aceitá-la. Segundo o pré-projeto de que estudou a viabilidade, Rio Grande era caracterizada como *locus* ideal para a sua instalação. Entretanto, havia outras cidades apontadas como passíveis de receber o investimento, dentre as quais encontravam-se Pelotas e São José do Norte.

Como já apontado, o prefeito de São José do Norte já havia demonstrado sua intenção de que o projeto fosse implementado naquele município, porém, uma vez que a comunidade rio-grandina estava se mostrando contrária ao investimento, segmentos importantes da cidade de Pelotas passaram a pleiteá-lo. O município lindeiro ao de Rio Grande mostrava-se tão interessado em receber o projeto que chegara a entrar em contato com Lutzenberger para convidá-lo a visitar a cidade:

O prefeito Anselmo Rodrigues pretende estudar pormenorizadamente o assunto, que considera de grande importância. “Afinal serão investidos pela indústria, nada menos que dois bilhões de dólares, com a criação de 7 mil empregos diretos”, disse o vice-prefeito Edgar Cuervello que, agora, agiliza

novos contatos com Lutzenberger e a possibilidade de visita ao grupo Aracruz, no Espírito Santo. (JORNAL AGORA,13/04/89).

A argumentação em pauta pode ser apontada como um ponto de vista percebido pelos dois primeiros entrevistados no contexto deste trabalho. Se Rio Grande não aceitasse o investimento e, caso o empreendimento fosse implementado em São José do Norte ou Pelotas, de qualquer forma, haveria impactos na área estuarina, pois o ecossistema local está diretamente ligado ao dos municípios vizinhos.

Evidenciam-se, assim, três níveis básicos de argumentos vinculados a categoria de natureza político-econômica, sendo eles: **i)** a questão do progresso econômico no desenvolvimento de milhares de empregos para a cidade; **ii)** o fator da geração de impostos e da ampla gama de capital a girar no município; **iii)** a percepção de que não seria conveniente negar o projeto, uma vez que as cidades vizinhas o abarcariam.

5.2.1.3 O viés da desmoralização ideológica

Este subcapítulo se mostra mais sucinto do que os demais, por tratar especificamente da forma como os defensores do projeto se utilizavam da desmoralização ideológica para argumentar a favor do complexo de celulose. Tal desmoralização carecia de qualquer base de sustentação, não merecendo, assim, uma análise aprofundada. Segundo os dois primeiros entrevistados, os defensores da celulose asseguram que os contrários à indústria eram contra o progresso de Rio Grande, culpando-os de estarem mal informados e de não desejarem o avanço da cidade, sem fornecerem motivações para as referidas acusações.

A segunda tática de desmoralização consistiu na afirmação de a população estar deixando a comoção do discurso proferido pelos ecologistas se posicionar à frente dos fatos concretos. Tal argumento mostra-se tão efusivo que até mesmo Paulo Vidal - prefeito da cidade e um dos responsáveis pela não vinda do projeto - afirmou que era necessário o laudo do DMA antes da tomada de decisões, asseverando que qualquer posicionamento antes disso seria precipitado e emocional. Assim como Vidal, Mossmann partilhava da mesma opinião:

Todas estas questões levantadas terão que ser levadas em consideração no momento de instalação da fábrica e sugiro que neste período de seis meses antes da realização do 2º Seminário Pró-Desenvolvimento os interessados se informem sobre o assunto e que este seja encarado de frente, sem emocionalismos. (JORNAL AGORA, 26/3/89 p. 3).

A citação acima destacada sintetiza as duas bases que sustentam o argumento assentado na perspectiva da desmoralização ideológica, as quais eram utilizadas pelos defensores do

projeto para acusar os que se posicionam no sentido contrário. Sendo assim, pode-se afirmar que o grupo pró-celulose argumentava que os opositores do empreendimento careciam de informação, bem como estavam deixando o fator emocional se sobressair aos fatos.

Ao finalizar esta seção, entende-se ser possível constatar, a partir da análise das evidências advindas dos artigos e matérias publicadas no *Jornal Agora*, que a argumentação favorável ao empreendimento estava baseada quase que exclusivamente a estes quesitos, e observar que os mesmos vinham sendo repetidamente utilizados desde as primeiras discussões sobre o assunto. Ao longo do período em que o tema é tratado pelo Jornal, que se estende entre 1988 e o início de 1990, não emerge nenhuma nova base teórica-argumentativa.

5.2.2 O Discurso da Resistência

A presente seção se propõe a identificar os principais argumentos utilizados contra a instalação da planta industrial de celulose em Rio Grande. Este subcapítulo é oriundo do esforço do pesquisador, mas também contou com o auxílio da base contextual realizada no início da dissertação e, acima de tudo, com o referencial teórico e metodológico edificado para realizar as análises e demais procedimentos da investigação.

Por meio do levantamento realizado na fonte jornalística, foi possível analisar o conjunto dos fatos repercutidos pelos periódicos, assim como produzir uma síntese quanto a base argumentativa utilizada pelas pessoas mobilizadas no processo de resistência ao projeto. Um outro documento, este de natureza técnico-científico, foi fundamental para a sustentação do debate. Trata-se de uma série de estudos realizados por profissionais vinculados à Universidade Federal do Rio Grande. Este material também se constituiu em fonte para este trabalho.

Além da imersão nessas duas bases documentais, também se lançou mão da série de cinco entrevistas realizadas com protagonistas desta história. Do diálogo com esses atores envolvidos diretamente no processo, reconheceu-se posições, explicações e leituras contextualizadas, também entendidas como ideias que influenciaram na luta contra a instalação do complexo de celulose na cidade de Rio Grande.

A análise das informações e evidências levaram ao reconhecimento e organização da base de argumentação em três dimensões, a saber: 1) o fundamento de caráter socioambiental; 2) a perspectiva socioeconômica; 3) o fator político. Apesar de tal divisão, como se verá adiante, tais fatores não se dissociam uns dos outros, não podendo assim serem compreendidos mutuamente exclusivos.

5.2.2.1 O "Não" pelo fundamento socioambiental

Pode-se entender a antiga fábrica de celulose Borregar, hoje RioCell, como precursora da argumentação contrária à instalação do complexo de celulose no Rio Grande. Tal afirmação justifica-se, primeiramente, pelo fato de ser citada em diversas matérias do *Jornal Agora* como exemplo dos malefícios que uma indústria de celulose pode causar. Tal empresa precisou modificar o próprio nome devido a sua extrema má reputação com as questões referentes ao desrespeito com o meio ambiente e aos impactos negativos na sociedade.

Verifica-se, ao longo dos mais de dois anos de cobertura jornalística entre 1988 e o final de 1989, diversas matérias tratando do mau cheiro que a famosa Borregar, exalava no ar. Segundo os relatos de três dos entrevistados para este trabalho, Luiz Rampazzo, Roberto Tagliani e Marcelo Domingues, tal indústria exalava um forte cheiro de ovo podre, constituindo-se um incômodo cotidiano para a população do município de Guaíba e do entorno, pois, dependendo do regime de ventos, o odor alcançava as bordas da capital do Estado.

Apesar de a grande maioria da população de Rio Grande nunca ter percebido os odores provenientes de um complexo de celulose, esta possuía uma experiência semelhante, referente às indústrias de fertilizantes presentes no município. À época, estas empresas emitiam indiscriminadamente quantidade volumosa de poluentes atmosféricos por suas chaminés. Tais práticas geravam um enorme desconforto na população rio-grandina, reduzindo sensivelmente a qualidade de vida.

Os três entrevistados anteriormente citados afirmam, em seus relatos, que o problema dos poluentes químicos emitidos pelas empresas instaladas no distrito industrial de Rio Grande, podem ser entendidos como motivações importantes que levaram a população do município a rejeitar o empreendimento de celulose. Sendo assim, pode-se afirmar que a poluição do ar e seus malefícios para a saúde, causados tanto pela Borregar quanto pelas indústrias de fertilizantes do distrito industrial, constituiu-se num forte componente que alimentou a argumentação contrária a presença do empreendimento no município.

Além de toda a elucidação encontrada no periódico e corroborada pelos entrevistados a respeito da poluição do ar, um relatório realizado pela comissão de estudos da FURG sobre a instalação da indústria de celulose veio a fortalecer teoricamente esta argumentação. No parecer médico provisório realizado por tal comissão, é encontrada uma relação de diversos elementos químicos classificados de poluentes de primeira grandeza que são derivados da fabricação de celulose:

Existem 6 (seis) elementos químicos (compostos químicos inorgânicos) como subprodutos de fábricas de papel relacionadas como poluentes de primeira grandeza, como consequência direta do funcionamento desta indústria, que são: Cromo, cobre, mercúrio, níquel, chumbo e zinco. Ao mesmo tempo se constata que Cromo e níquel são cancerígenos primários por inalação atuando sobre os pulmões e cavidades nasais, isto é, estes produtos em contato com a mucosa oro-nasal e pulmonar produzem carcinomas derivados das células destas mucosas. Convém assinalar que o mercúrio (Hg) é poluente líquido de extrema toxicidade provocando lesões teratogênicas (acidente de Minamata - Japão). Ao mesmo tempo existem poluentes aéreos como subprodutos da emissão das caldeiras do reator das fábricas, principalmente se for usado carvão ou petróleo aéreos como combustível, entre os quais 8,9 Bensopireno que é responsável pela produção de câncer de pulmão. (CHIAFFITELLI, 1989, p. 1).

Sendo assim, nota-se que tal relatório, além de servir como base argumentativa contrária à celulose, também pode ser entendido como base teórica para tais argumentações.

Ainda tratando da questão socioambiental, é perceptível que grande parte das críticas encontradas no periódico pesquisado são referentes aos impactos que tal indústria poderia causar ao ecossistema do município, mais especificamente ao estuário da Laguna dos Patos. Esta preocupação é justificada pelos opositores do projeto, pois milhares de famílias dependiam da pesca na laguna, e devido ao alto nível de dejetos que este tipo de indústria emite nas vias aquáticas, a subsistência destes pescadores e suas famílias estaria ameaçada.

Estas críticas em relação ao futuro da pesca e dos pescadores em Rio Grande, assim como os problemas que os dejetos da fábrica de celulose poderiam causar ao meio ambiente, podem ser verificados nos apontamentos do Vereador Ayrton Lopes da Silva (PDT), e também dos ecologistas do Centro de Estudos Ambientais (CEA), críticas estas repercutidas pelo *Jornal Agora*. Para se ter noção da importância com que este tema era tratado, verifica-se que 7 dos 13 trabalhos realizados no contexto do relatório produzido pela FURG tratam da questão dos efluentes e suas consequências na Laguna, fauna e flora. As bases teóricas da argumentação aqui retratadas podem facilmente ser verificadas nos diversos trabalhos realizados pela comissão organizada pela Universidade.

Os trabalhos trazem dados concretos dos danos que a fábrica de celulose poderia causar à biodiversidade da Laguna. Um trabalho intitulado "Possíveis consequências dos efluentes de fábrica de celulose sobre o fitoplâncton no estuário da lagoa dos patos", traz dados que comprovam que os efluentes das fábricas de celulose causam danos negativos sobre o fitoplâncton que é uma das bases alimentares do ecossistema estuarino-lagunar.

A entrada de efluentes gerados em indústrias de celulose, contendo uma alta concentração de material em suspensão, matéria orgânica e metais (veja hidroquímica), tem como consequências gerais, os seguintes desequilíbrios relacionados com o fitoplâncton: 1) desestruturação da comunidade e

eutrofização do sistema; 2) toxidez e bioacumulação de metais na trama trófica. (ODEBRECHT, 1989, p. 4).

Este é apenas um dos sete trabalhos que tratam das consequências negativas dos resíduos do processo de fabricação de celulose despejados na laguna. Dentre esses, cabe destacar um outro, que trata especificamente das consequências para a vida aquática que esta tipologia industrial em questão pode causar. Em "A repercussão dos rejeitos de uma indústria de celulose sobre a vida aquática" é relatado os resultados dos despejos químicos na fauna aquática:

(...) o acúmulo deste material sobre o substrato do meio hídrico provoca o sufocamento da vida bentônica, repercutindo sobre a cadeia trófica do meio. Pode ocorrer assim a destruição dos sítios de desovas de alguns organismos, e ainda a possibilidade desta nova cobertura do fundo ser colonizada por fungos e bactérias indesejadas.

Este tipo de matéria em suspensão pode colmatar as brânquias dos peixes e os levarem a um stress por não conseguirem eliminar este material pela secreção de mucos, quando as concentrações forem maiores que 25 mg/l, influenciando assim sobre a biomassa por aumentar a mortalidade (BAUMGARTEN, 1989, p. 2).

Pode ser confirmado assim que havia um grande risco à subsistência dos pescadores da Laguna dos Patos, uma vez apontada pelos trabalhos acadêmicos a possibilidade real do aumento da mortalidade dos peixes e da vida marinha.

Outro argumento muito utilizado pelos contrários à instalação da fábrica se baseia no fato de o pré-projeto não estabelecer todos os níveis de tratamento de efluentes necessários para que este tipo de indústria cause o menor nível de danos ambientais possíveis, como pode ser comprovado no parecer produzido pelo Departamento do Meio Ambiente:

O tratamento proposto pela empresa, restringe-se em tratamento de nível primário, não prevendo sequer sistema de segurança no caso de falhas nos equipamentos de tratamento apresentado. Por suas características acima descritas, os efluentes líquidos da empresa, ficam impedidos de serem lançados em águas interiores da região. O tratamento das mesmas, no nível proposto é inaceitável. (ISAIA, 1989, p. 2).

Toda esta discussão sobre a destruição da fauna marinha acaba remetendo para o último argumento do quesito socioambiental que se baseia no fato de o número de pessoas dependentes da pesca em Rio Grande ser muito superior aos empregos que a fábrica de celulose proporcionaria, mesmo contando com os empregos diretos e indiretos, a quantidade de pessoas diretamente ligadas a pesca ainda assim era muito superior.

As palestras proferidas pelos membros do CEA assim como as matérias jornalísticas onde essa argumentação pode ser encontrada, possuem sua base teórica em dois trabalhos específicos. O primeiro é "Principais aspectos na pesca do camarão rosa *Penaeus Paulensis* na

Lagoa dos Patos - Rio Grande –RS" (MARCHIORI, 1989), que traz dados referentes ao número de pescadores artesanais que sobreviviam da pesca na Laguna e que, segundo o trabalho, variava entre 12.000 e 15.000, sem contar, é claro, com os pescadores de temporadas que somam mais de 5.000 pessoas. Em contrapartida, a fábrica de celulose geraria cerca de 600 empregos diretos e cerca de 3.000 na fase de construção da fábrica como pode ser verificado em diversas matérias do periódico e no relatório elaborado pelo professor Marcelo Domingues.

Em suma, pode-se identificar três argumentos-chave quanto a questão socioambiental: **i)** O mau cheiro e as consequências adversas à saúde advindas da emissão de poluentes atmosféricos; **ii)** a destruição da fauna e flora do Estuário da Laguna dos Patos; **iii)** a grande possibilidade de a fábrica gerar mais desemprego do que empregos de fato.

5.2.2.2 A perspectiva socioeconômica

Apesar da divisão proposta para a organização desta seção, as questões socioeconômicas e socioambientais não podem ser entendidas como de natureza distinta, já que estão intrinsecamente ligadas. Pode-se, assim, afirmar que a última argumentação citada no tópico anterior também pode ser concebida como uma questão socioeconômica, pois na realidade tal argumento transita entre os dois quesitos.

Sendo assim, a questão do aumento da violência e das desigualdades sociais surge como a segunda argumentação socioeconômica, considerando que investimentos impostos verticalmente pelos governos, podem sim gerar profundos impactos, principalmente em cidades sem estrutura física para comportá-los. Tal argumentação pode ser constatada em uma matéria intitulada “**Celulose, Sim! Poluição Não!**”, que pode ser verificada na página 5 do *Jornal Agora* do dia 21/03/1989.

A reportagem relembra como se realizou a instalação dos complexos industriais presentes naquele momento na cidade que, em síntese, consistiam em fábricas de fertilizantes situadas na zona portuária. Naquela oportunidade foi realizada uma análise de como estes grandes investimentos aumentam a violência e a desigualdade social na cidade. Tal afirmativa se justifica pelo fato de que estas indústrias necessitam de uma grande quantidade de trabalhadores temporários, que acabam migrando em busca de emprego, muitas vezes para áreas urbanas sem estrutura para acolhê-los, como já havia acontecido em Rio Grande.

Ao término destes empreendimentos, boa parte dos operários acaba desempregada e sem ter para onde ir, o que, por sua vez, acaba por aumentar o cinturão de miséria e violência nas cidades. A argumentação relativa ao impacto socioeconômico pode ser reforçada através de um

trabalho que consiste no relatório realizado pelos cientistas da FURG, entregue em mãos às autoridades municipais e estaduais.

te médio do Estado (Pelotas, Caxias do Sul, Canoas, Santa Maria, Rio Grande, Novo Hamburgo e Passo Fundo) a que apresenta o maior índice de subhabitações em relação ao número total de habitantes. Segundo a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado, em um levantamento feito em 1985 sobre o eixo industrial Pelotas-Rio Grande, esta última apresentava na ocasião um déficit habitacional de cerca de 5.000 moradias. De lá para cá, nada foi feito para solucionar este problema. Portanto, este déficit hoje deve andar na casa dos 7 a 8 mil habitações. Caso todos estes projetos se concretizem nos próximos 2 a 3 anos, com o fluxo migratório daí advindo, certamente este déficit saltará para a casa dos 20 a 25 mil habitações. Dificilmente Rio Grande conseguirá recursos e investimentos desta ordem num prazo tão curto. Caso não consiga, a proliferação de subhabitações será incontrolável. E quanto a educação, saúde, transportes e saneamento básico?

Imagem 14: Relatório socioeconômico; Autor: Marcelo Domingues

Fonte: CEA, 1989

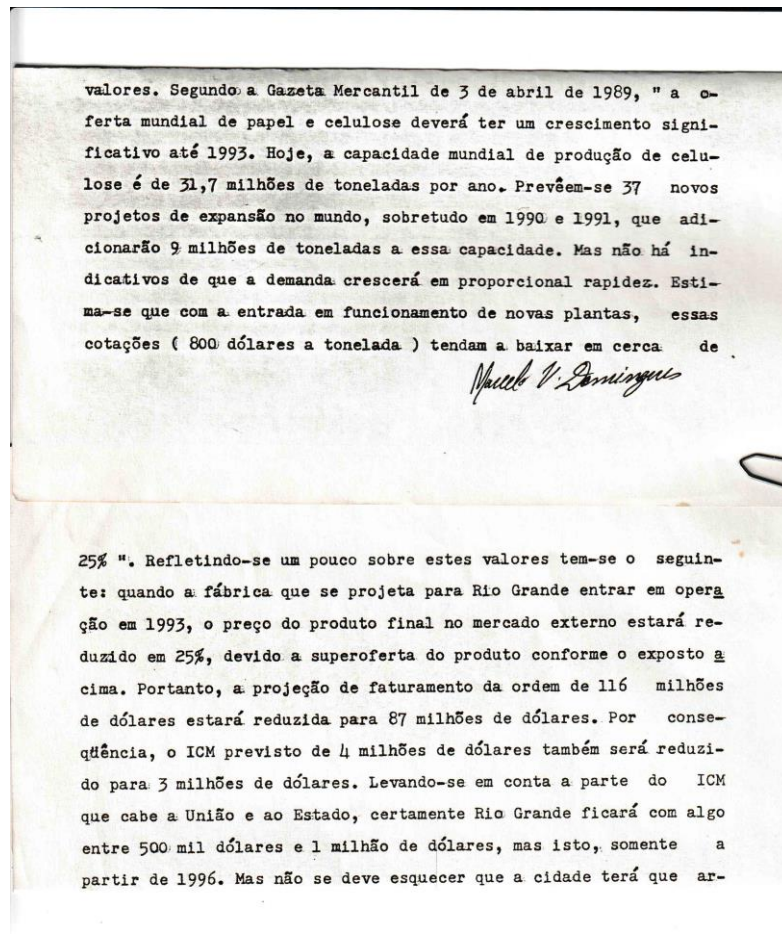


Imagem 15: Relatório socioeconômico; Autor: Marcelo Domingues
Fonte: CEA, 1989

No estudo intitulado "Consequências Socioeconômicas para Rio Grande com a Instalação de uma Fábrica de Celulose" realizado pelo então professor do departamento de Geociências, Marcelo Vinícius de la Rocha Domingues, pode-se encontrar dados do possível impacto socioeconômico que a indústria de celulose causaria ao município.

Para a construção da fábrica deverão ser utilizados, suponho, um mínimo de 3.000 operários, metade dos quais deverão ser trazidos de fora pela empreiteira ou empreiteiras encarregadas pela construção civil. Calcula-se para o Brasil (dado do IBGE) que cada trabalhador sustenta além dele mais três pessoas. Supondo-se que sejam trazidos 1.500 trabalhadores de fora do município, tem-se cerca de 4.500 dependentes destes que deverão acompanhá-los, perfazendo um total de 6.000 pessoas acrescidas a cidade num intervalo de tempo muito pequeno, de poucos meses o incremento natural da cidade é de 4 a 5 mil novos habitantes por ano. (DOMINGUES, 1989, p. 8).

No excerto acima pode-se ter um vislumbre da possível quantidade de pessoas que incrementariam a população da cidade em um curtíssimo espaço de tempo. Ainda neste sentido, o geógrafo Marcelo Domingues acrescenta:

Considere-se ainda que a vontade de migrar faz parte de um comportamento populacional praticamente impossível de ser mensurado. É impossível saber, por exemplo, se com o simples anúncio de instalação de uma fábrica de celulose no Rio Grande se já não existem pessoas em diferentes áreas do Estado preparando-se ou já se encaminhando para cá em busca de emprego. Basta para tanto, que uma pessoa esteja pré-disposta a migrar. Como mensurar esta pré-disposição para migrar?

Que estão previstos para Rio Grande entre o segundo semestre deste ano e 1991, a duplicação do terminal de contêineres, a construção do terminal de carvão, a construção de dois terminais petroquímicos (Petrobras e Copesul) na área de retroporto dentro do distrito industrial, além das duas indústrias de móveis que manifestaram interesse junto a CEDIC em instalar-se no Rio Grande. Quantas pessoas serão trazidas de fora pelas empreiteiras que construirão estes terminais? Creio que em um mínimo de 5.000 trabalhadores. Isto significa mais 20 mil novos moradores nos próximos 2 anos em Rio Grande, com estes 5.000 virão os 15.000 dependentes. Pergunto, de onde sairão recursos para a infraestrutura em habitações e escolas, por exemplo?

A cidade de Rio Grande é considerada, dentre as cidades de porte médio do Estado (Pelotas, Caxias do Sul, Canoas, Santa Maria, Rio Grande, Novo Hamburgo e Passo Fundo) a que apresenta o maior índice de sub-habitações em relação ao número total de habitantes. Segundo a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, em um levantamento feito em 1985 sobre o eixo industrial Pelotas-Rio Grande, esta última apresentava na ocasião um déficit habitacional de cerca de 5.000 moradias. De lá para cá, nada foi feito para solucionar este problema. Portanto, este déficit deve andar na casa dos 7 a 8 mil habitações. Caso todos estes projetos se concretizem nos próximos 2 a 3 anos, com o fluxo migratório daí advindo certamente este déficit saltará para casa dos 20 a 25 mil habitações. Dificilmente Rio Grande conseguirá recursos e investimentos desta ordem em um prazo tão curto. Caso não consiga, a proliferação de sub-habitações será incontrolável. E quanto a educação, saúde, transporte e saneamento básico? (DOMINGUES, 1989, p. 8).

Diante o exposto, observa-se que há uma explicação coerente para o aumento do índice de violência e de desigualdade social na cidade do Rio Grande, como também se nota que a indústria de celulose, porventura, poderia aumentar estes índices.

Outro ponto argumentativo-chave contrário à implementação da indústria de celulose, é a questão dos impostos que tal fábrica poderia gerar. Segundo o pré-projeto, a receita líquida total anual de 116,44 milhões de dólares, enquanto o ICM arrecadado por volta de 1998 seria de 4,35 milhões de dólares.

Entretanto, como se pode notar em diversas críticas apontadas pelo Vereador Ayrton Lopes da Silva, especialmente depois da visita que este realizou à fábrica Riocell, assim como no relatório de impacto socioeconômico proposto pela FURG, o Brasil naquela época já possuía

indústrias de celulose suficientes para abastecer o mercado interno brasileiro por algumas décadas, restando apenas o mercado externo para a exportação do produto. Não obstante, o cenário do mercado externo da época também não se mostrava dos mais favoráveis para esta tipologia de indústria, tal afirmação utilizada pelos contrários à indústria possui base de sustentação no relatório socioeconômico:

Segundo a gazeta mercantil de 3 de abril de 1989, a oferta mundial de papel celulose deverá ter um crescimento significativo até 1993. Hoje, a capacidade mundial de produção de celulose é de 31,7 milhões de toneladas por ano. Preveem-se 37 novos projetos de expansão no mundo, sobretudo em 1990 e 1991, que adicionarão 9 milhões de toneladas a essa capacidade. Mas não há indicativos de que a demanda crescerá em proporcional rapidez. Estima-se que com a entrada em funcionamento de novas plantas, essas cotações (800 dólares a toneladas) tendem a baixar em cerca de 25%. Refletindo-se um pouco sobre esses valores têm-se o seguinte: Quando a fábrica que se projeta para Rio Grande entrar em operação em 1993 o preço do produto final no mercado externo estará reduzido em 25%, devido a super oferta do produto conforme o exposto acima. Portanto, a projeção de faturamento da ordem de 16 milhões de dólares estará reduzida para 87 milhões de dólares. Por consequência, o ICM previsto de 4 milhões de dólares também será reduzido para 3 milhões de dólares. Levando-se em conta a parte do ICM que cabe a União e ao Estado, certamente Rio Grande ficará com algo em torno dos 500 mil dólares e 1 milhão de dólares, mas isso, somente a partir de 1996. (DOMINGUES, 1989, p.10).

Sendo assim é possível estabelecer uma visão geral da estrutura em que se baseava este argumento, que se constituiu em mais uma sustentação, dentre as inúmeras, que se posiciona contra a implementação da fábrica.

Para finalizar a questão dos argumentos socioeconômicos, faz-se necessário abordar a questão da balneabilidade na praia do balneário Cassino, assim como toda a questão do turismo na cidade que o balneário proporcionava. Como se verifica em diversas matérias jornalísticas, no pré-projeto de implantação da fábrica de celulose, assim como nos laudos da FURG e do Departamento de Meio Ambiente do Estado, o local pretendido para a instalação do empreendimento situava-se a cerca de 500 metros do início dos molhes oeste, junto ao ponto de delimitação da praia do Cassino. Uma vez instalada no local pretendido, a fábrica acabaria por poluir o ar e também a interferir na estética do balneário, impactando assim diretamente na atividade turística do bairro e também desvalorizando a estrutura imobiliária do lugar.

Segundo o laudo atinente à questão do Turismo, produzido pela comissão organizada pela FURG, cerca de 300 pessoas sobreviviam do comércio no balneário, sendo este número acrescido no verão para mais 500 pessoas, totalizando 800 indivíduos dependentes da atividade comercial no local. Sabendo-se também que o regime de ventos predominante é o Nordeste,

todos os resíduos aéreos da fábrica chegariam inevitavelmente ao balneário, de modo a prejudicar, irreversivelmente, o turismo e o comércio no Cassino.

Este comprometimento, principalmente da água e ar, do balneário como local saudável de lazer público, implicará na diminuição no turismo e, conseqüentemente, na quantidade de empregos gerados, bem como prejudicará qualquer plano futuro que vise o desenvolvimento deste setor na praia do Cassino (CARVALHO,1989, p. 8).

É justificada através deste documento a argumentação da inviabilidade do balneário Cassino para o turismo, assim como todas as conseqüências ao comércio e ao futuro do local.

Ao fim deste subcapítulo são destacadas quatro argumentações básicas que em síntese, podem ser entendidas como a questão intermediária entre a socioambiental e a socioeconômica que consistem no risco do fim da pesca e um aumento no desemprego em Rio Grande; aumento nas desigualdades sociais e na violência que este tipo de investimento costuma provocar em cidades sem estrutura; na questão da não arrecadação de impostos e, finalmente, no fim do turismo e da balneabilidade do balneário Cassino.

5.2.2.3 O fator político

Este subcapítulo se mostra sucinto, uma vez que consiste basicamente em dois fatos específicos. O primeiro se revela na pressão política que a comunidade contrária à instalação da fábrica passou a exercer sobre o então prefeito Paulo Vidal (PT). O mandatário local, como afirma Luiz Rampazzo em uma matéria publicada no *Jornal Agora*, elegeu-se prefeito da cidade levantando a bandeira do movimento ecológico. Destarte, havia uma certa coação popular para que este honrasse com suas promessas de campanha.

A segunda questão política consiste no fato de que o Brasil há pouco havia saído de uma terrível ditadura, na qual por décadas projetos eram impostos pelos governantes sem a efetiva participação da população. Como já se salientou, este projeto de instalação foi idealizado por Pedro Simon, do Partido Movimento Democrático Brasileiro, uma das agremiações que organizou o processo de redemocratização do país. Sendo assim, seria incoerente que um homem que lutou pelo fim da ditadura, estabelecesse um projeto nos moldes ditatoriais, isto é, verticalizado e sem o consentimento popular, principalmente em uma cidade que se posicionava contrária ao empreendimento.

Logo, para finalizar esta seção, constata-se que os envolvidos nessa história acreditavam na existência de uma política internacional estruturada em trazer este tipo de investimentos para os países subdesenvolvidos, uma vez que as nações de primeiro mundo estavam a rejeitar este

tipo de fábrica em seus territórios. Este posicionamento político de recusa à instalação da indústria de celulose pode ser apontado em uma nota emitida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), publicada no *Jornal Agora* no dia 05/05/1989, documento que critica a forma como as nações imperialistas se utiliza dos países da América Latina como quintal para suas fábricas poluidoras.

Ao fim deste tópico se pode notar uma ideia mais clara a respeito das principais argumentações básicas utilizadas pelo movimento contrário à instalação da planta industrial de celulose em Rio Grande, assim como tornou possível identificar sua base de fundamentação. Cabe ressaltar que grande parte da argumentação aqui explicitada foi exposta à comunidade rio-grandina antes mesmo da elaboração do relatório dos cientistas da FURG. O documento em questão veio justamente em razão de proporcionar uma análise técnico-científica para ajudar a entender de forma mais ampla o problema que estava por aportar no município.

5.3 O A atuação nas ruas

Nessa sessão final serão analisados os principais métodos de atuação dos ativistas anti-celulose. Para isso, foi necessário discorrer sobre as mais importantes táticas e ações realizadas pelos sujeitos, os locais onde eram aplicadas e as ferramentas utilizadas pelos grupos e indivíduos. É realizado também um debate que visou compreender quais aspectos do contexto histórico e do ambiente, onde ocorreu o fenômeno, foram fundamentais para o sucesso do movimento “Celulose Não”, e para além disso, como os ativistas usaram destas determinações históricas e naturais, para convencer a sociedade rio-grandina.

É neste subcapítulo que são investigadas as contribuições que esta dissertação traz à Educação Ambiental como campo científico, apontando as potencialidades que um movimento de resistência socioambiental possui em sua definição objetiva e subjetiva. Ademais, é realizado um debate que pretende elucidar as causas do sucesso destas atividades e mais importante, busca-se compreender e analisar como estavam estruturados os fundamentos de educação ambiental contidos nestas atividades realizadas pelos sujeitos e grupos desta pesquisa.

5.3.1 A rede de contatos

Para que se possa entender o sucesso das estratégias dos ativistas e como ocorreram estas ações durante os meses do fenômeno, faz-se necessário discutir sobre a rede de contatos existente entre os ambientalistas do Rio Grande do Sul e da importância da ocupação dos

espaços institucionais. Foram estes dois elementos que propiciaram que os agentes do movimento antecipassem suas ações e planejassem as estratégias.

Durante a entrevista realizada com Luiz Rampazzo, este deixa claro já no início da conversa que um dos aspectos fundamentais para que se possa entender o sucesso do “Celulose Não” reside no âmbito dos processos de comunicação em específico a rede de contatos que existia entre as organizações ecologistas. O entrevistado enfatiza diversas vezes que se não fosse esta teia comunicativa, possivelmente o movimento não teria obtido o sucesso desejado, pois, a troca de experiência e informações entre os envolvidos foi algo primordial.

Rampazzo inicia afirmando que a comunicação naquela época não era fácil como atualmente, “*onde com um clique tu tá falando imediatamente com um amigo do outro lado do mundo*” (RAMPAZZO, 17/07/2017). O ator salienta que naquele período era necessária muita organização e comunicação com outros agentes para que grupos contra hegemônicos obtivessem sucesso em realizar suas atividades.

Desta maneira, Rampazzo deixa claro que o CEA dispunha de uma larga teia de relações com círculos ambientalistas de todo o estado. Esta rede era composta por outras entidades e indivíduos que tinham como objetivo principal, zelar pelo bem-estar dos ecossistemas do Rio Grande do Sul e por consequência estavam contra o *status quo* do desenvolvimentismo.

Não é objetivo de esta pesquisa explorar afundo esta rede de contatos, mas se sabe que da participação de membros da AGAPAN, ambientalistas de Pelotas, Bagé, Porto Alegre e da Região do Vale do Rio dos Sinos. A estrutura era extensa e sua principal forma de comunicação era via relatórios e cartas enviadas por correio, assim como por encontros presenciais.

Estruturar uma rede parece uma atividade simples nos dias atuais em que com um clique se cria um grupo no WhatsApp, mas na época era algo muito complicado e complexo, fato de demonstra o nível de organização dos ativistas do CEA. A importância maior desta teia se dá, pois, como afirma Rampazzo, “*nós já sabíamos que a fábrica seria anunciada, antes mesmo de sair qualquer coisa na mídia*” (RAMPAZZO, 17/07/2017)”

O entrevistado aponta que esta rede de contatos do movimento ambientalista possuía braços por todos os setores do Rio Grande do Sul, e como pode ser notado, dispunha de informantes dentro dos quadros do estado gaúcho. De fato, Rampazzo afirma que possuíam membros desta rede dentro do legislativo estadual, que já havia informado aos ambientalistas do CEA, meses antes, que o governador anunciaria a fábrica. Nas palavras de Rampazzo (17/07/2017), “*nós já estávamos preparados*”.

Independentemente de qualquer especulação sobre a fala de Rampazzo, aponta-se para dois elementos iniciais de análise neste capítulo: A antecipação e a importância de ocupar

espaços políticos e institucionais. Estes elementos parecem ter sido essenciais para o sucesso do movimento e, por isso, devem ser debatidos em primeiro momento.

Os relatórios e as cartas trocados entre os grupos desta “teia ambiental” eram responsáveis por atualizar os grupos a respeito de conflitos ambientais, serviam para troca de material especializado e para alertar sobre possíveis ataques ao meio ambiente. Este câmbio de experiência entre os ecologistas os ajudava a estarem a par das mais recentes notícias sobre o mundo ambiental e os auxiliava na troca de ideias.

Buscando aprofundar um pouco mais sobre esta rede de contatos, para além de todo suporte que ela fornecia, parece que esta era uma espécie de rede de solidariedade entre os ativistas. Antes de qualquer coisa, a rede servia como uma forma de oferecer ajuda mútua entre os ambientalistas de todo o estado. O aspecto solidário é debatido por Leff (2009) quando aborda as consequências políticas e filosóficas que a degradação ao meio ambiente proporcionava aos grupos que se propõe a enfrentar esta problemática ou que são atingidos por ela.

“[...] assim como os sistemas tradicionais de relação com a natureza e os indivíduos comunitários, a problemática ambiental trouxe novamente à cena política valores do humanismo: a dignidade humana, os sentidos de existência a solidariedade social, o cuidado da natureza e o encantamento pela vida”.
(LEFF 2009, p. 288)

Seria esta solidariedade observada na rede de contatos ambientalista, um resgate dos valores humanísticos, como propõe Leff? Acredita-se que sim, não de forma consciente, mas como fruto de um fenômeno subjetivo e orgânico que emerge sem que seja pensado previamente ou com objetivos pragmáticos.

Independente destas questões levantadas anteriormente a citação de Leff (2009) aponta o aspecto político que envolve a problemática ambiental, o que leva para o segundo ponto inicial, a questão da ocupação de espaços. Como aponta Rampazzo, a informação de que a fábrica seria instalada, surgiu através de um “ator fantasma” (LITTLE, 2006) que ocupava um espaço político institucional. Pode-se ver que tal ato foi fundamental para que os ativistas pudessem estar antecipados.

As entrevistas com Rampazzo (2017) e Barbieri (2020) deixam claro que ambos entendiam este movimento como um ato político. Para além disso, as organizações ambientalistas do final dos anos 1980 eram compostas por grupos que entendiam a importância da participação política no que tange a defesa dos ecossistemas. Desta maneira, parece que

desassociar ambientalismo e, sobretudo, a Educação Ambiental de suas questões políticas é algo contra produtivo para o campo.

Para além deste debate sobre política de uma forma mais abstrata, ocupar espaços de decisão e gestão política parece ser fundamental para que os grupos possam pautar suas atividades e estarem bem informados sobre os perigos que podem ocorrer no futuro. Foi justamente o que ocorreu durante o fenômeno estudado.

Desta maneira, esta rede de interligação entre os ativistas ambientais aponta que a troca de experiências, o constante contato entre os pares e a ocupação de espaços estratégicos foram elementos importantes e se mostram fundamentais para conceber atos de resistência contra empreendimentos extrativistas. Sendo assim, parece que a estratégia de antecipação realizada pelos ambientalistas só pôde ser realizada mediante a ação de construir uma rede solidária de troca de informações e de compreender a importância de possuir membros nos quadros técnicos e políticos do estado.

5.3.2 Uma batalha estética e semiótica

“Tchê, eles tiravam os pés pelas mãos, de um dia pra noite a cidade estava toda tapada de adesivos contra a fábrica e eles nem sabiam direito do que se tratava a questão”. (HADRICH, 2019)

Werner Hadrich pronuncia a frase acima com o intuito de afirmar que os ecologistas e o “pessoal da FURG” (HADRICH, 2019) não sabiam do que se tratava o projeto e estavam se posicionando contra ele por pura rebeldia. Uma vez que este agente não tinha conhecimento da rede de contatos dos ambientalistas e que estes ativistas já esperavam pelo empreendimento, parece mesmo, aos olhos deste senhor, que os ativistas estavam “pondo os pés pelas mãos”, visto que, um dia após o anúncio oficial, já havia atividades contra a fábrica.

Em questão de dias após anúncio oficial da instalação da fábrica, podia-se notar carros e portas de casas adesivadas com os dizeres “Celulose Não”. A ação surtiu efeito muito rápido e parecia a todos que a cidade estava extremamente engajada contra a fábrica, sendo que na realidade, o movimento estava ainda no início e levaria mais alguns meses até que os ativistas conquistassem a opinião popular.

Segundo Barbieri (2019), estes adesivos foram idealizados por um colega apelidado de Juca, este costumava fazer camisetas personalizadas para vender. Foi este sujeito o idealizador artístico dos decalques. Entretanto, o elemento mais interessante apontado por Barbieri, é que

estes adesivos foram pensados também como uma forma de arrecadar dinheiro para o movimento, uma vez que segundo o entrevistado os adesivos eram vendidos.

Barbieri (2019) informa que os decalques eram produzidos e vendidos inicialmente para membros do movimento, em especial os professores. Esta afirmação leva a duas especulações: A primeira é que foram comprados muitos adesivos por parte dos docentes, uma vez que em poucos dias a cidade estava “tapada” destes, nas palavras dele. A segunda é que o corpo acadêmico já havia sido informado antecipadamente pelos ecologistas que uma fábrica seria anunciada, pois, caso contrário, como já estariam tão preparados?

Pode ser também que os entrevistados estejam errados, em especial Hadrich e que esta ação não tenha ocorrido tão imediatamente, lembrando que é algo comum este tipo de confusão, visto que já fazem 30 anos do ocorrido. Entretanto, visto todos os dados e aspectos levantados, parece sim que esta ação já estava planejada e que foi premeditada com algum tempo de antecedência. Pois, esta serviria tanto para financiar as demais ações do grupo, quanto para travar uma batalha estética pelas ruas da cidade, elemento que parece ter surtido efeito.

Estando a par de tudo posto até o momento, é interessante iniciar linha do tempo entre as ações e estratégias. Inicialmente, há uma rede de contatos prévia entre os ambientalistas. Tal conexão fornece as informações em primeira mão sobre a fábrica, fato que propicia aos ativistas pensar ações de forma antecipada. Os membros do movimento idealizam os adesivos e assim que a empresa é anunciada oficialmente na mídia, iniciam-se as ações de confronto estético pelo imaginário de Rio Grande.

5.3.3 Universidade e sociedade: Um caminho de ensino pesquisa e extensão

Como pôde ser observada, a rede de comunicação entre os ambientalistas foi fundamental para que os ativistas do “Celulose Não” se articulassem com antecedência, o que proporcionou a possibilidade de produção de material estético de maneira antecipada. Entretanto, apesar do êxito desta primeira etapa, a maior parte do sucesso das ações do movimento, deve-se aos relatórios produzidos pelo corpo acadêmico da FURG, em especial pelo departamento de Oceanologia.

Este documento foi responsável por proporcionar a base científica que estruturou as argumentações dos ativistas, como também foi responsável por convencer boa parte das autoridades governamentais a recusar o empreendimento. Entretanto, foram os dados contidos

nestes pareceres que possibilitaram a produção dos panfletos didáticos contra a celulose, que é entendido aqui como uma das principais armas do movimento.

Ao investigar estes trabalhos acadêmicos com mais calma e profundidade, percebe-se primeiramente o envolvimento com o qual os oceanógrafos na universidade mantiveram com as atividades. Dos quatorze estudos, oito eram do campo da Oceanologia. Parece óbvio o envolvimento do “pessoal do oceano”, uma vez que a fábrica seria instalada no Estuário da Laguna. Atribui-se aqui este envolvimento, principalmente, às figuras de Tagliani e Barbieri. Se não fosse por estes dois atores, possivelmente o departamento não teria se envolvido com tanta força.

Deixando a questão dos produtores do documento de lado por hora e focando em aspectos mais complexos desta fonte, é imprescindível apontar o caráter de ensino, pesquisa e extensão que pode ser percebido em torno destes trabalhos. A edificação deste documento propiciou diversas outras atividades tanto de formação dos ativistas (ensino) quanto de propagação dos conceitos e elementos contidos nos relatórios (extensão).

O primeiro aspecto sé o mais facilmente notado, o que não o torna menos complicado. Para realização da pesquisa para edificar os artigos, foi necessário fazer uso da rede de contato dos ambientalistas, que além fornecer os dados técnicos sobre a fábrica, propiciou a vinda de pessoas especializadas no assunto para auxiliar tanto na pesquisa quanto na formação dos ativistas.

Vale lembrar que se trata do final dos anos 1980 e não existia a facilidade de encontrar estudos relacionados a qualquer contexto como atualmente. Desta maneira, destaca-se a perspicácia destes atores em realizar tal pesquisa em tão pouco tempo. Entretanto, a rapidez e o êxito destas investigações também só foi possível por causa da relação externa que estes pesquisadores possuíam com os movimentos sociais e com os outros atores de fora da FURG.

Apesar de se tratar de um excelente corpo de pesquisadores, nenhum deles era especialista em celulose ou nos impactos que os elementos químicos dos resíduos da fábrica poderiam causar. Além disso, estes atores não possuíam os dados técnicos a respeito do empreendimento em um primeiro momento. Foi necessária a colaboração com as ONGs, em especial o CEA, para que os acadêmicos estivessem em posse dos elementos técnicos necessários para que se pudesse realizar a pesquisa.

Buscando fazer um link entre a pesquisa, ensino e extensão, Rampazzo e Barbieri mencionam a importância que o renomado ambientalista Sebastião Salgado recebeu na questão de ajudar na edificação das argumentações contra a fábrica, bem como possivelmente trazendo

dados que colaborassem com a construção dos relatórios. Salgado foi uma figura chave na luta contra a fábrica de celulose Borregard em Guaíba e parece ser sido em Rio Grande também.

Salgado, que era membro da Agapan, realizou palestras na cidade, com o intuito, tanto de realizar a formação dos membros do “Celulose Não”, quanto de sanar as dúvidas da população interessada no assunto. Assim, identifica-se outra ação estratégica do movimento. A atividade consistia em realizar palestras a respeito dos impactos da fábrica, com o duplo intuito de informar a sociedade e realizar a formação dos ativistas. Certamente a utilização do poder simbólico da figura de Salgado fez muita diferença também.

Estas palestras, não só as de Salgado, foram importantes no que tange ao convencimento de muitos setores estratégicos para o movimento, em especial o dos pescadores. Como pode ser visto no capítulo anterior, a questão da pesca foi fundamental para o convencimento da população, mas em especial, para trazer trabalhadores da pesca para o lado do “Celulose Não”. Tais palestras eram ministradas pelos ativistas e tinham como principal objetivo elucidar estes sujeitos a respeito dos riscos que sofriam. O sucesso desta atividade foi tanto que os próprios pescadores passaram a se mobilizar de forma autônoma como apontam as reportagens:

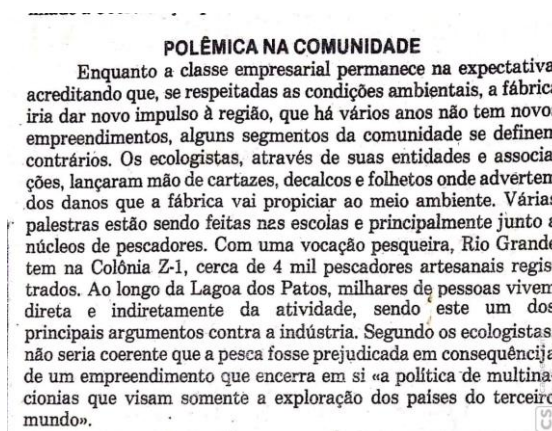


Imagem 16: Palestras ativistas

Fonte: Jornal Agora 11 /06/89



Imagem 16: Mobilização na Z1

Fonte: Jornal Agora 23 /08/1989

Outra atividade que seguiu a mesma linha das palestras e que faz muito bem a ligação entre ensino, pesquisa e extensão foi justamente as entrevistas/debates realizados nos veículos midiáticos. Destes instrumentos de informação, certamente as rádios foram as mais importantes do quesito de atingir o maior público possível com informações suficientemente estruturadas.

A televisão possuía uma grande propagação, mas pouco tempo de conteúdo. Os jornais impressos tinham os argumentos bem expostos, mas não eram todas as pessoas que tinham acesso a esse tipo de mídia. Se em 2019 o Brasil ainda é um país com índice baixo de leitores assíduos, no final da década de 1980 este número era certamente menor. Desta maneira, as rádios se tornaram o principal meio, pois possuíam um bom alcance na sociedade e os entrevistados tinham muito tempo para expor os próprios argumentos.

Um questionamento veio à tona quando se analisava as ações nas rádios. Apesar de haver algumas mídias mais progressistas, como o próprio *Jornal Agora*, quem conhece os meios de comunicações de Rio Grande, principalmente os mais tradicionais, sabe muito bem do posicionamento político mais conservador destes veículos. A maior parte é composta por empresários da cidade e isso não era diferente nos anos 1980. Desta maneira, o que levou a estas redes a darem tanto espaço ao “Celulose Não”?

Pois bem, novamente, acredita-se que o espírito de abertura democrática que contagiava o país pode ter influenciado para que os proprietários destas mídias tenham oferecido o espaço necessário. Entretanto, certamente o poder simbólico tenha falado mais alto novamente. Apesar

de Rampazzo ser o visto como um porta voz oficial do movimento, durante as entrevistas nas rádios, o principal entrevistado era o renomado professor da medicina da FURG, Cezar Augusto Chiaffitelli. O médico em questão, além de ser um dos responsáveis por realizar um dos pareceres do relatório, foi uma das figuras mais importantes para o movimento.

Chiaffitelli auxiliou na produção e patrocínio de material para as campanhas do “Celulose Não”. Apesar disso, sua importância principal é justamente nas rádios, pois, era um sujeito de renome na cidade. Sendo um dos médicos mais conhecido da região, todas as portas estavam abertas para que suas palavras fossem escutadas. Para, além disso, o poder simbólico de ser um médico renomado falando no rádio foi um fator tão importante quanto o próprio conteúdo que este expressava.

Buscando uma breve síntese, parece que ocupar espaços em todas as mídias se mostrou uma ação extremamente efetiva. Para além disso, utilizar narradores que expressem um determinado símbolo de autoridade foi uma estratégia fundamental. Boa parte das ações do “Celulose Não” parecem ter surgido de forma orgânica, entretanto, o fato de ser Chiaffitelli nas rádios ao invés de Rampazzo, aponta para o pragmatismo cirúrgico com o qual estas ações foram desenvolvidas.

A última ação apontada aqui, no que tange às ações de ensino pesquisa e extensão, é a da panfletagem realizada pelos ativistas. Entende-se essa atividade como uma das mais importantes, senão a principal, pois, foi o momento onde, de fato, os ativistas estavam cara a cara com as pessoas que não buscavam informações sobre as questões relacionadas a fábrica.

Esta pesquisa possui um referencial teórico que cria uma base interpretativa de tudo aqui exposto. No entanto, propõe-se brevemente, uma reflexão puramente empírica neste momento, para que os leitores possam um espectro do da importância desta ação. Atualmente, vive-se na era da internet, e para quem frequenta redes sociais, é nítido que os debates que existem nessas redes são mais uma exposição de ideias do que um uma troca de argumentos. Dificilmente se convence alguém de argumentos contrários quando se está *on-line* ou longe do receptor da mensagem.

É quando se está frente a frente que os processos de convencimento ou de construção de conhecimento ocorrem com maior facilidade. Sendo assim, apesar de crer que todas as outras ações tenham sido efetivas, aponta-se que foi a panfletagem a principal ferramenta de persuasão operada pelos militantes anti-celulose em Rio Grande.

Buscando abordar o conteúdo do panfleto, esta continha os principais dados levantados pelos cientistas de forma didática e resumida. Para, além disso, todos os *flyers* tinham o carimbo do grêmio do CTI e da Aprofurg, o que acarretava a este documento um caráter de poder

simbólico. Não se tratava apenas de uma simples folha A4 com palavras ao vento, era o resultado final de uma pesquisa acadêmica.

Visto todo o exposto até este ponto, pode-se perceber a realização de três ações fundamentais: As palestras, as entrevistas/ debates na mídia e a panfletagem didática dos dados levantados. Estas atividades estavam conectadas pelos conceitos de pesquisa, ensino e extensão não podendo desta maneira ser entendidas de forma diversa. Parece que ambas foram pensadas a utilizar o poder simbólico de figuras chaves ou mesmo símbolos da universidade para aumentar o caráter de convencimento das ações.

5.3.4 O elemento do lugar.

Por fim, é abordado como os ambientalistas e pesquisadores utilizaram os agentes naturais, elementos do lugar e aspectos pertinentes a daquele tempo histórico para edificar as suas ações ou mesmo potencializá-las. A título de esclarecimento, quando se aborda o conceito de lugar, faz-se o uso do termo proposto pela geografia, onde este é mais do que um espaço geográfico, é uma junção de aspectos espaciais culturais e da época vivida.

[...] o lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes, assim compreendidos justamente por não terem com a ambiência uma relação de estrangeiro. E reversivamente, cada momento da história de vida do homem está contada e datada na trajetória ocorrida de cada coisa e objeto, homem e objetos se identificando reciprocamente. (MOREIRA, 2006)

Visto isso, o primeiro e principal aspecto que ser apontado é o da poluição do ar de Rio Grande. Todos os seis entrevistados destacam que o município possuía um alto nível de contaminação aérea, sendo boa parte desta em decorrência das indústrias de fertilizantes do distrito industrial e da refinaria de petróleo Ipiranga. Como pôde ser visto no capítulo anterior, a questão dos poluentes do ar era uma das principais argumentações utilizadas pelos ambientalistas.

De fato, isso era tão poderoso que um dos estudos mais impactantes foi justamente o de analisar as consequências que os elementos químicos soltos expelidos pelas chaminés de uma fábrica de celulose poderiam causar na população. Esta investigação foi realizada por Chiaffitelli e segundo as informações levantadas com os entrevistados, tal parecer foi pensado justamente, pois, a cidade já possuía muitos problemas decorrentes da qualidade do ar. Desta maneira, os ativistas tinham plena noção da importância de se realizar tal estudo.

O pragmatismo desta questão é tanto que um dos principais assuntos abordados por Chiaffitelli nas rádios era sempre referente aos problemas de saúde que os elementos químicos liberados na atmosfera poderiam causar. Pode-se afirmar assim, que foi uma estratégia do movimento notar este aspecto do lugar e produzir material visando abordar tal aspecto.

Dois aspectos são interessantes de ser analisado, ambos de caráter teórico, pois, ficam evidente como o conceito de agente natural se aplica perfeitamente a esta investigação quando entendermos o vento como um fator determinante para a história. O sistema atmosférico da região faz com que o regime de ventos varie sazonalmente. Durante a maior parte do ano os ventos predominantes são em sentido Nordeste. Entretanto, no decorrer do período de estiagem, tendem ao sentido Sul.

O segundo elemento é no que tange o mapeamento das forças físicas e estruturais da região, proposta na sessão metodológica por Little (2006). Ao observar um mapa da cidade, percebe-se que as indústrias de fertilizante ficam todas na área portuária de Rio Grande, mais especificamente no local chamado de Super Porto, ao lado da estrada do distrito industrial. A localização deste centro industrial faz com que este regime de ventos mencionado, faça com que toda a poluição da fábrica vá diretamente para os bairros da cidade.

Os anos 1970 ficaram conhecidos como a era do “do milagre econômico brasileiro”, uma vez as estratégias de crescimento visavam práticas desenvolvimentista que pretendiam alavancar o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Neste contexto, para que se tornasse possível o desenvolvimento econômico e uma maior participação brasileira no mercado externo, tornava-se indispensável um forte investimento em infraestrutura; e é nesse momento que chegamos ao Super Porto.

De acordo com as intenções progressistas, os portos passariam a ser reconhecidos como um dos elementos centrais para a busca do desenvolvimento. Nesse contexto, vários modelos de desenvolvimentismo propostos, nos quais os portos foram considerados como importantes portas de entradas para os mercados externos e focalizados como fator estratégico para o crescimento nacional. Dessa forma se intentava a extensão e a melhoria de redes ligando áreas portuárias a pontos interiores e dava-se ênfase a infraestrutura física dos portos. De acordo com essa perspectiva, o porto passava a ser visto como uma abertura para constituição de negócios, criando um amplo campo de oportunidade industriais e negócios comerciais. (NEVES, 2008, p. 602).

Nesse sentido, foi efetivamente no início dos anos 1970 que se deu o primeiro plano do Super Porto de Rio Grande. Neste plano, idealizado por uma empresa francesa chamada *Société Générale*, entre as indicações de uso da chamada retro área para o modelo de complexo industrial, figurava a indústria naval, indústria de papel/celulose e petroquímica. Tal modelo de

área marítima de desenvolvimento industrial segue os exemplos dos modelos europeu, japonês e norte-americano e estava baseado no conceito de complexo portuário-industrial como pode ser comprovado:

Além disso o plano diretor do porto rio-grandino, contratado com um consórcio franco-brasileiro passará a ser orientado de forma a concorrer para as metas traçadas pelo aludido programa, enquanto na área estadual era estruturado o distrito industrial, dando configuração ao denominado “complexo portuário-industrial” do Rio Grande. (MATTE,1973,p. 55).

Assim, a construção do superporto estava identificada com a noção de não ser apenas um porto grande, mas, acima de tudo, um porto rápido, com elevada produtividade circulatória. Desse modo, desde a sua projeção, trazia embutida essa filosofia de ser um grande “nó” em uma rede multimodal de transporte, capaz de receber e despachar grandes volumes de carga diversificada através de seus terminais especializados num curtíssimo espaço de tempo, reduzindo a permanência dos navios no porto, a exemplo de outros estabelecimentos portuários existentes na Europa, Japão e América do Norte. (DOMINGUUES, 1995, p.312).

Os relatórios sobre a viabilidade de instalação da fábrica, juntamente com dados levantados através de Marcelo Domingues, apontam que o local exato da instalação da fábrica, segundo o plano diretor do porto, seria próximo ao início dos molhes da Barra¹⁴, na entrada do estuário. Este elemento faria com que todos os poluentes do ar da fábrica fossem diretamente para o Cassino, tendo em vista o regime de ventos norte e nordeste.

Estes elementos são importantes, pois apontam para uma das principais estratégias do movimento, realizar a panfletagem no balneário Cassino e principalmente na praia do bairro. Esta premeditação foi fundamental para convencer a população, pois dada as dimensões da fábrica, todos os banhistas poderiam ter uma ideia do impacto estético da fábrica e, para além disso, sentindo o vento norte que batia diariamente, entendiam que a poluição da fábrica acabaria com aquela área de lazer e destruiria o potencial imobiliário do bairro.

É necessário entender o que significa o balneário Cassino para os rio-grandinos e mesmo para turistas. Este local é o principal centro de veraneio da metade sul do estado, e é onde as pessoas mais ricas da cidade possuem suas casas de verão. O bairro em questão não é habitado somente pela elite da cidade, mas também é o local onde vive a boa parte da classe média cidadina. Para além disso, é o principal local de lazer da população cidadina.

A poluição da fábrica acabaria com qualquer potencial comercial, imobiliário ou turístico do Cassino, sem contar que acabaria com o veraneio neste local. Os ativistas souberam

14 Ver local no mapa 1

lidar com as questões estruturais e de época, e centraram as atividades de panfletagem no Cassino e abordando os aspectos negativos que o bairro sofreria com a instalação da fábrica.

Por fim, tendo em mente toda argumentação do capítulo anterior em relação a pesca, é provável que as palestras nas colônias de pescadores tenham sido realizadas focando nestes atores, pois os cientistas tinham noção do Potencial Ecológico da Laguna dos Patos e por ter a clareza sobre a relação histórica de Rio Grande com o setor pesqueiro, sem contar, é claro, na noção de que estas pessoas sobreviviam da pesca artesanal.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a realização de todos os objetivos pretendidos para esta dissertação, discute-se os principais elementos levantados a fim de responder a problemática central que guiou esta pesquisa. Busca-se também debater a respeito da fundamentação que estruturou as ações e estratégias realizadas pelos ativistas e, por fim, realiza-se uma síntese das principais contribuições do movimento “Celulose Não” para o campo científico da EA e de seus fundamentos.

Inicia-se pelo contexto histórico que ocorria no mundo e no Brasil como um todo. Ao que pôde ser analisado, parece inevitável afirmar que o que os elementos da época da época se constituem como fatores determinantes para o sucesso do movimento. Identifica-se aqui a redemocratização; o *boom* dos movimentos ambientalistas; o temor dos aspectos ambientais; e a seca no Rio Grande do Sul como principais elementos.

Entende-se, no que tange à redemocratização, que este fator propiciou um terreno onde a liberdade de escolha e um sentimento de ser atuante nos processos de tomada de decisão em território nacional. Contudo, como se sabe, estas manifestações são muito mais vivenciadas de forma objetiva nos grandes centros urbanos do que nas cidades pequenas e longe do centro do país. Desta forma, especula-se que “Celulose Não” foi uma maneira dos rio-grandinos estarem realizando este desejo de atuação objetiva.

A greve ocorrida na FURG nesta na época parece seguir a mesma lógica. Foi uma das maiores paralisações já ocorridas na universidade e pode ser entendida como fruto, tanto do processo da abertura democrática, quanto do desejo do corpo acadêmico da FURG em participar de processos de transformação e exercer a liberdade que por tanto tempo foi tolhida.

Como já abordado durante o trabalho, a redemocratização, assim como o fim Da União Soviética, propiciou o surgimento de uma diversidade muito significativa de novos movimentos reivindicatórios, entre eles o ambientalista. De fato, esta foi uma época grandiosa para o debate o ambiental que começava a surgir com grande força em território nacional e no mundo. A veracidade desta argumentação é tanta que, durante a constituinte, ambientalistas do Brasil inteiro foram escutados e auxiliaram na construção de uma das legislações ambientais mais progressistas do mundo, contidas na Constituição de 1988.

Para além disso, no início dos anos 1990, ocorre a Rio 92, que reuniu ambientalistas do mundo inteiro. Esta conferência é um marco na luta contra a degradação do meio ambiente e, junto com a cúpula dos povos, mostravam a força com que as pautas ambientais estavam crescendo no Brasil.

Outro elemento referente às questões mais deterministas é a em relação ao clima de insegurança causado pela instabilidade econômica e do sentimento de medo generalizado decorrente dos desastres ambientais como Chernobyl e do césio em Goiânia. Este ambiente de quase terror possui todos os elementos necessários para o despertar de manifestações sociais.

Aliados a isso, a grande seca que abalou os Rio Grande do Sul durante o ano de 1988 contribuiu para aprofundar tais sentimentos em terras gaúchas. Este elemento fez com que o povo riograndense estivesse com seu imaginário voltado para escassez de água. Uma vez que a fábrica de celulose era potencialmente poluidora dos recursos hídricos. Isso certamente influenciou nos rumos do fenômeno.

Ainda no que tange ao imaginário e às questões deterministas, os aspectos da poluição industrial de Rio Grande, aliado aos agentes naturais, em especial o vento, provavelmente, foram os aspectos determinantes mais relevantes para que o movimento “Celulose Não” obtivesse sucesso. Possivelmente se a população da cidade não estivesse traumatizada com as fábricas de fertilizantes, a história poderia ter sido diferente.

Pois bem, estes aspectos foram sim determinantes. Não obstante, sem a perspicácia dos ativistas em lidar com estes elementos e pautar suas ações visando o melhor aproveitamento destas questões, certamente, o movimento não teria obtido sucesso. Esta exploração feita nos elementos contextuais e históricos é mais importante e decisiva para os desfechos “Celulose Não” do que qualquer outro ponto determinista.

Desta maneira, a **primeira estratégia geral** que se aponta aqui, possuindo um fundamento importante para Educação Ambiental, é: Conhecer o lugar onde se vive, reconhecendo o potencial ecológico (LEFF, 2009) e socioeconômicos de sua região. A Educação Ambiental é um campo que deve ser capaz de formar sujeitos que saibam reconhecer seus contextos de forma complexa, desde análises políticas e de conjuntura, mas também sobre o funcionamento dos ecossistemas em que habitam.

A **segunda estratégia geral**: Seguindo as pistas que o lugar produziu é aparentemente impossível conhecer um local sem que ocorram pesquisas e investigações sobre este território. Neste caso, referem-se a investigações acadêmicas, iguais às operadas pelo corpo acadêmico da universidade e que foram fundamentais para estruturar as demais ações. Analisando a maneira como os pareceres foram conduzidos e edificados, nota-se que sua sagacidade se encontra no âmbito do diálogo entre os campos científicos com comunidade. Este relatório foi edificado como uma verdadeira pesquisa interdisciplinar, com diálogo entre os pares.

Buscando refinar de forma mais objetiva as estratégias e contribuições do movimento, aborda-se como **terceira estratégia geral**: As redes de contatos que o CEA mantinha com os

outros movimentos ambientalistas. Esta teia comunicativa foi primordial para o planejamento antecipado das ações e táticas de resistência do “Celulose Não”, servindo, tanto como uma estrutura de troca de dados e informações privilegiadas, como uma rede de suporte solidário com outros grupos. É justamente no aspecto de solidariedade em que reside a maior virtude e contribuição que esta rede pode oferecer para a Educação Ambiental.

Ainda tratando deste emaranhado comunicativo é interessante destacar que reside aí uma potencial proposta de pesquisa para interessados no movimento ambientalista. Não há qualquer tipo de investigação sobre esta estrutura e provavelmente esta foi útil e determinante para o sucesso de outros casos de conflitos ambientais no Rio Grande do Sul. Ainda tocante ao trabalho aqui presente, tal rede ainda evidencia outra contribuição para a Educação Ambiental.

A **quarto estratégia geral**: a importância da participação política e de se ocupar espaços de gestão e representatividade. Como pode ser observado, as informações privilegiadas que o CEA obteve foram oriundas de quadros de indivíduos que atuavam dentro do aparelho estatal. Entretanto, este aspecto político objetivo é mais evidente quando se analisa o capítulo sobre as argumentações, onde se nota que a pressão política sobre o prefeito, que era um representante dos ambientalistas na cidade, foi um aspecto primordial. Se não houvesse um representante tão importante do movimento ambiental na chefia do executivo da cidade, talvez os rumos tivessem sido diferentes.

Desta forma, parece que um fundamento interessante para o campo que estas questões trazem é justamente de entender que a Educação Ambiental deve ter um caráter intrinsecamente político, no sentido mais filosófico, mas também objetivo. Ocupar os diversos espaços oferecidos é necessário, pois se não forem ocupados pelos educadores ambientais, por outros indivíduos serão.

Partido agora para as ações pragmáticas promovidas pelos ativistas do “Celulose Não”, tem-se no uso dos signos da universidade, como os carimbos da Aprofurg contidos nos *flyers* e adesivos; e na seleção de sujeitos tidos como referências e autoridades acadêmicas para realizar debates e palestras a **quinta estratégia geral** para campo da EA: Falta para Educação Ambiental um debate estético¹⁵ que auxilie a criação de sujeitos dentro campo, que expressem uma estética de autoridade acadêmica poderosa o suficiente para se tornar um símbolo de autoridade.

¹⁵ Como debate estético, quer-se dizer uma discussão sobre como a EA é vista fora e dentro do campo acadêmico. A imagem que nossa área passa é de um campo sem um norte ou mesmo de falta de rigor acadêmico. Se faz necessário uma mudança deste padrão e a estética é fundamental para esse processo.

O poder simbólico que figuras como Sebastião Salgado e Cezar Chieffetelli expressavam foi tão importante quanto o conteúdo emitido por eles. Independentemente de ter ou não os melhores argumentos, muitas ideias são aceitas ou mesmo só são escutadas, quando emitidas pelos interlocutores certos. Neste caso, eram interlocutores que expressavam um símbolo de autoridade acadêmica. Pode parecer maquiavélico propor algo assim, entretanto, é algo que veio da investigação, não uma opinião pessoal do pesquisador. A fim de convencer de que esta proposta não é uma monstruosidade, propõe-se um desafio para os educadores ambientais que estejam lendo esta dissertação: Pergunte aos colegas de outras áreas científicas quem são Carlos Loureiro e Enrique Leff.

Por fim, a **quinta estratégia geral**: visando finalizar esta discussão e apresentar a última contribuição entendida como relevante para o campo da educação ambiental, faz-se necessário apontar novamente a produção do material de propaganda como os *flyers*, as palestras e debates na mídia. Todas estas ações possuem um elemento comum que se constitui como a sexta e última contribuição: A habilidade de produzir material didático para se comunicar com os setores de interesse do campo da Educação Ambiental.

Assim como um economista liberal não produz material de fácil acesso visando convencer a coordenadoria geral do DCE, ou a secretaria de saúde não produz campanhas contra o HIV pensando nas freiras em castidade no monastério, o campo da EA não pode seguir acreditando que produzir material que saia dos muros da academia é simplesmente produzir algo que todas as pessoas vão entender. Isso é impossível. Deve-se compreender que o campo precisa definir quem são os seus sujeitos primários de atuação e a produção de qualquer material acadêmico deve ser abordando estes agentes. Foi o que os ativistas do “Celulose Não” realizaram. Mapearam os sujeitos a serem atingidos e conversaram sobretudo com eles e não com “toda a sociedade”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta jornada, volto novamente a falar em primeira pessoa, pois, nessas considerações finais, acredito ser necessário voltar a mim mesmo e aos leitores de uma forma direta. Esta postura se dá, pois, o “Celulose Não” é um movimento que, antes de mais nada, soube falar diretamente com as pessoas sem linguagem rebuscada, e é isso que farei agora.

Chego à conclusão de que o sucesso deste movimento residiu em uma diversidade de fatores que não pode ter um único deles elencados como o primordial. Apesar disso, não quero praticar relativismos ou mesmo parecer com medo de apontar minhas análises mais intuitivas. Desta maneira, acredito que o elemento que mais se destaca dentre todos é justamente o humano. Foram os atores pertencentes aos movimentos o elemento que mais influenciou para o sucesso do “Celulose Não”. Digo isso, pois, sem esses atores as ações de EA aqui investigadas jamais teriam sido pesadas e postas em prática.

Não tenho por objetivo descaracterizar toda a coletividade, que é uma das marcas deste caso. Entretanto, assim como em outros movimentos, revoltas e revoluções, existem indivíduos capazes de criar o estopim inicial que movimenta o motor da história ou mesmo segurar aqueles que mantêm o motor girando quando tudo parece perdido. O que seria da revolução francesa sem Robespierre e Danton? O que teria acontecido nos bolcheviques sem Lênin? E nos sertões, teria existido Canudos se não fosse por Antônio Conselheiro?

Desta maneira, destacar a importância da mobilização realizada por Tagliani e Barbieri no campo científico é imprescindível, estes sujeitos são os responsáveis por fazerem com que a FURG entrasse neste conflito. Chiaffitelli e Rampazzo foram igualmente importantes, foram as forças que de forma incansável estiveram ativas em todos os processos realizados e deram o tom que foi o movimento, estes sujeitos são o “Celulose Não”.

Este movimento criado e mantido por estas pessoas obteve sucesso, pois soube lidar com todas as adversidades que o tempo em que viviam colocou em seus caminhos, mas sobretudo, porque souberam usar todos os elementos potencialmente positivos ao seu favor. Iniciei a pesquisa acreditando que todo o contexto era contrário ao movimento, mas chego ao final convencido de que, na realidade, este lugar e tempo histórico estavam do lado dos ativistas. O maior feito deles foi identificar o que serviria e o que não era necessário para o êxito do movimento e a expertise na utilização destas ferramentas para convencer a população.

Espero que esta dissertação possa contribuir positivamente para o campo da Educação Ambiental, mas sobretudo, espero ajudar a propagar uma lição de esperança nesse mundo onde tudo parece perdido por vezes. O “Celulose Não” é a prova de que mesmo com todas as

adversidades, a força da estratégia e, acima de tudo, a crença na existência de um lado certo da história é mais forte do que a “Força da grana que ergue e destrói coisas belas...”

REFERÊNCIAS

SITES

Centro de Estudos Ambientais: <https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/>

Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental: <https://www.nema-rs.org.br/>

Universidade Federal do Rio Grande: <https://www.furg.br/>

Câmara de dirigentes lojistas de Rio Grande: <https://www.cdl-rg.com.br/>

Instituto de oceanografia- FURG: <https://io.furg.br/>

Associação dos professores da FURR: <http://www.aprofurg.org.br/novo/>

Câmara do comercio de Rio Grande: <https://www.camaradecomercio.com.br/>

PERIÓDICOS CITADOS¹⁶

Agora,Rio Grande,p 2. XIV, 01/03/1989.

Agora,Rio Grande,p 3. XIV, 26/03/1989.

Agora,Rio Grande,p 5.XVI, 21/03/1989.

Agora,Rio Grande,p 13.XIV, 13/04/1989.

Agora,Rio Grande,p 15.XVI, 21/04/1989

ENTREVISTAS¹⁷

Marcelo De La Rocha Domingues. 17 de abril de 2017.

Luiz Rampazzo. Entrevista em 17 de julho de 2017.

Diniz Maciel da Silva. Entrevista de 20 de dezembro de 2017.

Paulo Roberto Armanini Tagliani. Entrevista em 18 de agosto de 2019.

Hermann Werner Hadrich. Entrevista em 02 de setembro de 2019.

Edison Barbieri. Entrevista em 5 de janeiro de 2020.

¹⁶ Estas fontes e as demais utilizadas, mas não citadas diretamente na obra podem ser encontradas através do seguinte link: <https://mega.nz/folder/vrlzGCzS#CxfHi6r2lzGyder7XWu0rg>

¹⁷ Todas as entrevistas podem ser escutadas e lidas na íntegra através do seguinte link: <https://mega.nz/folder/vrlzGCzS#CxfHi6r2lzGyder7XWu0rg>

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2009.

ALMEIDA, PFC de. A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. **Ensaio FEE. Porto Alegre**, 1990.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BONELLI, Regis; GONÇALVES, Robson. Padrões de desenvolvimento industrial no Brasil: 1980/95. 1999.

BAUMGARTEN. “Repercurssão dos rejeitos de uma industria de celulose sobre a vida aguática”. 1989. **In: Relatório de impacto socio-econômico. Rio Grande: FURG** - departamento de quimica, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande:1989, 2 f

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1998.

CHIAFFITELLI. “Parecer médico provisório sobre a instalação desta indústria”. 1989. **In: Relatório de impactos da industria de celulose em Rio Grande**, Rio Grande: 1989, 2 f.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DOMINGUES. Marcelo. Consequências Sócio-econômicas para Rio Grande com a instalação de uma fábrica de cellulose. **In: Relatório de impacto socio-econômico. Rio Grande: FURG** / Departamento de Geociências. 1989, 12 f.

GERHARDT, Marcos. 2011. Um olhar sobre a história dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul. **In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo. 14p. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308137853_ARQUIVO_ecologistas-rs-final.pdf

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3ª ed.; Petrópolis: Vozes, 1992.

HOFFMANN, Valmir Emil et al. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 3, p. 40-53, 2018.

JANOTTI, JR. Jeder & FILHO, F. João (Orgs.). **Comunicação & Música Popular Massiva**. Salvador: Edfba, 2006.

LAYRARGUES, PHILIPPE POMIER; LIMA, GUSTAVO FERREIRA DA COSTA. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros – História, Sociedade e Cultura**. Vol. 4, n. 6, 2016. p. 11-29.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 5, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/6871>

_____. **Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, 2009.

_____. **Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, Adriana Naomi. **Cultura e Sociedade e o trânsito entre a “alta” e “baixa” cultura**. *Sociologias*, v. 18, n. 41, 2016.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha. **BRASIL. Instituto de Pesquisa**, 2012.

MARCHIORI. “Principais aspectos na pesca do camarão rosa *Pranaeus paulensis* na lagoa dos patos - Rio Grande – RS”. In: **Relatório de impactos da indústria de celulose em Rio Grande**. Rio Grande: FURG / Departamento de Oceanologia, 1989, 2 f.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, F. A. **Porto e Barra de Rio Grande: História, memória e cultura portuária**. Porto Alegre. Corage, 2008.416p.

ODEBRECHT. “Possíveis consequências dos efluentes de fábrica de celulose sobre o fitoplâncton no estuário da lagoa dos patos”. In: **Relatório de impactos da indústria de celulose em Rio Grande** Rio Grande: FURG / Departamento de Oceanografia. 1989. 2 f.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24 (68), p. 81-101, 2010

POMERANZ, Lenina. A queda do Muro de Berlim: reflexões vinte anos depois. **Revista USP**, n. 84, p. 14-23, 2010.

RODRIGUES, Ana Carolina; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Perspectivas Teóricas dos Conflitos Socioambientais no Campo do Desenvolvimento. **Revista ReBraM**, v. 16, n. 2, p. 137-146, 2013.

SANTAGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.

SANCHIS, Miguel Angel Zuazo. A instalação dos bosques de pinus e suas conseqüências nas dunas do Pontal de Tapes-RS. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 108 p

SOUZA, Celinalva das Graças: **O papel da OPEP no mercado internacional de petróleo**. Monografia – Pós-Graduação de Finanças e Gestão Corporativa. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2003. 67 p.

SCHINKE, Gert. **Ecologia política**. Porto Alegre: Tchê Editora, 1986.

TRES, Lairton. A resistência como praxis dos movimentos ambientalistas e ecológicos. In: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 1, p. 67-76, jan.-jun. 2006.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. In: **Recensio** - Revista de Recensões de Comunicação e Cultura, 2013. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>

VILARINHO, Paulo Ferreira. O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 2, n. 3, p. 01-15, 2004.

VILLAÇA, Mariana: A redemocratização na América Latina. **Revista Eletrônica da AN- PHLAC**. São Paulo, 2010. Disponibilidade e acesso: < <http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao>.> 08 de maio de 2017

VIOLA, Eduardo J. *et al.* **O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica**. 1987.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre, Bookman, 2015.